

N.º 20 | 2025

CEM

CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

REVISTA DO CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

NESTE NÚMERO:

Dossiê Temático

«Humanidades Digitais: debates e
práticas no ensino e investigação»

(ed. Hugo Ribeiro da Silva,
Sara Dias-Trindade)

VÁRIA

RECENSÕES



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

CEM N.º 20
CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

CEM N.º 20

CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

Direção: Inês Amorim

Edição do dossiê temático: Hugo Ribeiro da Silva (CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto); Sara Dias-Trindade (CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt

Capa: Imagem conceptual que combine tradição e tecnologia. À esquerda, um documento com elementos ou textos históricos. À direita, um fundo digital com um circuito eletrónico estilizado. A composição deve transmitir a fusão entre humanidades clássicas e inovação tecnológica, com contraste entre texturas antigas e elementos digitais modernos. Data da criação: 17/11/2025. Microsoft Copilot

© 2025 Autores

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto
www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Esta revista é sujeita a *double-blind peer review*. Esta é uma obra em acesso aberto, disponibilizada online (<https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM>) e licenciada segundo uma licença Creative Commons de Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY 4.0).



eISSN: 2182-9748

DOI: <https://doi.org/10.21747/2182-9748/cem20>

Periodicidade: Semestral

Porto, dezembro de 2025

Paginação: João Candeias | joaocandeias00@gmail.com

Este trabalho foi elaborado no quadro das atividades dos grupos de investigação «Educação e Desafios Sociais» e «Sociabilidades e Práticas Religiosas» e é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/04059/2025 e o DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>.

NOTA INTRODUTÓRIA

**HUMANIDADES DIGITAIS:
DEBATES E PRÁTICAS NO ENSINO
E NA INVESTIGAÇÃO**

- Hugo Ribeiro da Silva
- Sara Dias-Trindade *pág. 5*

HUMANIDADES DIGITAIS

**ENSAIO SOBRE A ELABORAÇÃO DE UM
ATLAS TOPONÍMICO DIGITAL A PARTIR
DAS INQUIRIÇÕES GERAIS DE 1258**

- Daniel Filipe da Costa Marques *pág. 11*

**RECURSOS DIGITAIS E A FORMAÇÃO
INICIAL DE PROFESSORES: O POTENCIAL
PEDAGÓGICO DO MUSEU VIRTUAL DO
RENASCIMENTO**

- Cátia Teixeira
- Sara Dias-Trindade
- João França
- Sofia Albino *pág. 31*

**A PRESERVAÇÃO DO PATOMÔNIO
DOCUMENTAL E DA MEMÓRIA
INSTITUCIONAL EM UMA UNIVERSIDADE
BRASILEIRA**

- Gislene Almeida Souza
- Gillian Leandro de Queiroga Lima
- Flávia Goulart Mota Garcia Rosa *pág. 47*

**PIRATARIA DIGITAL E SEU POTENCIAL
POLÍTICO, EMANCIPADOR E EDUCACIONAL**

- Lucas Cavalcante de Barros *pág. 59*

**O QUE A RTP ENSINA SOBRE A HISTÓRIA
DO BRASIL?**

- Thábata Araújo de Alvarenga *pág. 71*

VÁRIA

**PEDRO DA SILVEIRA, INVESTIGADOR-
-CABOQUEIRO DE NOVAS LITERATURAS:
TRÊS EXEMPLOS E ALGUMAS ADENDAS**

- Francisco Topa *pág. 95*

RECENSÕES

**CALDEIRA, ARLINDO MANUEL, 2024.
O APELO DA LIBERDADE: RESISTÊNCIA DOS
AFRICANOS À ESCRAVIDÃO NAS ÁREAS DE
INFLUÊNCIA PORTUGUESA (SÉCULOS XV
A XIX). ALFRAGIDE: CASA DAS LETRAS.
428 PP. ISBN 978-989-662-009-7**

- Tiago Moura Gonçalves *pág. 113*

CONSELHO EDITORIAL

Carla Sequeira (Universidade do Porto/CITCEM)

Hugo Ribeiro da Silva (CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Marta Sofia Costa (CITCEM)

Sara Dias-Trindade (CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

CONSELHO CONSULTIVO

Alice Lucas Semedo (Universidade do Porto/CITCEM)

Antero Ferreira (Fundação Martins Sarmiento/CITCEM)

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade NOVA de Lisboa)

David Reher (Universidade Complutense de Madrid)

Fernanda Ribeiro (Universidade do Porto/CITCEM)

Fernando Rosas (Universidade NOVA de Lisboa)

Francisco Bettencourt (King's College)

Francisco Topa (Universidade do Porto/CITCEM)

Hilario Casado Alonso (Universidade de Valladolid)

Inês Amorim (Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CITCEM)

Joaquim Ramos Carvalho (Universidade de Coimbra)

Jochen Vogt (Universidade de Essen)

José Augusto Cardoso Bernardes (Universidade de Coimbra)

José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra)

Luís Borges Gouveia (Universidade Fernando Pessoa/CITCEM)

Maria de Fátima S. e Melo Ferreira (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

Maria Helena Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)

Maria João Oliveira e Silva (Universidade do Porto/CITCEM)

Maria Leonor Botelho (Universidade do Porto/CITCEM)

Maria Manuela Gouveia Delille (Universidade de Coimbra)

Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto/CITCEM)

Mathieu Poux (Universidade Lumière Lyon II)

Mona A. A. Haggag (Universidade de Alexandria)

Nuno Gonçalo Monteiro (Universidade NOVA de Lisboa)

NOTA INTRODUTÓRIA

HUMANIDADES DIGITAIS: DEBATES E PRÁTICAS NO ENSINO E NA INVESTIGAÇÃO

M. Gold afirmou, em 2012, na sua introdução à obra *Debates in the Digital Humanities*, que estávamos perante o «momento das Humanidades Digitais» (Gold 2012). As diversas publicações que cada vez mais se dedicavam ao tema demonstravam que, como referiu o autor, as Humanidades Digitais (HD) se tinham tornado «the thing». Este momento não perdeu fôlego. Pelo contrário, desde então têm aumentado não só as publicações, mas, sobretudo, os projetos que demonstram que as HD se afirmaram enquanto «critical scholarly resource», tendo o potencial de oferecer abordagens inovadoras, fruto da intersecção entre a tecnologia digital e as Humanidades, contribuindo desse modo para modificar a investigação, o ensino e mesmo a participação do público em geral nos diferentes domínios das Humanidades, numa abordagem mais integrada e abrangente do estudo da cultura e da história humanas.

A própria definição de Humanidades Digitais tem sido alvo de debate nos últimos anos, à medida que a disciplina se foi desenvolvendo. Sobretudo desde 2010, em encontros científicos como os congressos anuais da *Alliance of Digital Humanities Organizations* (ADHO)¹, realizados desde 1990, ou os eventos do *Digital Humanities Summer Institute*, realizados desde 2001, muitos dos participantes têm não só refletido sobre como definir os limites da disciplina e em que consiste, como também sobre como comunicá-la, de forma sucinta, aos outros². No congresso DH2011, um grupo de investigadores de Londres designou mesmo as HD como uma «big tent» (uma «grande tenda»), que inclui não só outras disciplinas dentro da academia, mas também bibliotecas, museus, arquivos, práticas de património cultural e informação comercial (Warwick et al. 2011). Ou seja, como muitos defendem, mais do que uma «disciplina», as HD podem ser consideradas como «interdisciplina», cruzando várias áreas do saber e do fazer (Nyhan e Flinn 2016)³. Entre os domínios conexos incluem-se estudos de *media* e comunicação, ciências sociais digitais, ciências de dados (incluindo a visualização de dados), ciência do património, computação criativa, biblioteconomia e ciência da informação.

¹ Disponível em: <https://adho.org/conference/>.

² Vejam-se os vários volumes que têm sido editados na série *Debates in the Digital Humanities* disponíveis em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/>.

³ Veja-se também, entre outros, Ramsay 2013, pp. 239-242.

Muitas vezes as HD são olhadas como um método de «fazer coisas». O que não é por acaso, pois esse lado mais prático é uma das suas componentes, que se faz notar em inúmeros projetos que vão surgindo nos diversos campos das Humanidades. Mas ao procurar constituir-se enquanto disciplina, vários dos seus «praticantes» têm procurado teorizar sobre a natureza do conhecimento produzido no âmbito das HD. Basta um olhar rápido para os volumes dos já mencionados *Debates in the Digital Humanities*, para nos percebermos como as HD têm incorporado as preocupações teóricas (e sociais!) que marcam os diferentes campos das HD. Abordando temas como ambiente, raça, género, pós-colonialismo, desigualdade, interseccionalidade, ética, crises, entre outros, os autores procuraram refletir criticamente sobre a relação entre o Humano e o Digital, bem como os desafios que se colocam por uma digitalização que, muitas vezes, agrava as desigualdades que marcam o mundo contemporâneo.

Tal olhar crítico tem permitido que as HD não sejam apenas uma ferramenta para «fazer coisas», mas também para «desfazer coisas», ou seja, para contribuir para uma visão reflexiva sobre a sociedade⁴. Citamos aqui as palavras de Alan Liu que, em 2011, alertou, precisamente, para a necessidade de as HD não deixarem de lado um olhar crítico perante a modernidade que o digital parece prometer:

Nas humanidades digitais, a crítica cultural — tanto na sua vertente interpretativa quanto na sua vertente de defesa — tem estado notavelmente ausente em comparação com as humanidades tradicionais ou, de forma ainda mais marcante, com os «estudos de novas medias» [...]. Nós, humanistas digitais, desenvolvemos ferramentas, dados, metadados e arquivos de maneira crítica; e também elaboramos posições críticas sobre a natureza desses recursos [...]. Mas raramente estendemos as questões envolvidas para os domínios da sociedade, da economia, da política ou da cultura [...]. Como as humanidades digitais promovem, canalizam ou resistem aos grandes fluxos pós-industriais, neoliberais, corporativistas e globalistas de informação transformada em capital, por exemplo, é uma questão raramente ouvida nas associações, conferências, periódicos e projetos de humanidades digitais com os quais estou familiarizado. Nem mesmo as formas mais clichês dessas questões — por exemplo, «a exclusão digital», «a privacidade», «o direito autoral» e assim por diante — recebem muita atenção (Liu 2011, tradução nossa).

O dossiê que agora publicamos reúne cinco artigos que, de diferentes maneiras, exploram o potencial das tecnologias digitais para ampliar a investigação, o ensino e a preservação do património, ao mesmo tempo que suscitam reflexões sobre os seus impactos sociais, culturais e pedagógicos.

No artigo de Daniel Marques, a criação de um atlas toponímico digital, baseado nas Inquirições Gerais de 1258, evidencia como os recursos digitais podem renovar

⁴ A título de exemplo, veja-se Buolamwini 2023.

padrões de investigação histórica, tornando fontes históricas medievais mais acessíveis, quer a académicos quer ao público em geral, e estimulando novos caminhos de análise interdisciplinar. Complementando essa perspectiva, Cátia Teixeira, Sara Dias-Trindade, João França e Sofia Albino demonstram, por meio do projeto do Museu Virtual do Renascimento, como os recursos digitais podem transformar a formação inicial de professores, promovendo aprendizagens significativas, colaborativas e a reflexão crítica sobre práticas educativas. Gislene Souza, Gillian Lima e Flávia Rosa ampliam o olhar para o contexto institucional, analisando a preservação do património documental em universidades brasileiras e destacando os desafios de implementação de políticas arquivísticas que assegurem a preservação da memória e o acesso ao conhecimento. Já Lucas Barros propõe uma reflexão sobre a pirataria digital, examinando o seu potencial político, educacional e emancipatório, e questionando desigualdades no acesso à informação e à cultura digital. Por fim, Thábata Alvarenga investiga a produção digital do portal *Ensina RTP*, discutindo como ambientes educativos *online* contribuem para a literacia digital e para a construção de uma consciência histórica comprometida com pluralidade cultural e justiça social, ao mesmo tempo em que revelam tensões entre inovação e tradições historiográficas.

Em conjunto, estes textos ilustram como as Humanidades Digitais não se limitam à criação de ferramentas ou arquivos, mas se configuram como um espaço crítico e reflexivo, no qual metodologias digitais, educação e consciência social se encontram, ampliando possibilidades de investigação, de ensino e de participação cultural.

BIBLIOGRAFIA

- BUOLAMWINI, J., 2023. *Unmasking AI: My Mission to Protect What Is Human in a World of Machines*. New York: Random House.
- GOLD, M. K., 2012. Introduction. The Digital Humanities Moment. Em: M. K. GOLD, ed. *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. IX-XVI.
- LIU, A., 2011. "Where is Cultural Criticism in the Digital Humanities?" [Em linha] [consult. 2025-10-29]. Disponível em: <https://liu.english.ucsb.edu/where-is-cultural-criticism-in-the-digital-humanities/>.
- NYHAN, J., e A. FLINN, 2016. Introduction. Em: J. NYHAN, e A. FLINN. *Computation and the Humanities*, pp. 1-19. Gewerbestrasse, Cham: Springer. Springer Series on Cultural Computing.
- RAMSAY, S., 2013. Who's In and Who's Out. Em: M. TERRAS, J. NYHAN, e E. VANHOUTTE, eds. *Defining Digital Humanities: A reader*. Surrey/Burlington: Ashgate Publishing, pp. 239-242.
- WARWICK, C., et al., 2011. UCLDH: Big Tent Digital Humanities in Practice. Em: *Digital Humanities 2011. Conference Abstracts*. Stanford, CA, EUA: Stanford University Library, pp. 387-389.

Hugo Ribeiro da Silva
Sara Dias-Trindade

HUMANIDADES

DIGITAIS

ENSAIO SOBRE A ELABORAÇÃO DE UM ATLAS TOPONÍMICO DIGITAL A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES GERAIS DE 1258

DANIEL FILIPE DA COSTA MARQUES*

Resumo: O panorama científico atual português em História tem-se caracterizado pelo surgimento de vários projetos cada vez mais cientes da necessidade da criação de bases de dados ou cartografias digitais e sua consequente divulgação e disponibilização online. Estas ferramentas revelam ser indispensáveis no apoio a novas investigações, estabelecendo renovados padrões de conhecimento e abordagens a importantes fontes históricas. Ao mesmo tempo, tais projetos e materiais resultantes possibilitam que a produção historiográfica recente esteja ao alcance de todos. Atendendo a este contexto, neste artigo proponho uma breve reflexão sobre a criação de um atlas toponímico digital baseado nas Inquirições Gerais de 1258. Esta iniciativa seria inédita e os potenciais caminhos a explorar poderiam ser benéficos tanto para a História como para outras áreas científicas afins e demais público generalizado.

Palavras-chave: Humanidades Digitais; Toponímia; Inquirições Gerais de 1258.

Abstract: In recent years, numerous projects within Portuguese historical research have prioritized the development of databases and digital cartography, along with ensuring their online accessibility. These digital resources have proven essential for supporting new research and for establishing updated standards of knowledge and approaches to significant historical sources. Simultaneously, these digital tools have enabled recent historiographical production to become accessible to a broader audience beyond academia. Within this context, the present paper offers a brief reflection on the creation of a medieval digital toponymic atlas, centred on the 1258 Royal Inquiries. It aims to highlight some of the potential benefits of this unprecedented initiative, which opens a promising avenue for future research.

Keywords: Digital Humanities; Toponymy; Royal Inquiries of 1258.

INTRODUÇÃO

Diante do tema *Humanidades Digitais: debates e práticas no ensino e investigação* não posso deixar de refletir, brevemente, sobre o panorama vigente de produção científica em História Medieval¹. Atualmente, este campo tem sido marcado pelo desejo de tornar a informação acessível a todos, por via da disponibilização de várias publicações e projetos em livre acesso. Neste contexto, a principal forma de difusão do conhecimento deixa de estar limitada ao formato físico e de se fechar sobre si, tornando-se mais plástica e podendo ser moldável a vários contributos. Além disso,

* CITCEM (UID/04059/2025; DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>). Email: danielcfmarques@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4022-9072>.

¹ Permitam-se alguns agradecimentos pessoais pelas suas contribuições várias (diretas e indiretas) no presente texto: à Liliana Sousa, ao Rui Pedro Neves, ao Gonçalo Cameira Carvalho e ao Filipe Conceição.

este recente paradigma de divulgação possibilita que os resultados das investigações sejam exteriorizados com um alcance bem superior aos anteriores modelos de divulgação. Contudo, este deverá ser um momento de reflexão com vista a formar novos equilíbrios, porque as diversas vantagens precisam agora de ser enquadradas em projetos multifacetados e articulados com outras áreas científicas e domínios culturais.

Recentemente, várias iniciativas desenvolvidas em História Medieval promoveram novas abordagens a algumas fontes relevantes, caracterizadas pelo desenvolvimento de bases de dados *online* e pelo uso de novas tecnologias digitais. Como se verá, alguns dos projetos destacaram-se pelo grande cuidado em tentarem integrar os leitores não académicos ou não especializados, principalmente, pela conceção de materiais de inteligibilidade que contextualizavam e explicavam os complexos fenómenos presentes nesses mesmos documentos históricos. Nesta senda, pretendo expor e analisar algumas dessas contribuições para, seguidamente, lançar as bases para um potencial atlas toponímico, a partir da contribuição particular das Inquirições Gerais de 1258.

1. BREVE REFLEXÃO SOBRE AS HUMANIDADES DIGITAIS

As Humanidades Digitais (HD) constituem hoje um campo consolidado, embora conceitualmente fluido, que tem vindo a afirmar-se de forma progressiva no panorama académico internacional. Lauren Klein e Matthew Gold assinalavam, em 2012, que havia chegado «o momento das Humanidades Digitais», marcando a sua emergência enquanto área disciplinar de pleno direito (Klein e Gold 2016). Posteriormente, em 2016, reafirmavam o seu estatuto como campo historiográfico estabelecido, ainda que reconhecessem a complexidade em definir o seu escopo, dada a multiplicidade de abordagens e metodologias que nele convergiam (Klein e Gold 2016; Underwood 2019).

Manfred Thaller, não concordava, necessariamente, com a afirmação inequívoca das HD, pois subsistia entre os vários praticantes a necessidade de justificar a existência deste campo, sinalizando o seu carácter relativamente recente no interior das Ciências Sociais. No entanto, corroborando a dificuldade de definição conceptual, propôs uma distinção operatória entre quatro grandes orientações dentro das HD: i) os estudos literários apoiados em ferramentas de análise textual; ii) as iniciativas que extraem dados das fontes, como sucede frequentemente na História, favorecendo a criação de Bases de Dados (BD); iii) as disciplinas visuais, como a Arqueologia e a História da Arte, que desenvolvem vastos repositórios imagéticos; iv) o domínio da algoritmia, intimamente ligado à ciência computacional e ao desenvolvimento de *software* específico para finalidades investigativas. Este autor salientou ainda que a informatização, o recurso à tecnologia e a utilização da internet possuem já um percurso de várias décadas, sendo hoje instrumentos correntes e imprescindíveis no decurso das investigações académicas (Thaller 2012, pp. 7-11, 14-15, 20).

Também Stephen Robertson destacou o papel fundamental da tecnologia no progresso das Ciências Sociais e Humanas, sobretudo no campo da História e no decurso

das últimas duas décadas, sendo claros os benefícios crescentes introduzidos na produção científica (Robertson 2016). A consolidação das HD tem sido particularmente notória nos Estados Unidos da América, onde têm vindo a obter maior visibilidade nos meios de comunicação generalistas e a beneficiar mais frequentemente de financiamentos (Posner 2016). Diversos autores norte-americanos sublinharam o potencial das HD na flexibilização da produção académica, permitindo abordar temas socialmente urgentes e que nem sempre encontravam o seu lugar nas agendas tradicionais das Humanidades (Posner 2016). Inclusivamente, Anne McGrail acentua o contributo destas para a promoção de valores cívicos, como a «democratização» e a «equidade», através da disponibilização de patrimónios culturais e intelectuais a um público alargado (McGrail 2016). Não menos relevante, Wendy Hsu destaca a oportunidade que as HD oferecem para repensar a relação entre académicos e o público, defendendo a integração ativa dos destinatários dentro e fora do meio universitário aquando da construção dos projetos (Hsu 2016). De facto, as HD já influenciaram as práticas editoriais dentro do campo científico. Tal como observou Amy Earhart, a crescente adoção do digital terá levado a que as editoras se readaptassem e privilegiassem, frequentemente, o formato *online* face ao texto impresso, constituindo uma resposta das novas exigências do mercado e vicissitudes do universo académico (Earhart 2012).

2. A INFLUÊNCIA DAS HD NA ABORDAGEM DAS FONTES HISTÓRICAS PORTUGUESAS

Conforme referido no ponto anterior, a natureza das HD poderá trazer importantes benefícios aos investigadores das Inquirições Gerais do século XIII, mesmo que aporte vários desafios. A proposta que trago concerne à elaboração de um atlas toponímico medieval, a ser pensado para divulgação sob a forma digital, cuja iniciativa pretendo esboçar neste momento, destacando processos metodológicos recentemente testados e salientando o seu carácter potencialmente inovador, sobretudo, considerando o contexto historiográfico que caracteriza as investigações em torno desta fonte. Tendo sido maioritariamente estudadas e divulgadas em formato físico, sob a forma de monografias ou de publicações periódicas, conheço, contudo, duas iniciativas que quebraram esse mesmo registo.

A primeira visou as Inquirições Gerais de 1220 e está relacionada com o projeto *Regnum Regis* (2014), do qual resultou uma base de dados (BD) que ainda hoje — volvidos quase 20 anos — se encontra funcional e em linha. Não obstante os seus enormes méritos, devo, todavia, realizar duas observações. Em primeiro lugar, relativamente ao seu «alcance», verifica-se a ausência de materiais complementares, tais como, um glossário, notas críticas ou outros comentários associados aos episódios. Em segundo lugar, destaca-se a carência de cartografia, o que acarreta uma dificuldade na compreensão espacial dos dados analisados. Esta limitação compromete, igualmente, a perceção global dos episódios em análise e poderá condicionar a realização de interpretações analíticas adequadas.

A segunda iniciativa foi proposta por Mário Viana que desenvolveu uma plataforma denominada *INQexpert*. Ao recorrer à aplicação de técnicas digitais, o autor procurou agilizar os processos de investigação mediante a identificação imediata de termos de pesquisa no texto das Inquirições Gerais de 1258 (Viana 2013, pp. 39-40; Viana 2015). No contexto das HD, esta é uma proposta que se insere na vertente denominada por *text mining*, e já aplicada, com diferentes graus de sucesso, por diversos autores estrangeiros (Tenen 2016). Porém, no caso em questão, os problemas inerentes ao texto digitalizado, como, por exemplo, a não identificação de vários caracteres, bem como a insuficiência de financiamento, resultaram em sucessivos adiamentos do lançamento desta plataforma.

Como se verá, este é um cenário pobre, especialmente se o compararmos aos esforços realizados sobre outros fundos documentais medievais. Talvez seja lógico começar por deduzir o futuro impacto do projeto *iforal — Forais medievais portugueses: uma perspetiva histórica e linguística na era digital*, coordenado por Filipa Roldão e Joana Serafim. Está previsto para breve a sua disponibilização e estima-se que causará um grande impacto no paradigma de publicação dos forais (Roldão e Serafim 2021-2024). Por outro lado, importa salientar o projeto *Littera* (2007-2010), dedicado ao estudo das cantigas medievais galego-portuguesas, do qual resultou uma base de dados que deverá servir de referência para futuras iniciativas nesta área. Destaca-se, em particular, pela inclusão de centenas de notas e comentários críticos que contribuem para a compreensão dos complexos textos poéticos deste período, assim como pela incorporação de cartografia digital que permite a visualização geográfica dos dados que foram selecionados (Lopes et al. 2019-). Aliás, a literatura desenvolvida em diversas épocas históricas tem sido alvo de outros importantes projetos como o *Romanceiro* (Ferré et al. 2019) (período tardo-medieval e moderno) e o *PhiloBiblon* (Charles, dir., 1997-), dedicado a uma cronologia contemporânea. Por sua vez, para a história do direito durante o período medieval é possível recorrer ao projeto *CLIMA*, coordenado por José Domingues e Vital Moreira, que se encontra divulgado desde 2012 (Domingues e Moreira, coord., 2012). Ainda no campo das jurisdições tardo-medievais, também pode ser consultada outra BD resultante do projeto *Juscom*, cujos autores publicaram, recentemente, uma monografia (*Meeting the judge* 2023). Por fim, há que considerar a relevância de *CODOLPOR (Corpus Documentale Latinum Portucalense)*, do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, disponibilizada em 2015 (Alberto e Espinosa, eds., 2015).

Neste contexto, diversas instituições académicas ou governamentais têm encetado importantes esforços na digitalização — ou disponibilização *online* — de materiais históricos relevantes, que passaram a estar disponíveis. De facto, uma série de publicações periódicas procederam nos últimos anos à divulgação dos seus números e séries antigas (*Revista de História da FLUP*, *Revista Portuguesa de História*, *O Arqueólogo Português*, *Lusitânia Sacra*, entre outras). Neste âmbito, importa destacar o carácter pioneiro da revista *Medievalista*, do Instituto de Estudos Medievais (IEM), cujos números têm sido

disponibilizados em acesso aberto e *online* desde a sua criação. Mais recentemente, assinala-se que diversas instituições académicas de relevo optaram pela divulgação de ferramentas digitais, salientando-se, uma vez mais, o IEM, com o desenvolvimento do seu *Geoportal* (IEM *Geoportal* 2025); o Centro de Humanidades (CHAM), através da promoção da plataforma *SeaCite* (Brito et al. 2022); e, ainda, o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), através da disponibilização de múltiplas bases de dados².

3. BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DAS HD NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA MEDIEVAL NO ESTRANGEIRO

Parece ser inequívoca a associação entre a produção científica em História e o desenvolvimento de bases de dados, enquanto forma primordial de investigação e de posterior análise dos fenómenos a serem tratados (Thaller 2012; Robertson 2016). Em Espanha, é possível verificar um maior dinamismo nestas matérias através da Sociedad Internacional de Humanidades Digitales Hispánicas (*Humanidades Digitales Hispánicas* 2012-2025). No âmbito dos temas em epígrafe, destaca-se a região da Galiza pela elaboração de diversas bases de dados relevantes. Entre elas, sobressai o projeto *CODOLGA*, responsável pela informatização de um vasto *corpus* documental relativo à história galega medieval. Até à data, esta BD integra 21 015 textos compilados entre os séculos VI e XV, que se encontram disponíveis para consulta pública (Carracedo Fraga et al. 2024). De igual modo, merece referência o *Inventario Toponímico da Galicia Medieval* (ITGM), salientando-se pela abrangência geográfica, pelo período cronológico abrangido (séculos IX e XVI) e pela dimensão do conjunto de dados recolhidos, pois conta com 17 640 registos (Cereixo Silva et al. 2008).

Em diversos países europeus, o desenvolvimento de bases de dados tem seguido uma orientação preferencialmente colaborativa, sendo estas concebidas para receberem sugestões externas, o que lhes confere um importante carácter flexível. Deve ser destacado, igualmente, o atlas *Viabundus*, que se debruça sobre as vias de comunicação terrestres na região da Liga Hanseática (Holterman et al., ed., 2025). Por outro lado, embora se centre na Época Moderna, importa sublinhar um dos melhores exemplos de aplicação de cartografia digital, como é o caso das cartas portulanas disponibilizadas na plataforma *Medea-chart* (Gaspar et al. 2017-2022). Outros projetos, como o *DMMapp*, procuraram informar investigadores e demais interessados da acessibilidade física de diversos manuscritos medievais relevantes (*DMMapp* 2025). Finalmente, refira-se o caso da ferramenta *Nodegoat* concebida, especificamente, para apoiar investigações nas Humanidades, facilitando a criação de bases de dados *online* e disponibilizando diversas formas gráficas para a comunicação dos resultados científicos (Bree e Kessels 2013).

² Entre as quais a disponibilização de diversas bases de dados que podem ser acedidas em Recursos. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2025 [consult. 2025-09-25]. Disponível em: <https://citcem.org/recursos/>.

4. OS ATLAS HISTÓRICOS EM PORTUGAL E EM ESPANHA

Em Portugal, um dos principais impulsionadores dos atlas históricos foi A. H. de Oliveira Marques que, num primeiro momento, editou e coordenou o *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas* (Marques, Gonçalves e Andrade 1990) e, posteriormente, publicou o *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar português* (Marques e Dias 2003). Recentemente, os atlas têm vindo a ser apresentados sob a forma de cartografia digital e, por corresponder a uma excelente iniciativa, cumpre começar por salientar o caso de *Hereditas*, designado como «atlas da paisagem cultural», desenvolvido pelo Município de Guimarães, encontra-se em linha e possibilita a realização de pesquisas diversificadas e cruzadas em três domínios principais: tema, tipologia e época (*Hereditas* 2021-2025). Relativamente aos dados toponímicos, os autores deste catálogo disponibilizam informações para as datas de 1220, 1258, 1758 e 1842³. Não obstante, *Hereditas* não foi pioneiro no contexto nacional tendo sido precedido pelo *FamalicãoID*, de 2014, por sua vez desenvolvido com propósitos muito idênticos (*FamalicãoID* 2014). Nesse mesmo ano, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) desenvolveu um atlas exclusivamente dedicado ao património arquitetónico protegido (DGPC 2014-2015). Posteriormente, esta mesma entidade lançaria, em 2020, outro catálogo dedicado ao «património classificado e em vias de classificação» (DGCP 2024).

Como se pode observar, a maioria das iniciativas deste género tem sido promovida por entidades governamentais ou por grupos de investigação académicos, sendo manifestamente residuais as contribuições de natureza espontânea. Entre as primeiras, deve ser salientado o *Atlas de Cartografia Histórica*, dirigido por Luís Nuno Espinha da Silveira, projeto que deverá servir de inspiração para futuras iniciativas, incluindo a presente reflexão. Dedicado à Época Contemporânea, este projeto assenta num sistema designado *SIGMA*, o qual, segundo os seus responsáveis, permitiu a criação de uma base de dados, o mapeamento dos dados recolhidos e a sua disponibilização *online* (Silveira et al., dir., 1993-2005). Além deste, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas também acolheu, posteriormente, o desenvolvimento do *Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental*, entre 2010 e 2019 (Alves et al. 2010-2019). Quanto às segundas, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Fernando Mouta (Mouta 2023, p. 173)⁴ e por Pedro Soutinho (Soutinho 2024).

No que concerne à divulgação de atlas, em Espanha o número de iniciativas realizadas é superior. Por isso, pode afirmar-se uma maior recetividade nos seus estudos, bem como uma valorização mais frequente da toponímia enquanto objeto de estudo académico e em diversas áreas científicas distintas, como a Linguística e a História. Neste sentido, os autores espanhóis realizaram uma série projetos em formato físico,

³ As primeiras duas datas remetem para as Inquirições Gerais desses anos, a terceira diz respeito às intituladas *Memórias Paroquiais* e, por fim, a última data concerne ao código administrativo de 1842.

⁴ Da sua tese de doutoramento resultou o lançamento de uma BD *online* que, infelizmente, se encontra desativada de momento. Poderia ser consultada em: <http://www.interactionsdatabase.org/>.

destacando-se as obras de Jordi Bolòs (2010, 2013), Jairo García Sánchez (2007, 2010), José María Monsalvo Antón (2010), Aigües-Vives Pérez Piquer (1997), entre outros. Por fim, enfatize-se o relevante contributo da obra coletiva *Toponímia e cartografia* (Sousa Fernández, ed., 2010), pelo conjunto de estudos que reúne, pela diversidade temática abordada e pelos resultados alcançados.

5. ENSAIAR O DESENVOLVIMENTO DE UM ATLAS DIGITAL BASEADO NAS INQUIRIÇÕES GERAIS DE 1258

Após algumas breves considerações sobre o estado atual das HD, bem como a exposição de diversas iniciativas relevantes, passo agora a apresentar algumas reflexões de carácter ensaístico em torno da elaboração de um atlas digital. Cabe esclarecer que, no presente texto, não serão abordadas certas dimensões de ordem técnica, dado que essas questões exigiriam a constituição de uma equipa de investigação devidamente estruturada e articulada. Refiro-me, entre outras, a decisões do foro informático, como a manutenção de uma BD em linha ou a seleção de plataformas adequadas para a implementação de cartografia digital. Todavia, à luz dos projetos anteriormente mencionados, verifica-se que já existem diversas plataformas disponíveis para esse fim, algumas das quais de acesso gratuito, como é o caso da *ArcGIS*⁵, da *uMap*⁶ ou da *Nodegoat*. Assim sendo, pretendo abordar alguns processos que considero importantes, sendo que apliquei parte dos mesmos, recentemente, na minha tese de doutoramento (Marques 2025a). Procurarei orientar a minha análise por meio de uma breve exposição das características da fonte, bem como do modo como poderão ser selecionados e integrados os dados numa base de dados que acolha elementos de identificação e georreferenciação toponímica.

5.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA FONTE E O SEU ESTADO DA ARTE

As Inquirições Gerais de 1258 foram promovidas por D. Afonso III e manifestam um intuito óbvio de reconhecimento da condição do reino e dos direitos e património da Coroa (Ventura 2006, pp. 107-109). Para o efeito, este monarca delegou cinco alçadas de diferentes inquiridores e responsabilizou-os para questionarem milhares de testemunhas em diversas áreas próprias, que lhes foram atribuídas e que abrangiam todo o território a norte do reino e uma parte considerável do centro (Ventura 2006, pp. 108). Umbilicalmente relacionada com a afirmação da autoridade régia, esta é uma fonte produzida pela Coroa e que apresenta uma visão dos acontecimentos submetida aos melhores interesses do monarca, mesmo que os poderes senhoriais tivessem apontado inquiridores da sua confiança (Krus 1981; Krus 1985; Krus 1993; Carvalho 2019).

⁵ *ArcGIS Online* [Em linha]. Redlands: ESRI [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.esri.com/en-us/arcgis/products/arcgis-online/overview>.

⁶ *uMap* [Em linha] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://umap-project.org/>.

Do ponto de vista historiográfico, as Inquirições Gerais de 1258 foram objeto de estudo em diversas obras fundamentais, que procurarei destacar. No que se refere à publicação da fonte, um dos contributos mais significativos e basilares teve origem no conjunto de considerações paleográficas — entre outras de distinta natureza — formuladas por João Pedro Ribeiro (Ribeiro 1815), as quais impulsionaram todo o processo de edição da fonte ao longo do século XX. Envolveu diversos editores e foi muito longo e complexo, tendo-se iniciado em 1891, com os trabalhos de João Pedro da Costa Basto, e concluído em 1977, com a contribuição de Rui Pinto de Azevedo (Sottomayor-Pizarro 2013, p. 277). Por esse motivo, as várias edições apresentaram um tratamento pouco uniforme, bem como importantes carências. Como, por exemplo, no que respeita ao processo de edição crítica, sobretudo atendendo aos padrões atuais, com a ausência de índices essenciais em várias edições a configurar uma das principais lacunas. Por outro lado, deve ser salientada a língua empregada, sendo que alguns dos textos foram traduzidos pelos copistas que os trataram (1.^a alçada e parte da 4.^a alçada) e outros mantiveram traços de um latim arcaico e intromissões orais do galaico-português que D. Dinis viria a tornar como língua oficial do reino (Sottomayor-Pizarro 2005, p. 139).

No que respeita à análise de dados e às contribuições de índole metodológica, destaca-se, em primeiro lugar, o artigo elaborado por Iria Gonçalves, em colaboração com os seus discípulos, no qual foram examinadas as principais formas de usurpação registadas na 1.^a alçada (Gonçalves 1978). Por sua vez, Maria José Lagos Trindade introduziu interpretações relevantes nos seus estudos dedicados aos patrimónios eclesiásticos e à administração local (Trindade 1981a; Trindade 1981b). De igual modo, a metodologia e a crítica da fonte desenvolvidas por José Mattoso, Luís Krus e Olga Bettencourt, a propósito do julgado⁷ de Aguiar de Sousa, constituem ainda hoje uma referência imprescindível (Mattoso, Krus e Bettencourt 1982). Aliás, no que concerne à análise interna do texto das Inquirições, devem ser considerados os estudos que Luís Krus desenvolveu individualmente e cujas interpretações se mantêm, ainda hoje, relevantes no campo historiográfico (Krus 1981; Krus 2011). Mais recentemente, alguns contributos mais significativos advêm das obras de Iria Gonçalves e de José Augusto de Sottomayor-Pizarro (Gonçalves 2012; Sottomayor-Pizarro 2016; Sottomayor-Pizarro e Nogueira 2017; Sottomayor-Pizarro 2018; Sottomayor-Pizarro 2021). No que se refere a este segundo autor, as suas últimas produções destacam-se tanto pelo dinamismo demonstrado na edição das Inquirições Gerais do reinado de D. Dinis, como pelos diversos estudos que contribuíram, decisivamente, para a definição das principais tendências historiográficas atuais.

Por outro lado, a identificação e georreferenciação toponímica constituem um importante processo no estudo das Inquirições Gerais. Sendo esta uma fonte caracterizada por um elevado grau de complexidade e quantidade de dados disponíveis,

⁷ Corresponde a uma unidade administrativa medieval instituída no século XIII e que era presidida por um juiz afeto ao poder régio. Entre outros, veja-se Mattoso 2015, pp. 681-683.

tornou-se evidente que para a análise destes últimos era necessário desenvolver um apoio cartográfico condigno. Portanto, as duas tarefas acima indicadas revelam ser indispensáveis e, para o efeito, a maior parte dos autores recorreram à consulta dos dicionários corográficos como, por exemplo, o de Américo Costa (Costa 1929-1949), ou ainda a importantes obras que abordaram com grande rigor a toponímia e a evolução da corografia de determinadas regiões. Neste segundo aspeto, devem ser sublinhadas as obras de Domingos A. Moreira (Moreira 1972; Moreira 1984; Moreira 1985-1986; Moreira 1987-1988; Moreira 1989-1990) e de José Marques (Marques 1988), pela forma como contribuem e auxiliam os investigadores nas georreferenciações de topónimos e freguesias que foram alvo de diversas vicissitudes como, por exemplo, a extinção ou a incorporação noutra paróquia.

5.2. A TOPONÍMIA NAS INQUIRIÇÕES GERAIS DE 1258

Devo começar por expor algumas das características das Inquirições Gerais de 1258 que poderiam ser aproveitadas na elaboração de um atlas digital. Como foi referido, estas fontes estabelecem uma importante base de reconhecimento toponímico para uma área abrangente do território português. De norte para sul foram inquiridas terras pertencentes aos atuais distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Viseu e Guarda, sendo de destacar que alguns destes foram abordados de uma forma quase integral nestes inquéritos. Neste sentido, esta fonte disponibiliza-nos dados consistentes tanto em quantidade, como em qualidade, a uma escala muito pertinente e única dentro do conjunto das fontes medievais portuguesas. Além disso, estas Inquirições permitem-nos assinalar um período-chave da fixação toponímica, uma vez que diversos lugares povoados terão sido fundados no decurso do século XIII e foram cadastrados, pela primeira vez, num registo escrito (Gonçalves 2012; Coelho 1990; Fontes 1996; Gameiro 1996).

Nestas Inquirições, a maioria dos topónimos foram mencionados num contexto patrimonial, visando o reconhecimento dos proprietários e das suas posses, conforme foi visto em Macarôme, da freguesia de Cabanelas, do concelho de Vila Verde: «Item, in essa vila de Mocromi achamus que Petrus Johannis de Porto Carreiro comparou y erdade [...]» (*Inq. 1258*: f. III, 294)⁸. Simultaneamente, também foram verificadas menções de lugares nas demarcações entre propriedades, nas denominações toponímicas que acompanhavam os nomes das pessoas, entre outros contextos menos frequentes.

Contudo, esta fonte não está isenta de limitações, tendo-me sido possível identificar duas dificuldades principais. A primeira diz respeito à complexidade e morosidade

⁸ Atualmente, *Mocromi* subsiste na microtoponímia na denominada «Rua de São Gens de Macarôme». Esta informação pode ser consultada no Plano de Diretor Municipal (PDM) de Vila Verde, sendo que esta artéria começa em Avilheiras, a norte, e termina em Couto, a sul. Veja-se *Emissão de plantas* [Em linha]. Vila Verde: Município de Vila Verde, [s.d.] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <http://web02.cm-vilareal.pt/Html5Viewer/index.html?viewer=PlantasLocalizacao.PlantasLocalizacao>.

da tarefa de georreferenciar os topónimos, aspetos que abordarei no ponto seguinte. A segunda concerne na assimetria verificada ao nível da quantidade de topónimos referidos, sendo que no território respeitante aos atuais distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo, consegui georreferenciar 4308 lugares, número que contrasta, significativamente, com o volume de dados relativos a Vila Real e Bragança, onde reconheci «apenas» 1021 topónimos. No entanto, devo salientar que no primeiro espaço referido ficaram por reconhecer um maior número de topónimos (6196) e que, no segundo território, faltaram georreferenciar muitos menos lugares (562). Por isso, era evidente que este último se encontrava mais despovoado como, de resto, já salientou Maria Fernanda Maurício (Maurício 1997, pp. 59-81).

5.3. DESENVOLVIMENTO DE UMA BD SOBRE OS DADOS TOPONÍMICOS DAS INQUIRIÇÕES GERAIS DE 1258

O sucesso deste potencial projeto complexo e ambicioso depende da elaboração de uma BD cuidadosamente planeada. Sobre este assunto, julgo trazer uma importante experiência adquirida no decorrer da já mencionada tese de doutoramento⁹. Dedicada ao território situado a norte do rio Douro e aos assuntos da administração periférica régia, desenvolvi-a recorrendo ao *Microsoft Excel*. Versou sobre diversos temas, entre os quais o tratamento de dados geográficos, sendo que da metodologia empregada resultou a identificação de 12 250 topónimos referidos nas Inquirições Gerais de 1258, tendo sido possível georreferenciar 5335 dos mesmos¹⁰.

Num primeiro momento, relativo à organização da tabela, tornou-se importante definir várias colunas que iriam integrar os dados selecionados. A primeira visava atribuir um código próprio a cada lugar identificado na fonte, procedimento sugerido por Miguel Nogueira (Nogueira 2010). As próximas colunas destinaram-se aos dados recolhidos diretamente da fonte, onde se respeitava a seleção das várias grafias dos topónimos, as observações pertinentes sobre o seu enquadramento geográfico¹¹ e assinando-se o seu contexto administrativo em 1258 (freguesia e julgado). Seguem-se outras colunas dedicadas à identificação do nome e à sua situação administrativa atual, assim como outros elementos de georreferenciação (o grau de fiabilidade e as coordenadas decimais, por longitude e latitude). Por fim, foi previsto um campo destinado às observações relativas à georreferenciação onde ficava indicada a fonte cartográfica usada.

Por sua vez, um segundo momento respeitou à definição de regras de catalogação, com vista a assegurar a uniformidade dos dados inseridos. Recorrendo a determinadas

⁹ Na constituição desta BD, foi absolutamente indispensável a colaboração com Miguel Nogueira, da Infografia da FLUP, a quem dirijo agradecimentos individuais.

¹⁰ Veja-se, *Infra*, em Anexo, a Figura 1.

¹¹ Conjunto de observações sobre a forma como o topónimo foi mencionado na fonte, considerando o seu posicionamento no texto (por exemplo, trata-se de um elemento de demarcação de propriedades) ou então o seu enquadramento social ou geográfico, como a proximidade para com elementos naturais ou junto de outros povoados vizinhos.

estratégias de anotação, assinaladas através de diferentes signos de pontuação, optei pelo uso do parêntesis curvo para identificar os topónimos georreferenciados no âmbito da microtoponímia. Já o parêntesis reto foi utilizado em quatro situações principais: em primeiro lugar, para referir locais que atualmente estão situados em território espanhol; em segundo lugar, para assinalar que a designação da freguesia medieval foi complementada com elementos exógenos à fonte; em terceiro lugar, para indicar paróquias efetivamente inquiridas, mas cujos títulos de inquirição não foram explicitamente mencionados (situação especialmente frequente no território dos distritos de Vila Real e Bragança, que foram inquiridos pela 4.^a alçada); o quarto aspecto foi relativo ao uso da barra («/») como forma de incluir as diferentes grafias do topónimo. Por exemplo, um dos primeiros lugares mencionados, a freguesia de São Gens, do julgado de Prado, foi referido como «Sancti Gees», «Sancto Gees» ou «San Gees» (*Inq.* 1258: f. III, 293-294), formas que respeitamos utilizando o símbolo gráfico enunciado.

Apresentados os elementos de organização da BD e as regras de catalogação dos dados, passo agora a enunciar um conjunto de etapas preparatórias relativas à georreferenciação dos topónimos. Para tal, utilizei, predominantemente, o *Google Earth*, um *software* gratuito que permite a extração das coordenadas geográficas e a organização dos dados em marcadores passíveis de exportação para o *Excel*. Esta escolha e as respetivas vantagens assentam particularmente bem nas características intrínsecas do texto das Inquirições Gerais de 1258, dado que as testemunhas referem, na maioria das vezes, topónimos localizados nas suas próprias paróquias ou, no máximo, no território das freguesias limítrofes. Atendendo a esse facto, revelou-se igualmente essencial introduzir no *Google Earth* as delimitações da rede administrativa anterior à reforma de 2013, cuja configuração se aproximava com maior fidelidade do contexto medieval¹².

Para o processo de georreferenciação foi fulcral designar um rumo de investigação hierarquizado. Por isso, no que concerne às fontes cartográficas procurei privilegiar a consulta das cartas militares, depois complementadas por Sistemas de Informação Geográfica concelhios (SIG) ou pelos Planos Diretores Municipais (PDM). Estes três oferecem uma cobertura suficientemente satisfatória e homogénea, providenciando tanto informações macrotoponímicas (nomes de lugares povoados) como microtoponímicas (designações das artérias interiores ou exteriores aos povoados, assim como elementos orográficos ou topográficos relevantes). Além destas fontes principais, as georreferenciações fizeram-se acompanhar de leituras bibliográficas rigorosas, sendo que no decorrer da minha tese de doutoramento consultei autores que estudaram territórios de um concelho ou de uma região, tais como, Teotónio da Fonseca (Fonseca 1948), Avelino de Jesus da Costa (Costa 1997; Costa 1981), Domingos A. Moreira (Moreira 1972), José Marques (Marques 1988; Marques 2005) e Francisco Manuel Alves

¹² É possível descarregar a malha administrativa pré-reforma para o *Google Earth* no *website* da Direção-Geral do Território. Direção-Geral do Património Cultural. *Carta Administrativa Oficial de Portugal* [Em linha] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop>.

(Alves 2000), entre outros, e também recorri à leitura da corografia elaborada por Américo Costa (Costa 1929-1949).

Naturalmente, se as fontes indicadas ajudam a estabelecer uma base para a toponímia atual, a consulta da bibliografia é imprescindível para a compreensão de determinados fenómenos históricos que em muito impactaram a evolução da toponímia. Um dos exemplos mais paradigmáticos diz respeito ao lugar de Vila Franca, localizado na freguesia de Sendas, do concelho de Bragança. Tendo sido denominada como «Bragadinas» ou «Bragadin» nas Inquirições (*Inq. 1258*: f. VIII, 1312), esta povoação mudou de nome ainda durante o período medieval, passando a abraçar a forma referida. Nesse sentido, esta georreferenciação só foi possível recorrendo à obra de Francisco Manuel Alves, autor que disponibilizou a transcrição de um documento de 1311, onde ficou registado que «Item: terra de Bragadinha que ora ha nome Villa Franca» (Alves 2000, t. IV, p. 245).

Tendo em conta a disposição dos marcadores no *Google Earth*, defini alguns critérios que considere serem importantes, sendo de destacar que este é um processo delicado e relevante, sobre o qual se sustentou o mapeamento de toda a informação. Sempre que foi possível, optei por privilegiar a georreferenciação dos topónimos junto de património material historicamente relevante, fazendo uso do atlas disponibilizado pela DGPC. Igualmente, favoreci localizações centradas na confluência entre as artérias viárias, especialmente quando rodeadas de materialidades civis. Aquando da ausência destes elementos, procurei basear-me em características geográficas enunciadas na fonte, tentando estabelecer uma correlação entre o posicionamento atual e a sua potencial localização na Época Medieval. Outra característica determinante associa-se às sedes paroquiais, cujas coordenadas obtidas devem assentar sobre os topónimos denominados «igrejas velhas» ou nos lugares onde esses antigos templos foram edificadas.

No que concerne às georreferenciações, cumpre salientar uma última característica essencial relativa à atribuição de graus de fiabilidade, metodologia que alguns autores têm, atualmente, procurado explorar (Posner 2016). Nesse sentido, foram definidos três níveis, denominados «exato», «aproximado» e «conjeturado». O primeiro transmite certeza na identificação, sendo que, geralmente, o nome do lugar manteve a forma até aos nossos dias; o segundo grau refere-se, na maioria dos casos, a topónimos «compostos», ou seja, designações formadas por mais do que uma palavra, cuja correspondência toponímica atual apenas abrange parte dessa mesma designação¹³; por fim, as georreferenciações classificadas como «conjeturadas» dizem respeito a hipóteses formuladas com base em elementos da fonte, mas cuja validade suscita dúvidas.

Antes de concluir este ponto, considero importante refletir sobre a adaptação e disponibilização em linha de uma BD deste género. Tal preocupação assenta, sobretudo,

¹³ Um exemplo disto diz respeito ao lugar de Sarrela, da freguesia de Vila de Prado, do concelho de Vila Verde, subsistindo na microtoponímia na «Rua de Varziela-Sarrela».

na incorporação de algumas noções essenciais observadas em projetos nacionais e internacionais previamente mencionados, nomeadamente no que respeita ao planeamento da garantia da inteligibilidade da fonte e à preparação da sua utilização para outras áreas científicas e noutros fins sociais e culturais. Relativamente ao primeiro aspeto, revela-se determinante o desenvolvimento de materiais de apoio, como notas críticas detalhadas sobre o processo de georreferenciação dos topónimos, à semelhança do que foi realizado pelos autores de *Regnum Regis*. Quanto ao segundo aspeto, o potencial atlas toponímico poderia, num futuro próximo, servir como recurso valioso para investigações académicas em múltiplas áreas, tais como a História ou a Arqueologia, prevendo-se também a sua aplicação em contextos educativos e civis, promovendo o interesse histórico dentro das comunidades locais. Além disso, poderá ser utilizado na Museologia, adaptado pelas instituições para indicar o conjunto de núcleos medievais habitados dentro da sua respetiva área de interesse.

CONCLUSÃO

No presente artigo procurei chamar à atenção para uma lacuna significativa na historiografia nacional: a quase inexistência de projetos informatizados dedicados às Inquirições Gerais do século XIII, um dos *corpora* documentais mais relevantes do período medieval. Esta carência deveria ser colmatada nos próximos anos. Para além desse aspeto, a proposta aqui apresentada pretende ainda valorizar a toponímia portuguesa de forma inovadora. De facto, este ensaio centrou-se, sobretudo, na identificação e georreferenciação dos topónimos constantes nas Inquirições Gerais de 1258. Todavia, a riqueza informativa presente nestes inquéritos permite abrir novas perspetivas aos estudos de história local, possibilitando o levantamento de elementos individualizadores e significativos para cada lugar. Uma das principais mais-valias do estudo desta fonte reside, precisamente, na abundância de detalhes da vida social, económica e até mesmo política da sua época, que podem ser explorados e conferir, acima de tudo, uma «funcionalidade» inestimável a cada topónimo.

FONTES PUBLICADAS

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum: Inquisitiones.
Vol. I, Fasc. IX. Edição de R. P. AZEVEDO. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1977.

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum: Inquisitiones.
Vol. I, Fasc. VIII. Edição de P. M. L. COELHO. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1961.

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum: Inquisitiones.
Vol. I, Fasc. IV e V. Edição de J. P. C. BASTO. Lisboa: Academia das Ciências, 1897.

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum: Inquisitiones.
Vol. I, Fasc. III. Edição de J. P. C. BASTO. Lisboa: Academia das Ciências, 1891.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALVES, Francisco Manuel, 2000. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança. 12 tomos.
- ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz, e Sergio MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 2006. *Atlas de villas medievales de Vasconia*. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos.
- BOLÒS, Jordi, 2013. *Atles històric de Menàrguens el paisatge històric d'un municipi de la comarca de la Noguera al llarg de dos mil anys*. Menàrguens: Ajuntament de Menàrguens.
- BOLÒS, Jordi, 2010. Cartografia, toponímia e historia medieval. Em: Xulio SOUSA FERNÁNDEZ, ed. *Toponímia e cartografía*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega, pp. 39-71.
- BOLÒS, Jordi, e Víctor HURTADO I CUEVAS, 2010. *Atlas dels comtats de la Catalunya carolíngia*. Barcelona: Rafael Dalmau. 10 vols.
- CARVALHO, Gonçalo Miguel Martins Cameira Sintrão de, 2019. *As inquirições régias entre 1220 e 1307. O exemplo do julgado de Cabeceiras de Basto*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990. A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII. Em: Maria Helena da Cruz COELHO. *Homens, Espaços e Poderes* (séculos XI a XVI). Lisboa: Livros Horizonte, pp. 139-169. Vol. I: Notas do viver social.
- COSTA, Américo, 1929-1949. *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Livraria Civilização. 12 vols.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1997. *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1981. Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI. Em: *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. 850.º aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978)*. Guimarães: [s.n.], vol. III, pp. 135-196.
- EARHART, Amy E., 2012. The Digital Edition and the Digital Humanities. *Textual Cultures: Texts, Contexts, Interpretation*. 7(1), 18-28.
- ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana; José Manuel RODRÍGUEZ GARCÍA, 2010. *Atlas histórico de la Edad Media*. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces.
- FONSECA, Teotónio da, 1948. *O concelho de Barcelos aquém e além-Cávado*. Barcelos: Companhia Editora do Minho. 2 vols.
- FONTES, João Luís Inglês, 1996. A Terra de Vermoim nas Inquirições de 1220: o povoamento e a propriedade régia. Em: *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua época*. Guimarães: Câmara Municipal; Universidade do Minho, vol. 6, pp. 95-107.
- GAMEIRO, Odília Alves, 1996. A propriedade régia em Guimarães nas Inquirições de 1220. Em: *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua época*. Guimarães: Câmara Municipal; Universidade do Minho, vol. 6, pp. 148-179.
- GARCÍA SÁNCHEZ, Jairo Javier, 2010. La elaboración de un atlas toponímico: el *Atlas Toponímico de España*. Em: Xulio SOUSA FERNÁNDEZ, ed. *Toponímia e cartografía*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega, pp. 147-177.
- GARCÍA SANCHEZ, Jairo Javier, 2007. *Atlas toponímico de España*. Madrid: Arco Libros.
- GONÇALVES, Iria, 2012. *Por terras de Entre Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Porto: CITCEM; Afrontamento.
- GONÇALVES, Iria, 1978. O Entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. IV Série, 399-440.

- HSU, Wendy F., 2016. Lessons on Public Humanities from the Civic Sphere. Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/0c337efc-8ed6-4af0-b997-5bdae84ce0d8#ch24>.
- KLEIN, Lauren F., e Matthew K. GOLD, 2016. Digital Humanities: The Expanded Field. Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/14b686b2-bdda-417f-b603-96ae8fbbfd0f>.
- KRUS, Luís, 2011. O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII. Em: Luís KRUS. *A Construção do Passado Medieval. Textos Inéditos e Publicados*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 171-179.
- KRUS, Luís, 1993. D. Dinis e a herança dos Sousas: o inquérito régio de 1287. *Estudos Medievais*. (10), 119-158.
- KRUS, Luís, 1985. Inquirições. Em: José Costa PEREIRA, coord. *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Lisboa: Alfa. Vol. 1.
- KRUS, Luís, 1981. Escrita e Poder: as Inquirições de Afonso III. *Estudos Medievais*. (1), 59-79.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, e João José Alves DIAS, 2003. *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade NOVA de Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, Iria GONÇALVES, e Amélia Aguiar ANDRADE, 1990. *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade NOVA de Lisboa.
- MARQUES, José, 2005. O território do Concelho de Vila Verde, na Idade Média. *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Vila Verde. (1), 49-72.
- MARQUES, José, 1988. *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MARQUES, Daniel Filipe da Costa, 2025a. *A administração régia periférica a norte do Douro segundo as Inquirições Gerais de 1258* [Em linha]. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/168670>.
- MARQUES, Daniel Filipe da Costa, 2025b. A administração régia nas Inquirições Gerais de 1258: ofícios e funções. Em: Celia VILA FERNÁNDEZ et. al., eds. *Omnia Restituo* [Em linha]. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 127-151 [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15304/me.2025.1867>.
- MATTOSO, José, 2015. *Identificação de um País*. Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José, Luís KRUS, e Olga BETTENCOURT, 1982. As Inquirições de 1258 como fonte da História da nobreza — o julgado de Aguiar de Sousa. *Revista de História Económica e Social*. (9), 17-74.
- MAURÍCIO, Maria Fernanda, 1997. *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*. Lisboa: Edições Colibri.
- McGRAIL, Anne B., 2016. The “Whole Game”: Digital Humanities at Community Colleges. Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/39a2e421-1588-455a-8828-3709a728126f#ch02>.
- Meeting the judge. The late medieval Portuguese peripheral justice in geographical and chronological context*. Edição de Adelaide COSTA, Mário FARELO, e Gonçalo Melo da SILVA. Palermo: Officina di Studi Medievali, 2023.
- MONSALVO ANTÓN, José María, 2010. *Atlas histórico de la España medieval*. Madrid: Síntesis.
- MOREIRA, Domingos A., 1989-1990. Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais. 2.ª Parte: (Fascículo R-V) – (Conclusão). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2.ª Série, 7/8, 7-117.

- MOREIRA, Domingos A., 1987-1988. Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais. II Parte — Inventariação Onomástica (Fascículo P). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2.ª Série, 5/6, 7-53.
- MOREIRA, Domingos A., 1985-1986. Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais. II Parte — Inventariação Onomástica (Fascículo G-O). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2.ª Série, 3/4, 61-157.
- MOREIRA, Domingos A., 1984. Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais. II Parte — Inventariação Onomástica (B-F). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2.ª Série, 2, 7-86.
- MOREIRA, Domingos A., 1972. Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais (Continuação do Vol. XXXIV – Fasc. 3-4) II Parte. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 1.ª Série, XXXV, 141-237.
- MOUTA, Fernando Jorge Cruz, 2023. *Comércio, Cooperação e Conflito no Litoral Atlântico Africano (1435-1622). Para além do tráfico transatlântico de escravos*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- NOGUEIRA, Miguel, 2010. Percurso metodológico para a implementação de um SIG em arqueologia mineira: breves reflexões. Em: Carla Maria Braz MARTINS, coord. *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM, pp. 179-187.
- PÉREZ PIQUER, Aigües-Vives, 1997. Atlas toponímico valencian. *Societat d'Onomàstica: bulletí interior* [Em linha]. (71), 837-847 [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/BISO/article/view/411799>.
- POSNER, Miriam, 2016. What's next: The Radical, Unrealized Potential of Digital Humanities? Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/a22aca14-0eb0-4cc6-a622-6fee9428a357#ch03>.
- RIBEIRO, João Pedro, 1815. *Memórias para a História das Inquirições dos primeiros Reinados de Portugal coligidas pelos discípulos da Aula de Diplomática no ano de 1814 para 1815 debaixo da direção dos Lentos Proprietário, e Substituto da mesma Aula*. Lisboa: Na Impressão Régia.
- ROBERTSON, Stephen, 2016. The Differences between Digital Humanities and Digital History. Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/ed4a1145-7044-42e9-a898-5ff8691b6628#ch25>.
- ROSELLÓ VERGER, Vicenç Maria, 2008. *Cartografia històrica dels Països Catalans*. Girona: Universitat de Girona.
- SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel et. al., ed., 1999. *Atlas Histórico de Cantabria*. Santander: Grupo de Investigación en Geografía Histórica de Cantabria.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2021. Da cooperação ao conflito: poder régio versus poder senhorial em Portugal através das Inquirições Gerais dos séculos XIII e XIV. Em: Raquel MARTÍNEZ PEÑÍN, e Gregoria CAVERO DOMÍNGUEZ, coord. *Poder y poderes en la Edad Media*. Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales; Editum, pp. 429-460.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2018. Monarquia e Aristocracia em Portugal (séculos XII-XIV). «Forais» e «Inquirições» na construção de uma Geografia do Poder Régio. Em: Fernando ARIAS GULLÉN, e Pascual MARTÍNEZ SOPENA, eds. *Los espacios del Rey: poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 133-183.

- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2016. A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV). Uma relação de serviço? Em: *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media. Actas de la XLII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarrar*. Iruña/Pamplona: Gobierno de Navarra, pp. 141-176.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2013. As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII -XIV): fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica — breves apontamentos. *Ciências e Técnicas do Património: Revista da Faculdade de Letras*. **XII**, 275-292.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2005. *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, e Miguel NOGUEIRA, 2017. A propriedade senhorial nas Inquirições dos finais do século XIII. Coutos e honras, quintãs, paços e torres (II Parte). Douro Litoral, Trás-os-Montes/Alto Douro e Beiras. Em: *Actas do 4.º Congresso Internacional Casa Nobre um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, pp. 54-77. Tomo I: *Memória histórica*. Arquivos e documentação familiar.
- SOUSA FERNÁNDEZ, Xulio, ed., 2010. *Toponimia e cartografía*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega.
- TENEN, Dennis, 2016. Blunt Instrumentalism: On Tools and Methods. Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/09605ba7-ca68-473d-b5a4-c58528f42619#ch09>.
- THALLER, Manfred, 2012. Controversies around the Digital Humanities: An Agenda. *Historical Social Research/ Historische Sozialforschung*. **37**(3), 7-23. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262082740_Controversies_around_the_Digital_Humanities_An_Agenda.
- TRINDADE, Maria José Lagos, 1981a. A propriedade das Ordens Militares nas Inquirições Gerais de 1220. Em: Maria José Lagos TRINDADE. *Estudos de História Medieval e outros*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 129-143.
- TRINDADE, Maria José Lagos, 1981b. Questões da Administração local nas Inquirições gerais de Afonso III. Em: Maria José Lagos TRINDADE. *Estudos de História Medieval e outros*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 145-163.
- UNDERWOOD, Ted, 2019. Digital Humanities as a Semi-Normal Thing. Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2019* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled-f2acf72c-a469-49d8-be35-67f9ac1e3a60/section/ac5fc1c4-abcb-4a04-8a4b-fa5fe763220e#ch10>.
- VENTURA, Leontina, 2006. *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VIANA, Mário, 2015. Estudo de caso em História. Os casais despovoados nas inquirições régias portuguesas (1220-1258): uma aproximação com Python. Em: Hélia GUERRA et al. *Mineração de texto em Humanidades*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 231-293.
- VIANA, Mário, 2013. Os preços agrícolas nas inquirições de 1258. Em: Jesús Ángel SOLÓRZANO TELECHEA, e Mário VIANA, eds. *Economia e instituições na Idade Média. Novas abordagens*. Ponte Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, pp. 39-64.
- VIANA, Mário, 2009. As medidas de capacidade nas inquirições de 1258. Em: Maria do Rosário Themudo BARATA, e Luís KRUS, dir. *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 681-704.

ATLAS E BASES DE DADOS *ONLINE*

- ALBERTO, Paulo Farmhouse, e Carlos Prieto ESPINOSA, eds., 2015. *CODOLPOR: Corpus Documentale Latinum Portucalense* [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://codolpor.letras.ulisboa.pt/>.
- ALVES, Daniel, et. al., 2010-2019. *Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental* [Em linha] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://litescape.ielt.fcsh.unl.pt/>.
- BREE, P. van, e G. KESSELS, 2013. *Nodegoat: a web-based data management, network analysis & visualisation environment* [Em linha] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://nodegoat.net/>.
- BRITO, C., et. al., 2022. *Sea Citation Database* [Em linha]. Lisboa: Centro de Humanidades [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <http://cehresearch.org/SeaCite/seacite.php>.
- CARRACEDO FRAGA, Xosé, et. al., 2024. *CODOLGA* [Em linha]. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://corpus.cirp.gal/codolga/>.
- CEREIXO SILVA, Amparo, et. al., 2008. *Inventario Toponímico da Galicia Medieval* [Em linha]. Santiago de Compostela [consult. 2025-07-06]. Disponível em: https://ilg.usc.es/itgm/doc/ITGM_FOLLA%20INFORMATIVA_paxina_web.pdf.
- CHARLES, B., dir., 1997-. *PhiloBiblon* [base de dados em linha]. Berkeley: Universidade da Califórnia [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://philobiblon.upf.edu/html/index.html>.
- DGPC [Direção-Geral do Património Cultural], 2014-2015. *Património Arquitectónico Protegido em Portugal* [Em linha]. Lisboa [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/PublicInformation/index.html?appid=2047c8c660ee42ca84515c9b87964cef&fbclid=IwAR3F653xTmrsDUYOxuD0asIEVaGrBTNU1CO6Zy16nVBUZpqkeyT5IYtho>.
- DGPC [Direção-Geral do Património Cultural], 2024. *Atlas do património classificado e em vias de classificação* [Em linha]. Lisboa [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91>.
- DMMapp [Em linha] [consult. 2025-07-06]. 2025. Disponível em: <https://digitizedmedievalmanuscripts.org/map>.
- DOMINGUES, José, e Vidal MOREIRA, coord., 2012. *CLIMA: Corpus Legislativo da Idade Média Anotado* [base de dados em linha]. Porto: Universidade Lusíada [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.ulusiada.pt/clima/>.
- FamalicãoID [Em linha]. Vila Nova de Famalicão: Município de Vila Nova de Famalicão, 2014 [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://famalicaooid.org/>.
- FERRÉ, Pere, et. al., 2019. *Romanceiro.pt* [base de dados em linha]. Évora: Universidade de Évora [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://ielt.fcsh.unl.pt/portfolio/romanceiro/>.
- GASPAR, Joaquim Alves, et. al., 2017-2022. *The medieval and Early Modern Nautical Chart: Birth, Evolution, and Use* (Medea-chart) [Em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://medea.fc.ul.pt/main/>.
- Hereditas: atlas da paisagem cultural* [Em linha]. Guimarães: Município de Guimarães, 2021-2025 [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://atlas.cm-guimaraes.pt/>.
- HOLTERMAN, Bart, et al., ed., 2025. *Viabundus Pre-modern Street Map 2* [Em linha] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.landesgeschichte.uni-goettingen.de/handelsstrassen/info.php>.
- Humanidades Digitales Hispánicas* [Em linha]. 2012-2025 [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://humanidadesdigitaleshispanicas.es/>.
- IEM Geoportal* [Em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2025 [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://iem.fcsh.unl.pt/recursos/iem-geoportal/>.
- LOPES, Graça Videira, et al., 2019-. *Cantigas medievais galego-portuguesas* [base de dados em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/FCSH/NOVA [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://cantigas.fcsh.unl.pt/apresentacao.asp>.

- Regnum Regis — Bibliografia* [base de dados em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2014 [consult. 2024-12-18]. Disponível em: <https://arquivo.pt/noFrame/replay/20240112182556>
<https://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=outros&id=258>.
- ROLDÃO, Filipa, e Joana SERAFIM, 2021-2024. *iforal — Forais medievais portuguesas: uma perspetiva histórica e linguística na era digital* [base de dados em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://iforal.hypotheses.org/>.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, et. al., dir., 1993-2005. *Atlas de Cartografia Histórica* [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt>.
- SOUTINHO, Pedro, 2024. *Vias Romanas em Portugal* [Em linha] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.viasromanas.pt/>.

ANEXO

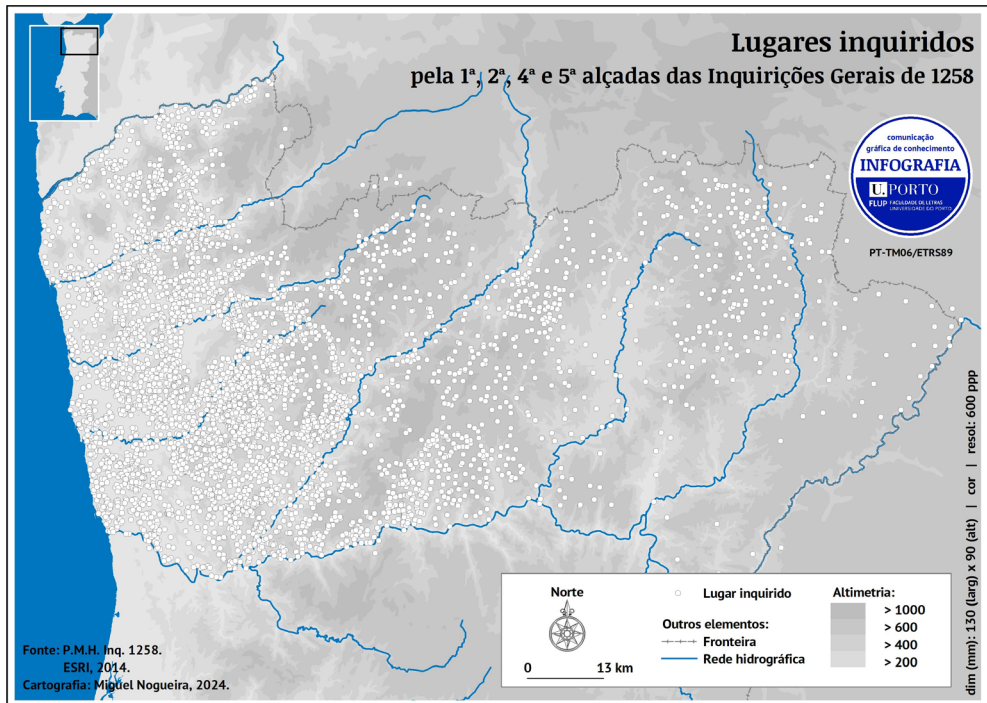


Fig. 1. Lugares inquiridos pelas 1.^a, 2.^a, 4.^a e 5.^a alçadas das Inquirições Gerais de 1258

Fonte: Marques 2025b, p. 130

RECURSOS DIGITAIS E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES:

O POTENCIAL PEDAGÓGICO DO MUSEU VIRTUAL DO RENASCIMENTO

CÁTIA TEIXEIRA*

SARA DIAS-TRINDADE**

JOÃO FRANÇA***

SOFIA ALBINO****

Resumo: *Este artigo apresenta a conceção e implementação do Museu Virtual do Renascimento, desenvolvido por futuros professores de História no âmbito da sua formação inicial, através da plataforma Artsteps, procurando explorar o potencial pedagógico dos museus virtuais como recursos didáticos inovadores, promovendo aprendizagens significativas, colaborativas e interdisciplinares. A experiência permitiu aos participantes desenvolver competências digitais, refletir criticamente sobre práticas educativas e testar o recurso em contexto real de sala de aula. Os resultados evidenciam o impacto positivo da integração das tecnologias digitais no ensino de História, reforçando a importância de práticas formativas que articulem teoria e prática, inovação metodológica e literacia digital.*

Palavras-chave: *Museu virtual; Ensino de História; Formação inicial de professores; Educação digital; Renascimento.*

Abstract: *This article presents the design and implementation of the Virtual Renaissance Museum, developed by future history teachers as part of their initial training, using the Artsteps platform. It seeks to explore the pedagogical potential of virtual museums as innovative teaching resources, promoting meaningful, collaborative, and interdisciplinary learning. The experience allowed participants to develop digital competences, critically reflect on educational practices, and test the resource in a real classroom context. The results highlight the positive impact of integrating digital technologies into history teaching, reinforcing the importance of training practices that combine theory and practice, methodological innovation, and digital competence.*

Keywords: *Virtual museum; History teaching; Pre-service teacher education; Digital Education; Renaissance.*

INTRODUÇÃO

A evolução das tecnologias digitais veio redefinir a produção, a circulação e a apropriação do conhecimento histórico, deslocando o foco do simples acesso a conteúdos para processos de curadoria digital que permitem reconfigurar estratégias de aprendizagem e modificar a forma como os alunos aprendem e interpretam o passado através

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Email: catia.teixeira90@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8445-3060>.

** CITCEM (UID/04059/2025; DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>), Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Email: sdrindade@letras.up.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5927-3957>.

*** Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Email: joaofranca020@gmail.com.

**** Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Email: sofianair.albino@gmail.com.

de meios digitais (Lee 2024). Esta abordagem, integrada nos pressupostos das Humanidades Digitais, foca-se na valorização de narrativas interpretativas, na participação ativa dos utilizadores e na promoção de aprendizagens críticas e colaborativas (Mutibwa, Hess e Jackson 2020).

Neste contexto, os museus virtuais constituem-se enquanto espaço de convergência entre o património cultural e as tecnologias digitais, permitindo o desenvolvimento de experiências interativas onde a tecnologia não é um fim em si mesma, mas antes um meio para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, inclusivas e contextualizadas. De facto, o trabalho com museus virtuais em sala de aula pode ser desenvolvido como estratégia para aproximar o património dos alunos, mas também, se realizado em contextos em que estes são chamados a participar e interagir com esse mesmo património, criando mesmo narrativas interpretativas que articulam fontes, contextos e mediações tecnológicas, contribuindo para o desenvolvimento de competências críticas na análise de representações culturais (Nemo 2022; Georgopoulou et al. 2025). Na verdade, tal como reforçam Georgopoulou et al. (2025), esta é uma das grandes vantagens dos trabalhos realizados no âmbito desta vertente pedagógica das Humanidades Digitais, ao aproveitarem «o potencial da era digital para estimular a exploração intelectual e o pensamento revolucionário» (p. 121).

O potencial dos espaços digitais tem sido aproveitado, então, para a criação de ambientes virtuais onde museus que têm um espaço físico apresentam elementos das suas coleções, mas também para a criação de museus completamente virtuais. Neste caso, existem hoje diferentes plataformas digitais que permitem a diferentes utilizadores, nomeadamente, professores, a criação de um museu virtual, concebendo exposições alinhadas com objetivos pedagógicos específicos.

Naturalmente, no contexto pedagógico, é importante que professores e alunos saibam ultrapassar a dimensão instrumental destas possibilidades através do acesso a experiências formativas que sejam pedagogicamente significativas. No caso dos docentes, torna-se assim relevante que, na sua formação inicial, tenham a possibilidade de conhecer práticas pedagógicas onde o digital — e, neste caso concreto, os museus virtuais — seja integrado enquanto meio para potenciar os processos educativos para que, posteriormente, também os alunos compreendam como podem fazer uso desses processos para desenvolver competências de análise histórica, literacia digital e pensamento crítico (Kayaalp, Namlı e Meral 2024; Gonçalves e Kanaane 2021).

Assim, o presente artigo apresenta a criação do Museu Virtual do Renascimento, no âmbito da unidade curricular A Web e o Ensino da História, do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), através da plataforma digital *Artsteps*. Esta iniciativa visou, primariamente, a construção de um ambiente imersivo e pedagógico, funcionando como um espaço de experimentação didática para futuros docentes, procurando o texto que aqui se apresenta descrever o processo de construção do referido museu enquanto recurso pedagógico.

Portanto, mais do que uma simples exposição digital, este museu foi constituído enquanto espaço de experimentação didática, no qual os futuros docentes puderam aplicar, de forma holística, os conhecimentos adquiridos sobre o uso das tecnologias digitais em contexto educativo (Ribeiro e Dias-Trindade 2024). A experiência tinha como objetivo refletir sobre as potencialidades dos ambientes virtuais como recurso didático e pedagógico, capazes de promover competências essenciais nos alunos, como o pensamento crítico, a literacia digital e a contextualização histórica, numa lógica de «aprender fazendo».

Em suma, o presente artigo apresenta o processo de construção do Museu Virtual do Renascimento e mostra de que forma esse trabalho contribuiu para o desenvolvimento de competências digitais por parte de estudantes que se preparam para serem professores de História, apresentando as aprendizagens adquiridas pelos seus autores — futuros docentes — no que diz respeito à integração das tecnologias digitais no ensino, à colaboração entre pares e à reflexão crítica sobre práticas pedagógicas.

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO: O MUSEU VIRTUAL DO RENASCIMENTO

1.1. ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA

A escolha do Renascimento como temática central do museu virtual surgiu da sua relevância no currículo do ensino básico e secundário, bem como do seu potencial para ser explorada de forma interdisciplinar e visualmente apelativa num ambiente digital. Trata-se de um período histórico profundamente transformador, que marcou a transição da Idade Média para a Modernidade, refletindo mudanças significativas nas áreas da arte, ciência, religião, filosofia, entre outras (Hauser 1989). A riqueza visual e simbólica das produções renascentistas — como pinturas, esculturas, obras arquitetónicas, manuscritos e invenções científicas — oferece um vasto leque de possibilidades para a criação de conteúdos expositivos em ambientes virtuais, permitindo a articulação entre fontes históricas e recursos digitais de forma criativa e acessível (Hindley 1982).

Além disso, o Renascimento é um tema que favorece a análise crítica de processos históricos de longa duração — como a valorização da razão, o desenvolvimento da imprensa, a expansão do conhecimento científico e a reconfiguração das visões sobre o ser humano e o mundo (Pettegree 2010). Estes aspetos tornam-no especialmente adequado para a construção de percursos pedagógicos centrados na interpretação de documentos, na contextualização histórica e na promoção do pensamento crítico. Assim, ao selecionar este período como foco do projeto, pretendeu-se não apenas cumprir objetivos programáticos, mas também criar um espaço educativo inovador que pudesse despertar o interesse dos alunos e estimular aprendizagens significativas.

O Museu Virtual do Renascimento¹, desenvolvido na plataforma de utilização gratuita *Artsteps*, foi estruturado em quatro salas temáticas interligadas, permitindo aos visitantes uma navegação orientada por diferentes dimensões do Renascimento. A organização do espaço expositivo teve como objetivo proporcionar uma experiência imersiva e coerente, articulando os principais eixos culturais, artísticos e simbólicos deste período, em linha com os princípios defendidos por Yezhova, Zhao e Pashkevych (2025).

A Sala 1 — *Mitologia e Arquitetura: recuperação clássica no Renascimento* — introduz o visitante às referências do mundo greco-romano que foram revalorizadas durante o Renascimento, de forma a evidenciar a influência da mitologia clássica e da simetria arquitetónica nos projetos artísticos da época. A Sala 2 — *Da Escultura à Cerâmica: percursos clássicos* — apresenta uma seleção de obras tridimensionais que ilustram o diálogo entre técnica, estética e herança clássicas, revelando o virtuosismo dos artistas renascentistas na modelação da figura humana e na valorização dos materiais. A Sala 3 — *O esplendor da fé: Arte Sacra renascentista* — centra-se na produção artística de carácter religioso, refletindo a importância da fé e da espiritualidade no quotidiano renascentista. Esta secção destaca obras que conjugam a devoção com a inovação estética, testemunhando a adaptação dos temas cristãos às novas linguagens artísticas. Por fim, a Sala 4 — *Reflexos do profano: retratos no Renascimento* — explora o surgimento do retrato como expressão da individualidade e do estatuto social. Aqui, são evidenciadas representações do poder, da identidade e da secularização progressiva da arte, que revelam um olhar mais humanizado e personalizado sobre os sujeitos históricos.

Esta divisão temática permitiu criar um percurso expositivo equilibrado, que valoriza tanto a diversidade de manifestações culturais do Renascimento como o seu enquadramento histórico, com o intuito de proporcionar aos visitantes e, futuramente, aos alunos, uma experiência didática rica, contextualizada e interativa.

1.2. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO NA PLATAFORMA ARTSTEPS

A plataforma *Artsteps* é uma plataforma global que permite aos utilizadores construir e partilhar as suas exposições e espaços 3D, assim como navegar por espaços virtuais criados por outros utilizadores. Esta plataforma permite criar *storytellings* interativos, que no caso deste projeto se apelidou de «visita guiada». Para além da sua interatividade tridimensional, a *Artsteps* simplifica a divulgação das exposições e pavilhões virtuais, uma vez que se tornam portáteis e disponíveis para qualquer utilizador com recurso à internet. É, assim, dirigido a criadores de todos os tipos de gostos e necessidades como, por exemplo, museus, galerias, exposições comerciais, pavilhões, entre outros. A capacidade de projetar ambientes 3D inclui uma vasta gama de recursos digitais, tais como, imagens, áudio, vídeo e objetos 3D. Há ainda a possibilidade de acesso por dispositivos móveis, computador e, até mesmo, *headsets* de realidade virtual.

¹ Disponível em: <https://www.artsteps.com/view/67166ccd462b1d6447caccef>.

Iniciou-se o projeto digital através do *link* <https://www.artsteps.com/> e da abertura de uma conta gratuita². Em seguida, criou-se um espaço virtual (Fig. 1), sem a seleção de uma estrutura predefinida, tendo sido construídos todos os espaços que requeriam as quatro salas.

Depois de definida a estrutura do espaço virtual, deu-se início à etapa de inserção dos objetos e de todo o conteúdo do museu. Esta foi a tarefa mais longa e árdua na concretização deste projeto³. É possível fazer o *upload* de imagens, vídeos, objetos 3D e texto. Depois de fazer o *upload* de uma imagem, esta pode ser manuseada através de um conjunto de ferramentas que ajudam a orientar a imagem no espaço, tais como, *Move*, *Rotate* e *Scale*. Para as imagens é possível selecionar uma moldura. Como o presente projeto consistia num museu, esta ferramenta demonstrou ser bastante útil para a área onde se pretendia «expor» diferentes pinturas. Nesta etapa, inseriu-se também uma ficha técnica de cada figura presente no museu que pode, posteriormente, ser consultada pelos visitantes.

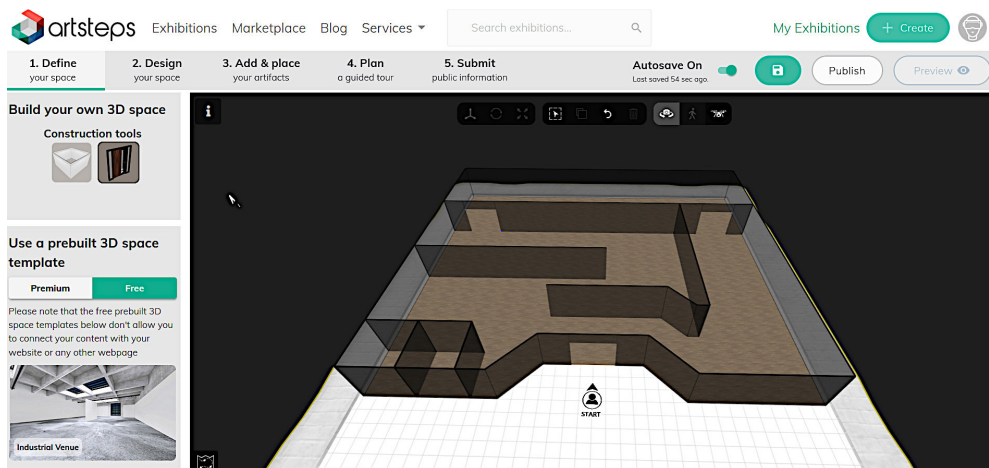


Fig. 1. Configuração da planta museológica através da secção *Define your space*

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Adicionar texto à parede foi o processo mais simples durante o *upload* de objetos. Basta copiar e colar ou digitar o conteúdo diretamente no campo principal do recurso de texto. O texto será exibido como um bloco flutuante contínuo. No entanto, não é possível ajustar a largura do texto utilizando a ferramenta *Scale*. Assim, é necessário recorrer a um método mais rudimentar: voltar ao editor de texto e inserir quebras de linha manualmente para obter o alinhamento desejado (Fig. 2).

² Torna-se importante destacar que a plataforma *Artsteps* tem limitações quando se utiliza na versão gratuita. Assim, há algumas funcionalidades que são possíveis, apenas, para utilizadores que pagam para ter esse acesso.

³ A opção gratuita da plataforma limita, de facto, as possibilidades, por exemplo, devido à disponibilização de apenas cinco modelos de expositor, à restrição de 4 MB por objeto 3D, à compatibilidade reduzida de formatos de ficheiros (com funcionamento nem sempre estável) e à dificuldade em encontrar modelos 3D gratuitos adequados, o que exigiu pesquisa extensiva e a utilização de *software* adicional para a otimização dos ficheiros.



Fig. 2. Colocação de texto na parede juntamente com imagens emolduradas

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

O próximo passo foi o mais complexo do projeto: a incorporação de objetos 3D. A aplicação *Artsteps* oferece cinco expositores «pré-fabricados» que são, contudo, limitados quanto à sua funcionalidade. Para além disso, todos os objetos 3D têm um limite de 4 MB na versão gratuita. Esta limitação dificultou a inclusão de objetos 3D com geometria complexa. Além do mais, a aplicação *Artsteps* não reconhece todos os objetos 3D, mesmo que possuam menos de 4 MB. O tempo despendido neste passo foi maior do que inicialmente pensado, revelando-se num caminho com avanços e recuos para os incorporar de forma correta (Fig. 3).



Fig. 3. Tentativas de *upload* do objeto 3D, *Vénus de Milo*

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Outro obstáculo, e um dos mais relevantes, foi a procura de objetos 3D. Uma vez que a aplicação *Artsteps* apenas providencia cinco modelos, foi necessário pesquisar modelos adequados a este espaço museológico. Fez-se uma pesquisa minuciosa de objetos 3D em *websites* gratuitos. Um dos obstáculos mais complexos de ultrapassar foi o uso de esculturas 3D relevantes para a temática do projeto. Foi possível encontrar esculturas da Antiguidade Clássica e Renascentista adequadas para inserir no museu, mas o tamanho das esculturas excedia os 4 MB. Desse modo, e após uma pesquisa minuciosa sobre edição de imagens 3D, decidiu-se instalar o aplicativo *3D BUILDER*. Através do aplicativo foi possível diminuir o tamanho das imagens e simplificar/reduzir a geometria complexa de cada escultura (Fig. 4).

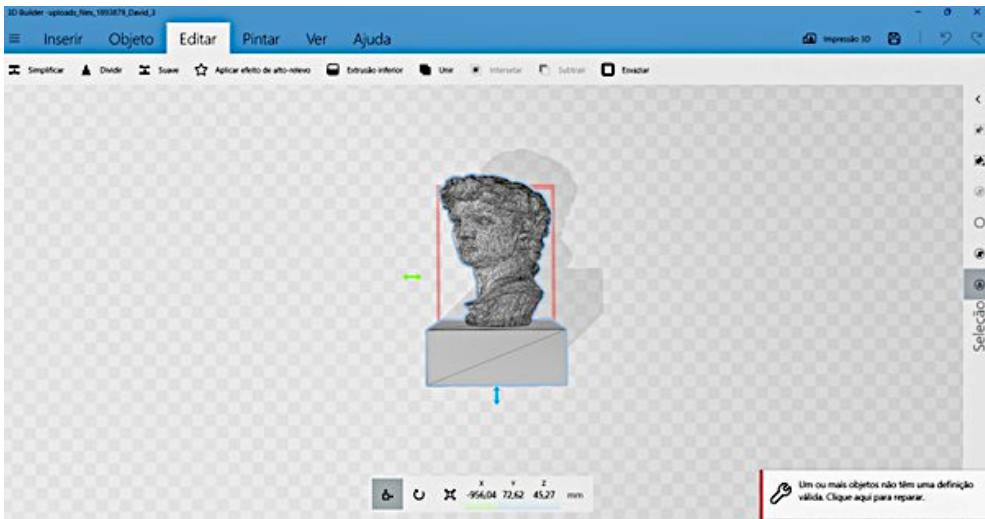


Fig. 4. Aplicativo *3D BUILDER*
Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Após a inserção de alguns objetos 3D, procurou-se proporcionar alguma interatividade simulada ao museu através da seguinte questão: por que não tocar nos objetos no museu? Nos museus «reais» esta interatividade não só fornece um estímulo positivo às crianças e adultos curiosos, como também a pessoas portadoras de perda total ou parcial da visão. Assim, foi criado um espaço dedicado ao tato através de um painel das Portas do Paraíso, de Lorenzo Ghiberti (Fig. 5).

No seguimento de interatividade simulada no museu, também se incluiu um toque da realidade através da realização de um *workshop*, em que se convida os visitantes a explorarem a prensa móvel criada por Johannes Gutenberg e, assim, criar o seu próprio manuscrito impresso (Fig. 6).



Fig. 5. Espaço dedicado ao tato

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024



Fig. 6. Espaço dedicado ao tato

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Após a inserção dos objetos 3D, que consistiram em obras de arte, elementos decorativos e mapas-guia, a construção do espaço museológico estava completa.

A etapa seguinte — *Plan a guided tour* — consiste em adicionar pontos de orientação ao espaço de exposição. Este recurso pode ser utilizado para descrever o espaço através de uma narrativa interativa ou para explicar o *design* da exposição. Optou-se por uma visita guiada simulada pelos autores, enquanto guias do visitante. Iniciou-se a criação desta interatividade selecionando o botão *Add Guide Point*. Primeiro, foram colocados um título e uma descrição ao ponto-guia e, em cada um, a respetiva informação, formando-se assim um percurso guiado para a visita (Fig. 7).

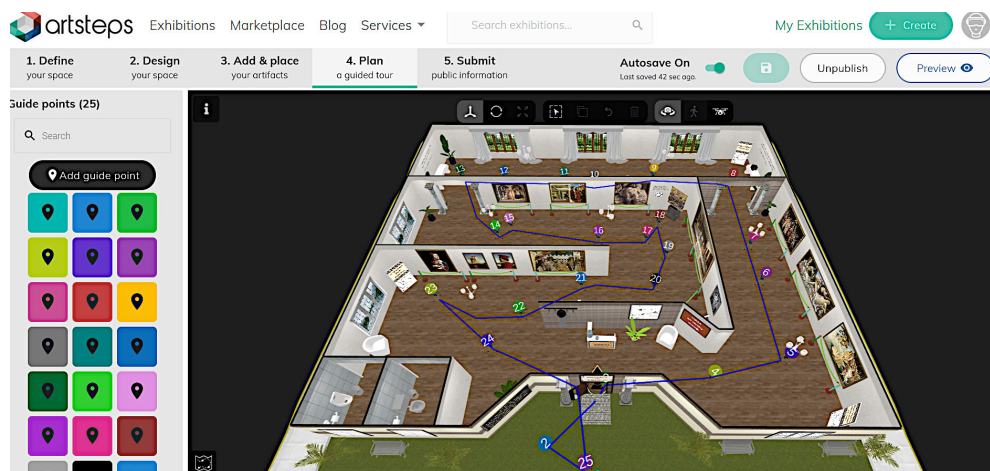


Fig. 7. Percurso dos pontos-guia

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Na última etapa — *Publish your exhibition* —, e uma vez guardado e publicado o projeto, este passa a estar acessível. Assim, o Museu Virtual do Renascimento ficou aberto ao público através do *link* <https://www.artsteps.com/view/67166ccd462b1d-6447caccef>.

2. RESULTADOS

2.1. «APRENDER FAZENDO»: O CONTRIBUTO DA EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

O Museu Virtual do Renascimento foi concebido com uma série de objetivos pedagógicos claros, alinhados com as Aprendizagens Essenciais de História, proporcionando, também, aos seus autores, uma experiência prática de preparação de recursos pedagógicos digitais. Nesse sentido, este projeto visou não apenas a criação de um recurso didático inovador, mas também o desenvolvimento de competências essenciais para a prática docente no contexto digital. Estes objetivos abrangem tanto o domínio dos recursos digitais como a reflexão crítica sobre o uso pedagógico da tecnologia digital no ensino de História, de forma a preparar futuros docentes para desafios educacionais contemporâneos.

Um dos principais objetivos foi promover a competência digital docente, capacitando os formandos para o uso criativo e pedagógico das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem (Coppi, Fialho e Gomes 2025). Ao utilizar a plataforma *Artsteps*, os futuros docentes tiveram a oportunidade de explorar diferentes recursos digitais interativos e multimodais para criar um ambiente de aprendizagem virtual. Este processo proporcionou uma experiência prática no uso de tecnologias e favoreceu

o desenvolvimento de competências de âmbito digital, ao exigirem que os futuros docentes selecionassem, organizassem e apresentassem conteúdos históricos de forma clara e acessível. Este trabalho envolveu um planeamento preciso, pois foi necessário estruturar a narrativa do museu, as interações dos visitantes e a distribuição dos conteúdos em diferentes secções.

Outro objetivo importante foi a promoção da aprendizagem ativa e colaborativa, que se concretizou através do trabalho em equipa na criação das diferentes secções do museu virtual. A colaboração entre os futuros docentes estimulou o desenvolvimento de competências de planeamento coletivo, a negociação de ideias e a integração de múltiplas perspetivas. A atividade desafiou os participantes a refletirem sobre como as tecnologias podem ser utilizadas para envolver os alunos de maneira mais ativa e participativa, de modo a criar experiências de aprendizagem mais dinâmicas e interativas. Este trabalho colaborativo também incluiu a seleção criteriosa de fontes, tanto históricas como historiográficas, promovendo um exercício de seleção metodológica rigoroso.

Além disso, o projeto teve como objetivo promover uma abordagem interdisciplinar do Renascimento, de forma a permitir uma exploração fidedigna da arte, da ciência, da religião e da filosofia desse período histórico. A estrutura do museu virtual, com as suas quatro salas temáticas, proporcionou a oportunidade de desenvolver competências de integração de conteúdos de diversas disciplinas, algo crucial para o ensino de História. Trabalhar com um tema tão vasto e multifacetado permite perceber a importância de uma abordagem holística no ensino, que favorece a construção de um conhecimento mais integrado e contextualizado (Santos e Neves 2024).

O projeto também procurou incentivar a inovação pedagógica, uma vez que desafiou os futuros educadores a pensar em formas novas e criativas de ensinar História (Graça, Ramos e Solé 2020). A criação de um museu virtual é um excelente recurso para motivar os alunos de maneira envolvente, permitindo-lhes explorar o passado de forma interativa, sem as limitações físicas de um museu tradicional. Esse tipo de atividade pode ser facilmente replicado em sala de aula, uma vez que serve como um modelo para a criação de projetos semelhantes com outra temática ou periodização, o que pode tornar as aulas mais interessantes e significativas.

No entanto, como todos os projetos de âmbito digital, o processo de criação do museu virtual não esteve isento de desafios e limitações. A utilização de uma plataforma digital exigiu que os autores se familiarizassem com novos recursos, o que, por vezes, criou dificuldades no domínio técnico e na adaptação às exigências da plataforma *Artsteps*. Apesar destes obstáculos, foi possível superar as dificuldades e entregar um produto que reflete o esforço coletivo concretizado ao longo do processo, compreendendo a exigência de alguns recursos digitais e a conseqüente necessidade de, quando escolhidos, servirem, de facto, uma intencionalidade pedagógica e terem um resultado prático — a aprendizagem dos alunos — em linha com a complexidade da tarefa preparatória realizada.

2.2. DA TEORIA À PRÁTICA: A TESTAGEM DO RECURSO DIGITAL CRIADO

A experiência da formação inicial de professores enriquece-se pela prática. Nesse sentido, considera-se pertinente deixar algumas observações sobre uma primeira experiência de exploração do recurso pedagógico virtual desenvolvido, que decorreu em novembro de 2024. Assim, o Museu Virtual do Renascimento foi apresentado numa escola pública do Porto, junto de 19 alunos de uma turma do 8.º ano do 3.º ciclo do ensino básico.

Havia sido preparado, previamente, um guião para a exploração do Museu Virtual do Renascimento (Tabela 1), para que os alunos pudessem, numa fase inicial, explorar o museu de forma autónoma, através dos seus telefones, seguindo-se um momento de diálogo com a turma sobre o que tinham acabado de observar.

Apesar de algumas dificuldades técnicas, nomeadamente problemas de acesso à internet e a escassez de dispositivos disponíveis para os alunos, a atividade revelou-se enriquecedora. A interação com o museu virtual mostrou-se eficaz na mobilização do interesse dos alunos e na promoção de aprendizagens significativas, evidenciando o potencial deste tipo de recurso no ensino de História (Ong 2025).

Foi, deste modo, possível aos professores em formação inicial trabalhar com a referida turma e verificar que este trabalho lhes proporcionou uma oportunidade para consolidar os conhecimentos adquiridos, previamente, sobre a arte renascentista, durante a visita ao museu virtual. No final da atividade, foi pedido aos alunos que dessem a sua opinião, oralmente, sobre a mesma, ainda que de uma forma informal, mas de modo a permitir, aos professores em formação inicial, analisar os resultados obtidos nesta primeira experiência e refletir, posteriormente, sobre aspetos a melhorar.

Dos dados recolhidos, destaca-se que oito alunos consideraram o museu virtual como um recurso «interessante e interativo», revelando um elevado grau de envolvimento e motivação, tal como referenciado por diferentes autores. Este resultado reforça o potencial das tecnologias digitais na captação da atenção dos alunos e na diversificação das metodologias de ensino. Por outro lado, quatro alunos afirmaram ter aprendido algo sobre o que foi o Renascimento, o que, embora positivo, evidencia a necessidade de aprofundar a mediação pedagógica durante a exploração do recurso no sentido de garantir uma aprendizagem histórica mais estruturada e significativa. Verificou-se ainda que três alunos não se pronunciaram sobre a atividade. Esta ausência de resposta poderá estar associada a diversos fatores como desinteresse ou até uma menor familiaridade com a linguagem digital. Por fim, quatro alunos relataram dificuldades no acesso ao museu virtual, o que revela a importância de garantir condições técnicas adequadas, bem como um apoio mais próximo no uso dos recursos digitais, de modo a evitar desigualdades no processo de ensino e aprendizagem.

Em síntese, a utilização da plataforma *Artsteps* como recurso didático inovador demonstrou-se eficaz na mobilização do interesse dos alunos e no estímulo de aprendizagens significativas, ainda que condicionadas por alguns fatores técnicos e metodológicos.

Tabela 1. Guião de exploração do recurso digital Museu Virtual do Renascimento

MUSEU VIRTUAL DO RENASCIMENTO	
SALA 1 MITOLOGIA E ARQUITETURA: RECUPERAÇÃO CLÁSSICA NO RENASCIMENTO	1) Entra e lê a explicação sobre as principais características do movimento renascentista.
	2) Aprende um pouco mais sobre os avanços científicos deste período, sobretudo no domínio dos estudos anatómicos.
	3) Agora que sabes mais sobre o Renascimento, explora as pinturas com temáticas mitológicas, uma das características do movimento renascentista.
	4) Antes de saíres da Sala 1, não te esqueças de observar a pintura <i>A Cidade Ideal</i> , de forma a compreenderes a importância da arquitetura clássica neste período.
SALA 2 DA ESCULTURA À CERÂMICA: PERCURSOS CLÁSSICOS	1) Para consolidar os teus conhecimentos sobre a recuperação clássica no Renascimento, convidamos-te a entrar na Sala 2.
	2) Nesta sala poderás vislumbrar a beleza e a racionalidade da escultura grega, cujos aspetos escultóricos foram recuperados durante o Renascimento.
	3) Não menos importante é a cerâmica grega! Poderás observar três tipologias de cerâmica grega: Kylix, Ânfora e Krater. A cerâmica grega constitui um elemento fundamental no estudo da Grécia Antiga, uma vez que retrata a sociedade grega (por ex.: os deuses, o teatro, as vestes, entre outros).
	4) Não te esqueças de contemplar as frases filosóficas que compõem as paredes laterais da Sala 2.
SALA 3 O ESPLENDOR DA FÉ: ARTE SACRA RENASCENTISTA	1) Bem-vindo à Sala 3. Não podemos falar de Renascimento sem referir a arte sacra, tão bela, tão realista e tão presente nesta época.
	2) Não podíamos deixar de referir um dos grandes artistas do Renascimento. Sabes quem é? Exato! É Michelangelo. Observa o mural dedicado a este artista tão emblemático.
	3) E porque não «tocar» numa obra de arte? Convidamos-te a «tocar» <i>virtualmente</i> no painel das Portas do Paraíso.
	4) Se Michelangelo é, de facto, emblemático, o que dizer de Leonardo Da Vinci? Vislumbra uma das obras deste artista multifacetado: <i>A Última Ceia</i> .
SALA 4 REFLEXOS DO PROFANO: RETRATOS NO RENASCIMENTO	1) Sabes qual foi o primeiro livro impresso por Johannes Gutenberg? A Bíblia! E sabes em que língua? Alemão! Muito bem!
	2) E porque não participar no <i>workshop</i> sobre a prensa móvel de Johannes Gutenberg? Aqui irás aprender mais sobre os «tipos móveis» criados por Johannes Gutenberg e como os utilizava na prensa móvel a fim de criar os primeiros compêndios impressos.
	3) Se na sala anterior viste a fé, aqui na Sala 4 irás descobrir o profano. Descobre as diferenças entre estas dimensões tão distintas, mas ambas utilizadas durante o Renascimento, e vamos discuti-las em conjunto na aula para melhor compreenderes este período.
	4) Chegaste ao fim da visita, espero que tenhas gostado. Agora voltamos à sala de aula para trabalhar!

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Esta experiência confirma a pertinência de integrar recursos digitais no ensino de História, desde que acompanhados por uma planificação pensada, estratégias de apoio acessíveis e momentos de reflexão que permitam consolidar os conteúdos explorados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e aplicabilidade do Museu Virtual do Renascimento constituem uma experiência pedagógica relevante no âmbito da formação inicial de professores de História, uma vez que permite explorar de forma crítica e criativa o potencial das tecnologias digitais na Educação (Farias-Gaytan, Aguaded e Ramirez-Montoya 2023). O projeto proporcionou o desenvolvimento de competências fundamentais para a docência como o trabalho colaborativo, o planejamento interdisciplinar e a inovação metodológica.

Através da plataforma *Artsteps*, foi possível criar um recurso didático que une o rigor histórico, a interatividade e acessibilidade, de modo a promover uma abordagem mais dinâmica e significativa do contexto de ensino e aprendizagem. A aplicabilidade do museu em sala de aula revelou um impacto positivo na motivação e no envolvimento dos alunos, ainda que condicionado por fatores técnicos e pela necessidade de maior mediação pedagógica para assegurar aprendizagens mais profundas.

Esta experiência reforça a importância de integrar recursos digitais no ensino de História, não como meros complementos, mas como instrumentos estruturantes de práticas pedagógicas inovadoras, capazes de responder aos desafios educativos do século XXI (Dias-Trindade, Moreira e Ferreira 2021). Entre os principais objetivos pedagógicos alcançados destacam-se a promoção da competência digital, sobretudo dos professores em formação inicial, mas também dos discentes, o estímulo à aprendizagem ativa e colaborativa, a valorização da interdisciplinaridade e a aposta na inovação metodológica. A criação do museu virtual permitiu refletir criticamente sobre o seu potencial educativo, planificar os conteúdos de forma integrada e selecionar fontes com rigor historiográfico. Neste sentido, o projeto contribuiu para uma formação docente mais sólida, ancorada na articulação entre a teoria e a prática. A experiência vivida demonstrou que, quando bem orientado e contextualizado, o uso das tecnologias digitais pode favorecer a construção de aprendizagens mais significativas, promover o pensamento histórico e estimular nos alunos o interesse pelo passado. Ao mesmo tempo, evidenciou que a inovação pedagógica requer tempo, experimentação, reflexão e suporte técnico, elementos que devem ser assegurados nos percursos formativos dos professores no início de carreira.

REFERÊNCIAS

- COPPI, Marcelo, Isabel FIALHO, e Sónia GOMES, 2025. Capacitação digital em Portugal: Perceções de docentes sobre os efeitos no seu desempenho profissional. *Educação, Sociedade & Culturas* [Em linha]. Online first, 1-25 [consult. 2025-08-10]. ISSN 2184-8408. Disponível em: <https://doi.org/10.24840/esc.vi70.982>.
- DIAS-TRINDADE, Sara, José António MOREIRA, e António Gomes FERREIRA, 2021. Evaluation of the Teachers' Digital Competences in Primary and Secondary Education in Portugal with DigCompEdu CheckIn in Pandemic Times. *Acta Scientiarum - Technology* [Em linha]. 43, e56383 [consult. 2024-12-02]. ISSN 1807-8664. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascitechnol.v43i1.56383>.

- FARIAS-GAYTAN, Silvia, Ignacio AGUADED, e Maria-Soledad RAMIREZ-MONTOYA, 2023. Digital transformation and digital literacy in the context of complexity within higher education institutions: a systematic literature review. *Humanities and Social Sciences Communications* [Em linha]. **10**, 386 [consult. 2025-09-03]. ISSN 2662-9992. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41599-023-01875-9>.
- GEORGOPOULOU, Maria Sofia, et al., 2025. Approaches to Digital Humanities Pedagogy: A systematic literature review within educational practice. *Digital Scholarship in the Humanities* [Em linha]. **40**(1), 121-137 [consult. 2025-08-27]. ISSN 2055-768X. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/llc/fqae054>.
- GONÇALVES, Adriana, e Roberto KANAANE, 2021. A prática docente e as tecnologias digitais. *Revista Eletrônica Pesquiseduca* [Em linha]. **13**(29), 256-265 [consult. 2025-07-29]. ISSN 2177-1626. Disponível em: <https://doi.org/10.58422/repesq.2021.e1030>.
- GRAÇA, Vânia, Altina RAMOS, e Glória SOLÉ, 2020. Metodologias ativas e tecnologias digitais: contributos para o desenvolvimento da consciência histórica. Em: Rui Pedro LOPES, et al., ed. *V Encontro Internacional de Formação na Docência: livro de atas*. [Em linha]. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança [consult. 2025-08-10]. ISBN 978-972-745-276-7. Disponível em: <https://doi.org/10.198/20081>.
- HAUSER, Arnold, 1989. *História Social da Arte e da Cultura*. Lisboa: Vega. Vol. III: *Renascença, Maneirismo e Barroco*. ISBN 972-699-224-9.
- HINDLEY, Geoffrey, 1982. *O Grande Livro da Arte*. Lisboa: Verbo.
- KAYAALP, Fatih, Zeynep Başı NAMLİ, e Elif MERAL, 2024. My museum: A study of pre-service social studies teachers' experience in designing virtual museums. *Education and Information Technologies* [Em linha]. **29**, 24047-24085 [consult. 2025-08-27]. ISSN 1573-7608. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10639-024-12742-8>.
- LEE, Pei-Chun, 2024. User engagement in digital curation: A systematic review and synthesis. *Journal of Librarianship and Information Science* [Em linha]. Online First [consult. 2025-08-27]. ISSN 1741-6477. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/09610006241291607>.
- MUTIBWA, Daniel H., Alison HESS, e Tom JACKSON, 2020. Strokes of serendipity: Community co-curation and engagement with digital heritage. *Convergence* [Em linha], **26**(1), 157-177 [consult. 2024-12-02]. ISSN 1354-8565. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354856518772030>.
- NEMO [Network of European Museum Organisations], 2022. *Digital Learning and Education in Museums: innovative approaches and insights* [relatório] [Em linha]. Berlim: NEMO [consult. 2025-08-27]. ISBN 978-3-9822232-6-1. Disponível em: https://www.ne-mo.org/fileadmin/Dateien/public/Publications/NEMO_Working_Group_LEM_Report_Digital_Learning_and_Education_in_Museums_12.2022.pdf.
- ONG, Cherie Su Ling, 2025. The Use of Virtual Museums in the Teaching and Learning of History. Em: Teddy Y. H. SIM, Kenneth Y. T. LIM, e Hwee Hwang SIM, eds. *Virtual fieldwork in humanities education* [Em linha]. Singapore: Springer, pp. 67-86 [consult. 2025-08-27]. eISBN 978-981-96-4200-7. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-96-4200-7_4.
- PETTEGREE, Andrew, 2010. A new world of the mind? Renaissance self-perception and the invention of printing. Em: Alexander LEE, Harry SCHNITKER, e Pierre PÉPORTÉ, eds. *Renaissance? Perceptions of Continuity and Discontinuity in Europe, c. 1300–c. 1550*. Leiden; Boston: Brill, pp. 311-330. ISBN 978-90-04-18841-9.
- RIBEIRO, Cláudia Pinto, e Sara DIAS-TRINDADE, 2024. iTeachers: a importância dos recursos digitais na formação inicial de professores de História. *Práxis* [Em linha]. **21**(2), 307-332 [consult. 2024-12-02]. eISSN 2448-1939. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.3870>.

- SANTOS, Mari, e Rogério NEVES, 2024. A educação holística e a integralidade do indivíduo no processo formativo escolar: um olhar de educadores participantes do Programa *Fulbright Distinguished Awards in Teaching – DAI. Momento — Diálogos em Educação* [Em linha]. 33(3), 403-421 [consult. 2025-08-11]. eISSN 2316-3100. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/momento.v33i3.16353>.
- YEZHOVA, Olga, Jingjie ZHAO, e Kalina PASHKEVYCH, 2025. Exploring design aspects of online museums: From cultural heritage to art, science and fashion. *Preservation, Digital Technology & Culture* [Em linha]. 54(1), 35-50 [consult. 2024-12-02]. eISSN 2195-2965. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/pdte-2024-0044>.

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL EM UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

GISLENE ALMEIDA SOUZA*
GILLIAN LEANDRO DE QUEIROGA LIMA**
FLÁVIA GOULART MOTA GARCIA ROSA***

Resumo: *Este artigo possui o objetivo de analisar de que forma os arquivos universitários estão sendo tratados no contexto institucional, com ênfase em sua relevância na preservação do patrimônio documental e da memória institucional. Trata-se de uma pesquisa realizada em uma universidade brasileira que destaca a importância de preservar os documentos de arquivos para assegurar a preservação da memória institucional. Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, com o uso do questionário para coleta de dados. Foram aplicados com os gestores das unidades acadêmicas e com a alta gestão. A pesquisa demonstrou que, embora compreenda-se a relevância dos arquivos para a preservação do patrimônio documental e da memória institucional, bem como para o cumprimento das funções administrativas para as quais foram criados, a instituição ainda carece da criação e implementação de políticas arquivísticas institucionais.*

Palavras-chave: *Patrimônio documental; Memória institucional; Arquivos; Preservação digital.*

Abstract: *This article aims to analyze how university archives are being treated within the institutional context, with an emphasis on their relevance to preserving documentary heritage and institutional memory. This research study, conducted at a Brazilian university, highlights the importance of preserving archival documents to ensure the preservation of institutional memory. The methodological procedures adopted a qualitative and quantitative approach, using a questionnaire for data collection. The questionnaires were administered to academic unit managers and senior management. The research demonstrated that, although the relevance of archives for preserving documentary heritage and institutional memory, as well as for fulfilling the administrative functions for which they were created, is understood, the institution still lacks the creation and implementation of institutional archival policies.*

Keywords: *Documentary heritage; Institutional memory; Archival management; Digital preservation.*

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, da Universidade Federal da Bahia (PPGEISU/UFBA). Arquivista pela UFBA. Servidora Pública Federal com vínculo com a UFBA. Email: gislene.snt@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0038-7303>.

** Doutor em Difusão do Conhecimento pelo Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento - DMMDC/UFBA. Docente da Universidade Federal da Bahia, lotado no Departamento de Fundamentos e Processos Informacionais (DFPI) do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA), e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU/UFBA). Email: gillianqueiroga@ufba.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4736-893X>.

*** Doutora em Cultura e Sociedade pela UFBA com estágio doutoral na Universidade do Minho, responsável pela implantação do Repositório Institucional da UFBA. Docente titular aposentada da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU/UFBA). Email: fflaviagoulartroza@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1612-4177>.

INTRODUÇÃO

A universidade tem desempenhado a função de preservar, disseminar e construir conhecimento, assegurando sua continuidade na sociedade. Em diferentes contextos e locais, ela foi moldando características únicas, ajustando-se às circunstâncias de cada período. Além de manter-se comprometida com a preservação do saber acumulado pela humanidade, enfrentou desafios contra seus princípios básicos — como autonomia, liberdade e soberania — e manteve-se resiliente e ativa.

Para Nunes (2010, p. 21) a «palavra “universidade” costuma ter um sentido preciso: comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior». Além disso, a universidade é um espaço democrático dedicado à produção de conhecimento, capaz de transformar vidas não apenas dos seus integrantes, mas também da sociedade como um todo. O conhecimento gerado nesse ambiente não deve permanecer limitado aos seus próprios domínios; é indispensável que seja preservado e compartilhado com a comunidade externa, permitindo que todos beneficiem e se apropriem das contribuições produzidas a partir do ensino, pesquisa e extensão. Assim, quando devidamente preservado, o patrimônio documental da universidade assegura a difusão do conhecimento.

Deste modo, este estudo tem como objetivo analisar de que forma os arquivos universitários estão sendo tratados no contexto institucional, com ênfase em sua relevância na preservação do patrimônio documental e da memória institucional.

A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa e quantitativa, com enfoque descritivo e fundamentado em pesquisa aplicada. Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o propósito de identificar e selecionar a literatura arquivística relacionada ao tema. Para a coleta de dados, foi utilizada a técnica de aplicação de questionário. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escolha de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia¹.

Por meio deste estudo, reflete-se sobre a importância da preservação dos documentos arquivísticos, especialmente dos arquivos nato-digitais, considerando os impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nesse contexto. Para embasar teoricamente a pesquisa, recorreu-se às contribuições de autores que fundamentam as temáticas abordadas, tais como: universidade (Nunes 2010), preservação de documentos (Innarelli 2015), arquivo como expressão da memória coletiva (Delmas 2010), preservação de documentos digitais (Souza 2020), entre outros.

1. MEMÓRIA INSTITUCIONAL E ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS

A universidade é produtora de pesquisas que geram informações registradas em documentos, os quais exigem tratamento adequado para assegurar a preservação da memória

¹ Parecer n.º 7.705.428.

institucional. Para além da função educativa, destaca-se a dimensão coletiva que a instituição assume perante a sociedade por meio de suas produções acadêmicas, que estabelecem uma relação direta com a preservação e a construção do patrimônio documental e da memória institucional.

Nesse sentido, os arquivos possuem como uma de suas finalidades preservar a memória histórica de uma instituição. São compreendidos como o conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos no exercício das atividades institucionais, com a finalidade de servir à administração, de manter e preservar a história institucional (Brasil 1991).

Delmas (2010), por sua vez, destaca que os arquivos exercem múltiplas funções: provar, lembrar, compreender e identificar. Provar direitos é uma função jurídica e judicial. Lembrar é uma função de gestão. Compreender é uma função científica de conhecimento. Identificar-se através da transmissão da memória é uma função social. Essas funções evoluíram paralelamente, mas cada uma passou por diferentes transformações ao longo do tempo, conforme a evolução da sociedade.

Dessa forma, pensando nas quatro funções descritas por Delmas (2010), é imprescindível manter os documentos produzidos no âmbito da universidade organizados, seguindo critérios e normas arquivísticas, de maneira que seja facilitado o seu acesso, recuperação e disponibilidade de suas informações contidas. Assim, ao tratar os documentos de arquivo conforme as técnicas, procedimentos e os fundamentos teóricos da área, ampliam-se as possibilidades de preservação dos documentos arquivísticos, garantindo o acesso à informação, à memória e às evidências neles contidas. No contexto universitário, esses documentos tornam-se ainda referência para pesquisas.

Além disso, Delmas (2010, p. 19) afirma que: «Conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda a sociedade». Dessa forma, é válida uma reflexão sobre como os documentos arquivísticos são tratados. Além de sua função de salvaguarda da memória institucional, é igualmente relevante destacar o valor histórico, científico e cultural do acervo arquivístico, neste contexto, da universidade.

Para Silva (2010, p. 16), «uma instituição federal de ensino superior pode e deve produzir um documento que permita conhecer e compreender o universo institucional de ações e realizações através do seu percurso, do momento presente e do caminho que está ainda por ser trilhado». Assim, é preciso compreender que «uma instituição é criada para atender necessidades de caráter permanente através de práticas que conduzem ao alcance de suas finalidades. O registro e o conhecimento do seu processo de criação e de suas práticas sustentam a construção e a preservação de sua memória» (Silva 2010, p. 16).

De acordo com Delmas (2010, p. 33), «[...] Para os serviços públicos e para as empresas, os arquivos, preservadores da memória, constituem não apenas um bom instrumento de gestão, mas uma segurança». Portanto, a importância dos arquivos vai além do aspecto administrativo, estendendo-se à construção e preservação da identidade histórica e cultural, tanto da própria instituição quanto da sociedade em um

determinado tempo e espaço. Esse papel se torna ainda mais relevante em um cenário marcado por avanços tecnológicos e por transformações sociais e culturais. Como reforça Vedoin (2011), ao afirmar que:

Os arquivos são repositórios de memória dos grupos sociais. Ali estão armazenados diversos relatos de cultura e da tradição de uma comunidade. Atualmente cresce [o] interesse pela reconstrução do passado e nesse sentido os arquivos público[s] vêm a somar na construção desse conhecimento.

No entanto, a falta de uma cultura consolidada de gestão e tratamento adequado dos documentos de arquivo, incluindo os documentos digitais, levanta uma questão crítica: «quem vai ter acesso à memória e à história no futuro?» (Coll 2023). Desse modo, Manfré e Santos (2017, p. 2792) apontam que o

problema da perda de informações, é que a história e a memória estão sendo perdidas em virtude da obsolescência das tecnologias, da deterioração das mídias digitais e principalmente pela falta de políticas de preservação digital e que isso ocorre devido ao fato de que as pessoas ainda não têm a prática e nem a experiência para preservar pensando na memória digital.

Diante disso, ressalta-se que os arquivos das universidades possuem uma missão importante: a de servir à administração, bem como preservar a história da instituição. De acordo com Moreno (2006, p. 96), «os arquivos universitários estão se reestruturando em todo o mundo para possibilitar o rápido acesso às informações armazenadas, de forma a apoiar as decisões político-administrativas, as pesquisas, a extensão, etc.». Glezer (1989, p. 33) corrobora com tal afirmação ao mencionar que «os arquivos universitários devem existir e ser preservados, pois indicam o respeito ao saber, ao conhecimento desenvolvido, ao trabalho intelectual realizado e são, acima de tudo, um direito de cidadania», por isso a importância de preservá-los.

Diante desse cenário, Sousa (2022, p. 46) destaca a importância de se refletir sobre estratégias que, alinhadas às diretrizes arquivísticas, contemplem tanto os documentos convencionais quanto os digitais, visando garantir a preservação da memória institucional e do patrimônio documental, pois

[e]stamos vivendo uma situação híbrida em termos de organização dos documentos de arquivo na Administração Pública Federal. Além das grandes massas documentais acumuladas em papel, que estão ficando para trás sem nenhum trabalho técnico-científico e sendo transformadas em acervos invisíveis.

Desse modo, evidencia-se a importância das políticas de arquivo, que instituem e regulamentam as normas que regem o fazer arquivístico, pensando na preservação dos

documentos, ou seja, na memória institucional. Assim, é possível acreditar na construção de uma sociedade mais informada sobre seus direitos, deveres e, principalmente, sua história. Como parte da construção cultural da realidade, as informações contidas nos documentos de arquivo, especialmente nos arquivos públicos, refletem visões de mundo de uma sociedade em um determinado período.

1.1. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO

O debate em torno da importância da preservação de documentos, por meio da implantação e/ou implementação das políticas de arquivo, tem se tornado cada vez mais frequente. Para Jardim (2009, p. 47), esse debate «tem se dado mais em função da ausência do que da presença dessas políticas, razão pela qual mostra-se bastante oportuno». Nesse sentido, salienta-se que a ausência de tais políticas potencializa a perda de documentos históricos e culturais que constituem o patrimônio documental brasileiro.

Diante desse contexto, refletir sobre alternativas para a preservação dos documentos, independentemente do suporte e formato, é fundamental para a manutenção do patrimônio documental arquivístico, de modo a garantir que as gerações futuras tenham condições de acesso à informação e à memória institucional, pois «menosprezar a importância da preservação dos documentos arquivísticos, inclusive os digitais, corrobora com a ideia de uma sociedade sem história, sem memória» (Innarelli 2015, p. 95). A elaboração de políticas, planos e ações voltados à preservação, em diferentes prazos, configura-se como uma importante estratégia para favorecer a recuperação e o acesso aos documentos arquivísticos institucionais.

Um exemplo claro da importância das políticas de arquivo refere-se ao estabelecimento de critérios para a preservação do patrimônio documental de uma nação, para não resultar na perda desse patrimônio e, conseqüentemente, da história de um país, como é trazido por Yamashita e Paletta (2006) ao mencionarem que o Brasil, por ser um país jovem, possui um acervo documental escasso, tendo parte dos seus registros históricos preservados apenas no intelecto de muitos que já se foram ou em documentos com estado precário de conservação.

É possível observar que algumas instituições brasileiras já desenvolvem ações voltadas à preservação digital e à disseminação das informações contidas em documentos de arquivo, por meio de *softwares* e sistemas arquivísticos, a exemplo do Arquivo Nacional², Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia³ (IBICT) e a Biblioteca Nacional⁴. Tais ações buscam assegurar não apenas o direito de acesso à informação, mas também a autenticidade dos documentos. Entretanto, essa ainda é uma

² Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/Politica_Preservacao_Digital_v2.pdf.

³ Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/> / <https://cariniana.ibict.br/institucional/>.

⁴ Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/08/bn-faz-acordo-com-rede-cariniana-preservacao-digital>.

realidade incipiente no contexto brasileiro. No que diz respeito à preservação digital, Souza (2020, p. 256) afirma que

a prática da preservação por longo prazo ainda é uma atividade recente, que exige investimentos e apoio institucional. Muitas instituições estão iniciando suas ações e buscam amparo e orientação para tal. Acredita-se que os documentos recuperados fornecem importantes subsídios para a compreensão dos processos e podem ser consultados na íntegra pelos interessados em desenvolver políticas e ações de preservação digital.

Souza e Aganette (2021, p. 2) apontam que «apesar do expressivo volume de documentos digitais elaborados, a preservação digital ainda não é realidade em um grande número de instituições [...] Esta condição se agrava com a criação de documentos nato-digitais e com a digitalização e eliminação de documentos impressos».

Nesse sentido, pensar uma política de arquivo e um plano de preservação, associados à gestão de documentos, pode evitar o que Sousa (2022, p. 47) alerta: «estamos criando uma massa documental acumulada nos bancos de dados [...], sem classificação e sem avaliação. E, também, por falta do controle de vocabulário, com sérias dificuldades de recuperação». Além das dificuldades mencionadas anteriormente, surgem novos dilemas, a exemplo da massa documental acumulada em suporte tradicional que precisa ser tratada para que possa ser disseminada no novo formato advindo com novas TICs, por meio da digitalização. Cunha, Matos e Lima (2022, p. 17) destacam que

a administração pública brasileira «não conseguiu resolver os problemas de suas massas documentais acumuladas em suportes tradicionais e já enfrenta as questões relacionadas com o ambiente digital, tais como: mensagens eletrônicas sem qualquer tipo de gestão; sistemas informatizados com suas regras de registro, armazenamento e recuperação; documentos digitais mantidos nos “computadores pessoais” de seus servidores sem gestão institucional».

Diante dos desafios previamente apontados, observa-se a importância da adoção de sistemas de arquivo que contemplem a preservação digital de longo prazo. Nesse contexto, destaca-se a relevância da adoção dos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), aqui entendidos como «um ambiente de preservação e acesso, pelo tempo que for necessário, para documentos arquivísticos digitais, capaz de atender aos procedimentos preconizados pela Arquivologia nas idades corrente, intermediária e permanente, e aos requisitos de um repositório digital confiável» (CONARQ 2015b, p. 2). Ressalta-se, ainda, a necessidade de integração desses Repositórios com os Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).

A integração entre o RDC-Arq e o SIGAD pode ocorrer nas três fases do ciclo de vida dos documentos e assumir formas variadas conforme as necessidades e interesse

da instituição, pois o RDC-Arq busca assegurar a autenticidade dos documentos, bem como a confidencialidade, a disponibilidade, o acesso e a preservação, considerando a necessidade de manter os arquivos por longos períodos ou, em certos casos, de forma permanente (CONARQ 2015b). Um SIGAD pode ser compreendido como «o conjunto de procedimentos e operações técnicas característico do sistema de gestão arquivística de documentos, processado eletronicamente e aplicável em ambientes digitais ou híbridos, isto é, composto de documentos digitais e não digitais» (CONARQ 2015b, p. 3).

Diante de todas essas mudanças na forma de criar, usar, preservar e disseminar informações, compreende-se que, para além da implementação das políticas de arquivos, é fundamental a adoção de modelos integrados de gestão de documentos que possibilitem a preservação, tanto dos documentos analógicos quanto dos digitais, de modo a evitar a perda de informações relevantes. Neste cenário, Oliveira e Freire (2011, p. 4) ressaltam que:

A escolha da tecnologia é um passo importante numa política de preservação, pois a escolha equivocada pode comprometer o êxito do trabalho de preservação. [...] o fundamental numa política de preservação é uma boa gestão, de forma que viabilize a escolha da tecnologia adequada e que garanta a preservação dos materiais, e, conseqüentemente, o acesso.

Além disso, Valle Junior (2003, p. 112) afirma que «a tecnologia digital requer gestão permanente, para evitar os problemas trazidos pela obsolescência, procedimentos inadequados e riscos de perdas de dados». Diante do exposto, verifica-se a necessidade de estar sempre em busca de constante atualização em relação às TICs, devido ao fato de estas se tornarem rapidamente obsoletas. Além do mais, é fundamental contar com profissionais arquivistas capacitados, especialmente no contexto tecnológico, para atuarem na proposição e implementação das políticas de arquivo, bem como na gestão documental, por saberem que somente as políticas de arquivo não são garantia de que haja de fato a preservação e disseminação das informações contidas nos documentos de arquivo, sejam eles tradicionais ou digitais. Quando se refere à preservação digital, Ferreira (2006, p. 71) a caracteriza como sendo um «Conjunto de actividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado e a longo prazo à informação e restante património cultural existente em formatos digitais».

Por outro lado, Cougo Junior (2002, p. 8) menciona que as rápidas mudanças tecnológicas são vistas com preocupação diante da acelerada ruptura que «apregoa, de um lado, o governo "sem papel" e, de outro, a premente necessidade de garantir a proteção dos dados pessoais, da soberania informacional e do patrimônio cultural arquivístico».

2. PESQUISA DE LEVANTAMENTO

Para o cumprimento dos objetivos dessa pesquisa, buscou-se ouvir os dirigentes de uma universidade brasileira sobre a preservação dos documentos, inclusive no contexto digital, que garante a memória institucional, além de assegurar a transparência, a eficiência administrativa e o acesso às informações contidas nos documentos arquivísticos produzidos e/ou custodiados por esta universidade.

Adotou-se como técnica de coleta de dados a aplicação de um questionário aos diretores de 33 unidades acadêmicas e três unidades da alta gestão — Reitoria, Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP). O instrumento utilizado é composto por cinco questões: duas discursivas e três de múltipla escolha.

Na pergunta discursiva 1, realizada aos gestores, foi questionado: como os documentos produzidos internamente por sua unidade — como ofícios, portarias, resoluções, entre outros — são armazenados e recuperados?

As respostas evidenciam um cenário não satisfatório, caracterizado pela diversidade de práticas adotadas para o armazenamento e recuperação dos documentos produzidos internamente nas unidades acadêmicas da universidade. A ausência de padronização nos procedimentos compromete não apenas a uniformidade e a efetividade da gestão de documentos, mas também a segurança e a preservação.

As principais formas de armazenamento e recuperação dos documentos identificadas nas respostas incluem: utilização do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) para registro e armazenamento dos documentos; publicação em Boletins de Pessoal; armazenamento digital em computadores das unidades e em plataformas de nuvem, como *Google Drive*, *OneDrive* e nuvem da universidade. Três gestores também mencionaram a realização de cópias de segurança em HDs externos e *pen drives*.

Além disso, oito respondentes indicaram a existência de armazenamento físico, especialmente para documentos mais antigos, arquivados em caixas e mantidos em «arquivos mortos» ou em espaços físicos considerados inadequados. Um dos participantes relatou possuir um local específico para guarda de documentos, enquanto outro informou que os documentos anteriores à pandemia, ainda em papel, estão sendo realocados para a biblioteca central da universidade.

Também foram mencionadas práticas de armazenamento local e setorial, como: pastas em computadores da secretaria, da direção ou de setores específicos, e controle interno de *backups* e triagem documental realizada por setores próprios.

Na questão 2 foi perguntado aos gestores: e quanto aos documentos externos, como os recebidos por *email* com anexos, qual é o procedimento adotado para seu armazenamento e posterior recuperação? Observa-se, através das respostas, uma ampla variedade de práticas não padronizadas para lidar com documentos digitais recebidos por *email*.

Os principais métodos identificados incluem o armazenamento direto nas caixas de entrada dos *emails* (institucional ou *Gmail*), sem qualquer tratamento específico ou organização sistemática. Alguns gestores informaram que realizam o *download* dos anexos e os salvam em pastas locais ou na nuvem, organizadas por assunto, órgão ou instituição, utilizando computadores, HDs externos ou plataformas como *Google Drive*, *OneDrive* e nuvem da universidade.

Dois respondentes mencionaram que utilizam sistemas institucionais, como o SIPAC ou repositórios internos da universidade, para registro e recuperação dos documentos. Também foi recorrente a afirmação de que não existe um procedimento formal para o tratamento desse tipo de documento, o que reforça a necessidade de uma política arquivística que oriente e uniformize as práticas de gestão de documentos na universidade, especialmente os documentos nato-digitais.

Além disso, percebe-se que o armazenamento, em alguns casos, é guiado por critérios subjetivos de relevância, conforme aponta um dos respondentes: «Quando são documentos importantes, vão também para a nuvem, quando são apenas informes não são armazenados». Assim, quando faltam instrumentos normativos para estabelecer critérios e normas de padronização das atividades na instituição, há uma tendência de que as decisões sejam tomadas de forma aleatória ou dependendo da interpretação pessoal. Conforme demonstra Oliveira (2011), sem uma política com direcionamento claro, essas decisões deixam de refletir o conhecimento e o planejamento consciente voltado à missão institucional. Nesse cenário, destaca-se a contribuição de Cardoso et al. (2019, p. 72) ao afirmarem que:

Pode-se inferir que na sociedade atual há o entendimento de que as tecnologias podem facilitar o acesso à informação, atendendo de modo eficiente e eficaz às demandas dos cidadãos. No entanto, no caso das universidades, ainda não há a gestão arquivística dos documentos nato-digitais, e isso talvez se dê pelo fato de acreditarem que as ferramentas tecnológicas supram essa necessidade. Essa visão é arriscada, já que o desenvolvimento de sistemas informatizados deve considerar requisitos definidos pela arquivística e que garantam a gestão de documentos. Além disso, a consolidação das informações contidas nos documentos depende da definição de normas e procedimentos que envolvem a área da arquivística.

Quando questionados se suas unidades realizam ações voltadas à preservação de documentos de valor histórico ou de memória institucional, obteve-se as seguintes respostas: 71,4% afirmaram que sim, 23,8% disseram que não, e 4,8% indicaram não saber responder.

Ainda no contexto da preservação e segurança dos documentos em ambientes digitais, buscou-se verificar junto aos gestores se, em suas respectivas unidades, existem iniciativas voltadas à proteção dos documentos digitais produzidos. As respostas obtidas revelaram que 57,1% dos participantes afirmaram não haver ações nesse sentido,

enquanto 42,9% indicaram a existência de medidas voltadas à preservação e segurança desses documentos.

Esse resultado aponta para uma situação preocupante: mais da metade dos respondentes indicaram a ausência de práticas voltadas à proteção dos documentos nato-digitais. Tal cenário evidencia a necessidade urgente de políticas e uniformização das ações que assegurem a integridade, autenticidade e guarda longa dos acervos digitais produzidos pela universidade, pois

[e]mbora os documentos digitais possuam uma grande facilidade em relação à sua criação, acesso e compartilhamento, eles trazem consigo muitas vulnerabilidades, ligadas principalmente a sua rápida degradação física, obsolescência tecnológica, complexidade e alto custo relacionado à preservação a longo prazo (Gava e Flores 2020, pp. 75-76).

Assim, a ausência de iniciativas voltadas à preservação dos documentos digitais compromete não apenas a integridade dos documentos produzidos na universidade, mas também coloca em risco a memória institucional e histórica da universidade. Além disso, sem mecanismos adequados de preservação, a instituição pode enfrentar dificuldades na comprovação de atos administrativos e acadêmicos, o que afeta diretamente servidores, estudantes e demais membros que mantêm vínculo com a instituição. Ainda no que se refere aos documentos nato-digitais, como os *emails* institucionais, é imprescindível que as instituições assumam a responsabilidade de criar e implementar políticas e mecanismos de governança arquivística voltados à gestão adequada desses documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que, embora haja consciência sobre a importância dos arquivos como instrumentos de gestão, prova, memória e identidade, ainda persiste uma lacuna significativa na implementação de políticas arquivísticas eficazes e padronizadas.

A pesquisa realizada demonstra que as práticas de armazenamento e recuperação de documentos são heterogêneas, muitas vezes improvisadas, e carecem de diretrizes claras. A ausência de uma política institucional de arquivo compromete não apenas a preservação da memória, mas também a transparência, a eficiência administrativa e o direito de acesso à informação.

A preservação dos documentos arquivísticos deve ser entendida como um compromisso institucional com a memória, a cidadania e a construção de uma sociedade mais informada e consciente de sua história. Portanto, a preservação dos documentos não é apenas uma questão técnica, mas uma ação política e cultural que reafirma o valor do conhecimento produzido e assegura sua continuidade para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Leis, decretos, etc., 1991. Lei n.º 8.159/91. *Diário Oficial da União: seção 1* [Em linha]. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1991-01-09, 129(6), 455-456 [consult. 2025-09-26]. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/01/1991&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=140>.
- CARDOSO, Laila Guimarães, et al., 2019. As políticas de arquivo para documentos físicos e nato-digitais nas universidades federais brasileiras. Acervo: *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 32(1), 64-74. ISSN 2237-8723.
- CONARQ [Conselho Nacional de Arquivos], 2015a. *Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq* [Em linha] [consult. 2025-10-03]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_diretrizes_rdc_arq_resolucao_43.pdf.
- CONARQ [Conselho Nacional de Arquivos], 2015b. *Orientação Técnica n.º 3: cenários de uso de RDC-Arq em conjunto com o SIGAD* [Em linha] [consult. 2025-10-03]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/Orientacao_tecnica_3.pdf.
- COLL, Liana, 2023. Um estímulo à reflexão sobre memória digital. *Jornal da UNICAMP* [Em linha]. Campinas: UNICAMP, (669) [consult. 2025-09-25]. Disponível em: <https://jornal.unicamp.br/edicao/699/um-estimulo-a-reflexao-sobre-memoria-digital/>.
- COUGO JUNIOR, Francisco Alcides, 2022. Prefácio. Em: Francisco José Aragão Pedroza CUNHA, Maria Teresa Navarro de Britto MATOS, e Gillian Leandro de Queiroga LIMA, org. *Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: teoria e prática*. Salvador: Edufba, pp. 7-12. ISBN 978-65-5630-311-6.
- CUNHA, Francisco José Aragão Pedroza, Maria Teresa Navarro de Britto MATOS, e Gillian Leandro de Queiroga LIMA, 2022. Apresentação. Em: Francisco José Aragão Pedroza CUNHA, Maria Teresa Navarro de Britto MATOS, e Gillian Leandro de Queiroga LIMA, org. *Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: teoria e prática*. Salvador: Edufba, pp. 13-22. ISBN 978-65-5630-311-6.
- DELMAS, Bruno, 2010. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso. ISBN 9788599588338.
- FERREIRA, Miguel, 2006. *Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho. ISBN 972-8692-30-7.
- GAVA, Tânia Barbosa Salles, e Daniel FLORES, 2020. Repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq) como plataforma de preservação digital em um ambiente de gestão arquivística. *Informação & Informação*. Londrina: UEL, 25(2), 74-99. eISSN 1981-8920.
- GLEZER, Raquel, 1989. Arquivos universitários: para que? *Transinformação* [Em linha]. Campinas: PUC-Campinas, 1(3), 29-34 [consult. 2025-09-26]. ISSN 0103-3786. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/1680/1651>.
- INNARELLI, Humberto Celeste, 2015. *Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais: proposta de um modelo conceitual*. Tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
- JARDIM, José Maria, 2009. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. *Ponto de Acesso*. Salvador: UFBA, 3(1), 46-59. ISSN 1981-6766.
- MANFRÉ, Daniela Pereira de Sousa, e Cibele Araújo Camargo Marques dos SANTOS, 2017. Preservação digital de documentos arquivísticos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo: FEBAB, 13, 2791-2808. ISSN 1980-6949.

- MORENO, Nádina Aparecida, 2006. *A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias*. Tese de doutorado, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- MELO, Josemar Henrique, Julianne Teixeira SILVA, e Rita de Cássia São Paio Azeredo ESTEVES, 2022. Análise dos decretos estaduais sobre sistemas eletrônicos de gestão de documentos à luz da governança arquivística. *Em Questão*. Porto Alegre: UFRGS, **28**(3), 1-24. ISSN 1807-8893.
- NUNES, Antonietta d'Aguiar, 2010. A formação universitária na Bahia desde os tempos coloniais. Em: Lídia Maria Batista Brandão TOUTAIN, e Rubens Ribeiro Gonçalves da SILVA, org. *UFBA: do século XIX ao século XXI*. Salvador: Edufba, pp. 21-57. ISBN 978-85-232-0700-7.
- OLIVEIRA, Flaslendo Vieira de, e Tania Regina Benevides de Miranda FREIRE, 2011. Preservação Digital do Acervo da Biblioteca Octávio Barbosa, CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Em: FESTIVAL INTERNACIONAL DE DANÇA – CBDD, 2011, Rio de Janeiro. *Anais [...]* [Em linha] [consult. 2024-10-30]. Rio de Janeiro: [s.n.]. Não paginado. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/947/1/flaslendo_CBDD.pdf.
- OLIVEIRA, Rose Tenório de, 2011. Políticas arquivísticas e suas implicações na preservação, no acesso e no uso dos documentos. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis: UFSC. N.º especial, 60-75. ISSN 1518-2924.
- SILVA, Luiz Carlos da, 2020. *Desafios da implementação da política pública de arquivos: as funções arquivísticas e o acesso à informação na prefeitura municipal de Vitória, ES*. Tese de doutorado, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da, 2010. Introdução. Em: Lídia Maria Batista Brandão TOUTAIN, e Rubens Ribeiro Gonçalves da SILVA, org. *UFBA: do século XIX ao século XXI*. Salvador: Edufba, pp. 15-18. ISBN 978-85-232-0700-7.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de, 2022. A organização dos documentos de arquivo na administração pública federal: do documento em papel ao digital. Em: Francisco José Aragão Pedroza CUNHA, Maria Teresa Navarro de Britto MATOS, e Gillian Leandro de Queiroga LIMA, org. *Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: teoria e prática*. Salvador: Edufba, pp. 37-49. ISBN 978-65-5630-311-6.
- SOUZA, Luciana Gonçalves Silva, 2020. *Preservação digital em instituições de ensino superior: instrumentos para a oficialização e operacionalização da preservação de documentos arquivísticos digitais*. Tese de doutorado, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- SOUZA, Luciana Gonçalves Silva, e Elisângela Cristina AGANETTE, 2021. Plano de preservação de documentos digitais: análise de sua estrutura e proposta de um procedimento operacional para Instituições de Ensino Superior brasileiras. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo: FEBAB, **17**, 1-19. ISSN 1980-6949.
- VALLE JUNIOR, Eduardo Alves do, 2003. *Sistemas de Informação Multimídia na Preservação de Acervos Permanentes*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- VEDOIN, Janaina, 2011. A importância dos arquivos públicos e do arquivista para a sociedade. *Janainavedoin ~ Just another* [Em linha]. 2011-01-24 [consult. 2025-07-17]. Disponível em: <http://janainavedoin.wordpress.com/2011/01/24/a-importancia-dos-arquivos-publicos-e-do-arquivista-para-a-sociedade/>.
- YAMASHITA, Marina Mayumi, e Fátima Aparecida Colombo PALETTA, 2006. *Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais* [Em linha]. *Arquivística.net*. Rio de Janeiro, **2**(2), 172-184 [consult. 2025-07-17]. Disponível em: <http://www.arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/816013/56200.pdf>.

PIRATARIA DIGITAL E SEU POTENCIAL POLÍTICO, EMANCIPADOR E EDUCACIONAL

LUCAS CAVALCANTE DE BARROS*

Resumo: *Este artigo objetiva uma avaliação de atividades piratas através de meios digitais, enxergando-as em três diferentes instâncias: política, educacional e a convergência de ambas enquanto formadoras de um caráter emancipatório para as práticas de pirataria digital. A abordagem política se debruça sobre a face da desigualdade posta em evidência devido ao fenômeno da globalização. A educacional reflete a convivência dentro do espaço virtual como uma experiência pedagógica, com suas próprias dinâmicas e socialização. Por fim, esses dois elementos se reúnem em uma reflexão que propõe levantar uma forma de reconhecer a importância da pirataria digital para a educação e como forma de defesa contra desigualdades sociais que impedem o acesso democrático a variadas formas de mídia.*

Palavras-chave: *Pirataria Digital; Educação; Emancipação.*

Abstract: *This article aims to assess piracy activities through digital media, viewing them from three different perspectives: political and educational, and the convergence of both as contributors to an emancipatory nature for digital piracy practices. The political approach focuses on the face of inequality highlighted by the specificities of globalization. Education reflects coexistence within the virtual space as a pedagogical experience, with its own dynamics and socialization. Finally, these two elements are brought together in a reflection that proposes raising a way of considering the importance of digital piracy for education and as a form of defense against social inequalities that impede democratic access to different forms of media.*

Keywords: *Digital Piracy; Education; Emancipation.*

INTRODUÇÃO

Este artigo não busca se debruçar sobre aspectos legais da prática de pirataria, entendida aqui como ação de compartilhamento e consumo de propriedades intelectuais através de meios de distribuição não oficiais. O que se busca aqui é uma reflexão teórica baseada em revisão bibliográfica sobre um panorama da importância do consumo paralelo em um contexto educacional. Tal revisão centra-se em autores que seguem a linha de Educação Libertadora, que busca capacitar o aluno para mudanças sociais, bem como em ensaios, monografias e materiais jornalísticos que debatem sobre pirataria e suas facetas morais, marginais e mercadológicas.

Tal abordagem questiona como a pirataria se faz importante em relação à educação a partir de suas controvérsias políticas e éticas. Para responder tal questão, é preciso considerar as barreiras que tornam a pirataria digital necessária e como ela se faz efetiva

* Educador e artista visual graduado em Artes Visuais (bacharelado e licenciatura) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IART/UERJ). Mestrando em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Pesquisa sobre monstros como representações do «outro» nas Artes Visuais. Email: mslucascb@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8614-5479>.

através da oferta e partilha de mídias e evidência como «a internet favorece a pirataria dentro do ciberespaço na medida em que se desenvolve diariamente e incorpora a prática a novas tecnologias» (Carvalho Neto 2023, p. 23).

Para tal argumentação serão abordadas neste artigo três facetas da dinâmica do consumo paralelo: sua existência enquanto ato político; o mundo digital como espaço pedagógico; e, por fim, como estes fatores revelam as raízes de um potencial emancipador para consumidores de mídias piratas, perante uma realidade de desigualdade social. Algo a ser apontado de pronto é o reconhecimento de que a abordagem deste texto tem foco na questão educacional, não se estendendo para aspectos mais gerais da pirataria, embora a questão mercadológica seja abordada.

Apesar da pirataria receber alcunhas que reforçam sua ilegalidade, como «um flagelo global, uma praga internacional e nirvana para criminosos» (Karaganis 2011, p. 2), há de se encarar o seu impacto factual. Sua permanência em um contexto social e educacional já é talvez tão inseparável quanto a própria presença do digital no cotidiano. Portanto, deixa-se de lado uma moralidade que se liga à legislação e tem-se em foco o impacto do compartilhamento de propriedades intelectuais através de meios paralelos e seu reflexo como atitude política e na criação de uma comunidade digital.

1. PIRATARIA COMO ATO POLÍTICO

A pirataria pode ser definida como o ato de fazer cópias ilegais de programas de computador, livros, gravações musicais, entre outros, para venda ou distribuição. Leônidas Carvalho Neto (2023), em sua tese, denota pirataria e pirataria digital como, respectivamente, a «prática de comercialização de obras sem o pagamento dos direitos aos detentores» e «a reconfiguração dessa prática criminalizada dentro do ciberespaço» (Carvalho Neto 2023, p. 23).

Também lança o questionamento: «podemos politizar a arte da pirataria?» (Carvalho Neto 2023, p. 1). Para responder, devemos pensar a realidade e os fatores sociais que tornam o consumo paralelo algo desejável e até mesmo necessário em alguns casos. Com a relação entre humanidade e tecnologia se estreitando cada vez mais, os meios voltados para compartilhamento midiático e informativo também se expandiram e diversificaram.

Desta forma, o caminho para o crescimento de práticas de pirataria estava simbioticamente pavimentado junto ao avanço tecnológico. Tal acontecimento não se deu apenas em forma de um mercado que se apodera de propriedades intelectuais, mas também na formação de culturas de compartilhamento em prol da acessibilidade de tais propriedades. Como exemplo disto, há o ativista político e programador Aaron Swartz e seu *Manifesto da Guerrilha do Livre Acesso* (2008), através do qual manifesta sua visão sobre a necessidade de uma comunidade unida contra estruturas que retêm conhecimento.

Precisamos levar informação, onde quer que ela esteja armazenada, fazer nossas cópias e compartilhá-la com o mundo. [...] Se somarmos muitos de nós, não vamos apenas enviar uma forte mensagem de oposição à privatização do conhecimento — vamos transformar essa privatização em algo do passado. Você vai se juntar a nós? (Swartz 2008).

Apesar das ações piratas serem combatidas, sendo «alvos de políticas estatais e de medidas legais e pedagógicas promovidas pela indústria do entretenimento» (Soilo 2020), elas ainda conseguiram se expandir. Tal expansão se deu conforme a tecnologia se tornava algo não apenas acessível, como também necessário para a experiência humana em sociedade.

Nessa dinâmica, também surge como meio mercadológico viável em uma realidade em que o acesso tecnológico e midiático é desigual. Nas palavras de Karaganis: «a pirataria de uma pessoa sempre foi uma oportunidade de mercado para outra, e a fronteira entre as duas sempre foi uma questão de negociação social e política» (Karaganis 2011, p. 3). Tal realidade traz novas dinâmicas sociais, como apontam Barros e Gavião (2024):

O desenvolvimento de novas tecnologias, [...] promovem alterações constantes nas formações sociais e, conseqüentemente, na cultura. Assim ocorreu com a invenção da fotografia no século XIX e com o cinema e a televisão no século seguinte, para citar alguns exemplos. Como toda mudança desperta a urgência do movimento, contrário à segurança da acomodação, a sociedade se encontra envolvida em fluxos contínuos de assimilação de novos saberes, com o vital senso de adaptação ao moderno (Barros e Gavião 2024, p. 62).

Tal adaptação ao moderno se demonstra na consolidação de culturas cibernéticas perante um cenário de desigualdade econômica e social. Constantes do mundo real, essas dinâmicas se vêm traduzidas no virtual. Nas palavras de Carvalho Neto (2023):

A cibercultura não só consolida uma comunidade virtual, mas inicia o processo de mundialização da tecnologia que é pouco acessível, notória a desigualdade social e tecnológica que vivemos, mas que molda o mundo desde então e que nos coloca para viver em função disso (Carvalho Neto 2023, p. 17).

O mundo globalizado revela uma dicotomia no que diz respeito ao acesso midiático. Por um lado, através da crescente integração tecnológica ao cotidiano, há uma possibilidade maior de acesso a diferentes formas de mídia. Por outro lado, «a globalização extremamente bem-sucedida da cultura midiática não foi acompanhada por uma democratização comparável do acesso à mídia — pelo menos em suas formas legais» (Karaganis 2011, p. 1).

Ao abordar a relação entre a dificuldade da democratização plena destes meios e a distribuição ilegal dos mesmos, Karaganis ressalta ainda que a pirataria de mídia é «melhor descrita como um problema global de preços. Preços altos para bens de mídia, rendas baixas e tecnologias digitais baratas são os principais ingredientes da pirataria de mídia global» (Karaganis 2011, p. 1).

Nessa relação paradoxal em que a tecnologia se torna cada vez mais importante para a dinâmica em sociedade na vida real, fica explícita a diferença social para conseguir acessá-la. Diaz (2025), ao analisar fatores de crescimento da pirataria no contexto educacional, aponta questões monetárias e de acesso como principais catalisadores da expansão do consumo ilegal:

Os custos de produção, comercialização e as dificuldades de acesso a materiais didáticos impressos legais, seja pela impossibilidade econômica das pessoas conseguirem adquiri-los, porque em locais remotos não há livrarias ou acesso a plataformas digitais que facilitem a compra de materiais legalmente (Diaz 2025).

Ainda no tocante a questões econômicas, se a relação entre público, produto e preço é impactada pela pirataria, como ficam os detentores de direitos autorais, como criadores e distribuidores dos conteúdos pirateados? Não seriam eles prejudicados pelo consumo não oficial de suas criações, principalmente no que tange a déficits econômicos? Não necessariamente. Analisemos três instâncias de grandes nomes nos ramos cinematográfico, empresarial/tecnológico e literário que comentam a questão.

O diretor Werner Herzog, ao saber que o acesso à sua obra só foi possível na Ucrânia através de meios ilegais, afirma que «a pirataria tem sido a forma de distribuição mais bem-sucedida em todo o mundo» (Herzog apud Blaney 2019). Já o cofundador da *Microsoft*, Bill Gates, ao abordar a pirataria de seu produto na China, não enxerga a situação como um detrator de seu lucro, mas uma forma de plantar as sementes para um mercado futuro:

Embora cerca de 3 milhões de computadores sejam vendidos todos os anos na China, as pessoas não pagam pelo software. Um dia, porém, pagarão, e já que vão roubá-lo, queremos que roubem o nosso. Eles ficarão meio viciados, e então, de alguma forma, descobriremos como coletar os dados em algum momento da próxima década (Gates apud Piller 2006).

Paulo Coelho (2011), o mais vendido escritor de língua portuguesa, apoia que pirateiem suas obras, possuindo um *site* onde compartilha seus livros. O autor cita como suas vendas passaram a aumentar na Rússia quando postou uma versão pirata

de *O Alquimista*¹ em seu *blog* pessoal. Coelho relata que com o passar do tempo disponibilizou mais obras *online* e que isto não reduziu suas vendas.

Há de se reconhecer que foram citados grandes nomes de seus respectivos meios, sem referir possíveis impactos a produtores pequenos ou independentes. Porém, é lembrado aqui que o foco está no âmbito educacional. Neste âmbito, aspectos tecnológicos e culturais que são alvo de acesso estão voltados a grandes referências em suas áreas, mas cuja aproximação é dificultada por questões variadas, como disponibilidade, recursos financeiros, antiguidade, entre outras. Contudo, não se nega aqui que pequenos produtores são mais financeiramente vulneráveis ao piratarismo e que, nesse caso, as visões ética e econômica devem se alinhar ao consumo legal.

Portanto, a pirataria é um sintoma, um reflexo das desigualdades do mundo real feito presente no digital. Essa presença fomenta a necessidade, por parte de indivíduos subjugados por mazelas reais e virtuais, de uma dinâmica que busca formas de combatê-la e superá-la. Ao considerarmos a pirataria como um conjunto de práticas que respondem a uma espécie de marginalização, pode-se confirmar sua vertente política.

2. AMBIENTE PEDAGÓGICO DIGITAL

Paulo Freire (1922) enxerga a cidade como um ambiente de ensino que constitui e é constituído pelos habitantes de seu espaço. Esta relação se dá através de interações pedagógicas, sejam elas visuais ou comportamentais, ocorridas no dia a dia dos cidadãos. Tais interações ensinam valores, ações, senso estético e outros fatores que caracterizam a comunidade na qual habitam e reforçam o senso de identidade e pertencimento. Barros e Gavião (2024) abordam a relação humana no mundo virtual através desse mesmo viés:

Pensando o espaço virtual como Paulo Freire pensa o espaço urbano, temos o primeiro como um ambiente válido de educação. Podemos dizer que é nele que o aluno pode ver sua influência dinamicamente presente, e que suas ações, intervenções e importância não são somente questões abstratas, dependentes de validações anunciadas por figuras terceiras de autoridade (pais, educadores, etc.) para se fazerem reais ou dignas de expressão, como ocorre no meio físico (Barros e Gavião 2024, p. 65).

Os autores enxergam no ambiente digital um potencial emancipador. Considerando a existência de tal ambiente enquanto «um mundo desterritorializado, onde não existem barreiras de tempo e de espaço para que as pessoas se comuniquem» (Coutinho e Lisbôa 2011, p. 5), há nele o desenvolvimento de seus habitantes em indivíduos que se reconhecem como cidadãos do ambiente virtual de diferentes maneiras.

¹ Vale a menção de que *O Alquimista* é um dos livros mais vendidos de todos os tempos, somando mais de 65 milhões de cópias vendidas.

É um espaço de convivência com seus próprios costumes, que «proporciona um sistema de interação interpessoal muito diferente do meio físico. As formas de se comunicar, gírias, repassar e absorver informações, tudo possui uma dinâmica diferenciada» (Barros e Gavião 2024, p. 63). A internet oferece uma gama de culturas próprias do âmbito digital com as quais as pessoas podem se relacionar e adotar como parte de suas identidades.

Viver no âmbito da Cultura Digital é perceber que toda a memória da humanidade pode agora estar reunida em um espaço virtual, permitindo com que todos os elementos dessa memória possam ser interconectados e acessados de qualquer lugar. Essa nova dinâmica faz com que os indivíduos se percebam como sujeitos ativos em ambientes digitais (Santos e Carvalho 2020, p. 2).

Portanto, o espaço que é habitado deve ser considerado na formação educacional de um indivíduo. É através deste, e da relação população-ambiente, que nosso entendimento de cidadania e sociedade é formado. O espaço virtual na atualidade é indissociável do espaço urbano; sua influência nos envolve, seja através de aparelhos celulares, tópicos de conversação, formas de linguagem ou propaganda. Somos habitantes do espaço físico e do espaço desterritorializado *online*.

Habitantes da realidade virtual, ao utilizar os meios virtuais para tornar suas experiências mais pessoais e adaptadas a suas necessidades, reproduzem os tons de cinza de uma experiência em sociedade. Exercer cidadania dentro do contexto digital vai além da experiência educacional vinda do habitar um espaço com sua própria linguagem e velocidade de informação. Envolve também ações políticas de sua existência em tal locação, incluindo as que se fazem presentes através da utilização de meios que possam auxiliar o indivíduo a superar limites impostos por questões sociais, antes insuperáveis na realidade física, mas contornáveis na virtual.

Vale ressaltar o papel das mídias sociais no processo de socialização, produção e divulgação do conhecimento, representando um importante elemento nos processos de produção, reprodução e transmissão da informação, da notícia e assim sendo da cultura, pois as mídias sociais fazem parte da cultura contemporânea e nela desempenham papéis cada vez mais importantes e sua apropriação crítica e criativa, é imprescindível para o exercício da cidadania. [...] não se pode haver cidadania sem que haja apropriação por parte dos sujeitos das tecnologias da informação e da comunicação, logo, a integração destas mídias aos processos educacionais em todos os níveis e modalidades é fundamental, sob o risco de que a educação oferecida seja incompleta e em discordância com as demandas socioculturais (Barbosa e Batista 2011, pp. 2-3).

3. POLÍTICA, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Emancipação pode ser definida como ato de libertar alguém de controles legais, políticos ou sociais que o limitam. Tendo em mente o reflexo político de práticas de pirataria digital, a importância do ambiente virtual para a educação e o porquê deste não poder ser ignorado, firma-se neste artigo a posição sobre como esses fatores convergem. O que se segue neste capítulo é a defesa sobre como tal ocorrência se revela como uma forma de libertação sobre um aspecto de desigualdade social e consequentemente tornando-se educacional.

Como já tratado, as ações de pirataria são medidas sintomáticas de uma realidade desigual no que tange ao acesso a diferentes formas de mídia e cultura. A proliferação do consumo por meios paralelos apresenta, portanto, uma face de luta e desobediência civil. Rangel (2008) aponta a circulação digital por meios não oficiais como um ato que se torna mais legítimo ao considerá-lo como via de acesso a bens bloqueados por um monopólio de mercado, uma relação de protesto contra a propriedade capitalista. O autor defende a internet como uma ferramenta que «só fez esgarçar os limites impostos pelo sistema no que diz respeito ao acesso ao conhecimento» (Rangel 2008, p. 33).

Machado (2012), ao analisar a pirataria histórica dos mares e como seu espírito se reflete em sua versão digital, caracteriza o termo pirata como definição de um indivíduo que «se opõe à sociedade em suas práticas sociais, especialmente no campo da cultura, da arte, da política e da informação» (Machado 2012, p. 37). Ações de pirataria são, para ele, partidárias, reflexos de um ímpeto libertário nascido das falhas de um sistema social. O autor vai além em sua visão entre o passado e a atualidade tecnológica:

Os piratas digitais hoje desafiam o sistema como no passado, quando eram o maior obstáculo ao capitalismo mercante-escravagista. Usam os meios que dispõem para desferir golpes no sistema. E se misturam à massa de descontentes anônimos, como faziam os do passado, que contavam com informações e apoio do povo da costa. Essa é a dualidade dos piratas: são o «mal» do sistema, ao mesmo tempo em que sua redenção (Machado 2012, p. 37).

Considerando então formas não oficiais de distribuir e consumir mídias como uma prática intrinsecamente marginal, como poderia ela ao mesmo tempo possuir caráter emancipador e educacional? Educação e emancipação andam lado a lado à medida que o indivíduo se desenvolve no quesito pessoal e civil a partir dos conhecimentos e experiências que adquire. Sobre o educar, Bell Hooks (2013 [1994]) defende uma Educação Libertadora universal, aberta e disponível para que qualquer pessoa possa aprender, sem restrição para a prática pedagógica, objetivando um ambiente de inclusão em sala de aula.

O pensamento de Hooks é trazido para o contexto deste artigo para afirmar que a utilização da pirataria em meios educacionais garante tal inclusão. Através deste método, mídias que antes eram inacessíveis devido a diferentes barreiras têm a distância

reduzida para um clique no computador. Isto garante uma maior proximidade a filmes, livros ou artigos científicos que antes estariam indisponíveis em meios legais, ou cujo acesso estivesse dificultado por questões linguísticas, financeiras ou de distribuição.

Portanto, a pirataria garante uma forma de ao mesmo tempo combater e superar aspectos de mazelas impostas por sociedades desiguais sobre pessoas e formas de mídia, rompendo limitações. Consequentemente, o consumo marginal garante o acesso a realidades e modos de pensar mais abrangentes, podendo apresentar novas maneiras de enxergar o mundo ou a si mesmo.

Essa dinâmica é bastante comum no ambiente educacional. No contexto das universidades, o uso de recursos digitais e até de conteúdos pirateados é uma realidade presente. Nesses espaços, a busca por referências e materiais para a elaboração de artigos ou monografias é um processo universal e frequentemente envolve o *download* de livros ou artigos que não estão disponíveis por meios oficiais de acesso.

A pirataria digital é parte da vida do estudante, desde os primeiros passos até mesmo após seu fim no percurso acadêmico. Sua utilização emana intrinsecamente de uma busca por parte do discente pelo acesso pleno à informação, independentemente de qualquer barreira que se bote em seu caminho. Da mesma forma, o compartilhamento, por parte do educador, de fontes digitalizadas de livros e outras mídias físicas e audiovisuais fora de meios oficiais demonstra seu compromisso para garantir o acesso igualitário à informação para seus alunos. É um compromisso com a educação universalizada, irrestrita, para qualquer um que tenha o desejo de aprender.

Docente e discente desempenham, mesmo que inconscientemente, uma dinâmica de inconformidade com obstáculos sociais que se ponham no caminho da formação e do crescimento educacional e acadêmico. Não seria emancipação justamente essa ação de se livrar de amarras impostas por um contexto social? A congregação de indivíduos por um objetivo que vise o bem e o desenvolvimento de todos?

CONCLUSÃO

Como conclusão, retornemos às perguntas do início do texto: quais as problemáticas políticas e éticas sobre tal consumo em relação à educação? Considerando o percurso até este encerramento, pode-se afirmar que a politização é uma faceta basilar da pirataria. Sua existência reflete mazelas sociais e o ímpeto de combatê-las. Retomando Aaron Swartz e seu manifesto, o programador e ativista defende o compartilhamento de conhecimento afirmando que ele é «chamado de roubo ou pirataria, como se compartilhar uma riqueza de conhecimentos fosse o equivalente moral a saquear um navio e assassinar sua tripulação. Mas compartilhar não é imoral — é um imperativo moral» (Swartz 2008). Vai ainda além em sua postura combativa:

Informação é poder. Mas, como todo o poder, há aqueles que querem mantê-lo para si mesmos. A herança inteira do mundo científico e cultural, publicada ao longo dos séculos em livros e revistas, é cada vez mais digitalizada e trancada por um punhado de corporações privadas. Quer ler os jornais apresentando os resultados mais famosos das ciências? Você vai precisar enviar enormes quantias para editoras (Swartz 2008).

Se alinharmos a questão de educação emancipadora com a visão de Swartz, considerando o compartilhamento de informação como moral e um desafio a estruturas de poder, segue-se outra questão: como garantir uma utilização ética da pirataria no âmbito educacional?

Tendo em mente uma Educação Libertadora (como defendida por Freire e Hooks), que visa uma educação inclusiva e crítica, que capacite o aluno a se tornar um instrumento de transformação social, talvez possa-se dizer que a utilização da pirataria se faz ética nesse contexto devido à importância da tecnologia para os tempos atuais. Essa questão se aprofunda ao considerar as desigualdades sociais que resultam em dificuldades de acesso impostas por razões linguísticas, monetárias, espaciais, entre outras. A pirataria, enquanto utilizada para acesso à cultura e ao conhecimento, possui lugar na educação como forma de defesa dos marginalizados e fomento de seu desenvolvimento integral.

Quais métodos poderiam ser aplicados nesse processo? Considerando a pirataria como parte «de nossa vida cotidiana na sociedade em rede, às vezes até sem que as reconheçamos plenamente como tais» (Castells e Cardoso 2012, p. 1), pode-se dizer que ela já possui formas de aplicação quase padronizadas em ambientes de ensino.

Tais formas se dão através da distribuição de livros digitalizados e textos escaneados em universidades; de professores que baixam e exibem filmes em aula, ou disponibilizam seus arquivos; do compartilhamento de *softwares* crackados para acesso gratuito, possibilitando desenvolvimento de novas habilidades do usuário. Reforçando Castells e Cardoso (2012), mesmo que não reconhecidos, esses métodos são comuns, sendo muito possível que o leitor já tenha usufruído, contribuído ou tido contato com algum deles.

Apesar de defender o compartilhamento paralelo, é preciso reconhecer as limitações do escopo aqui escolhido para tratar o tema. Ao abordar uma visão voltada para o acesso a elementos acadêmicos/culturais, o artigo não considera repercussões em maior escala dos efeitos da pirataria. Não se pretende cair em absolutos e defender uma pirataria e desrespeito irrestrito a questões de direito autoral. Não há discordância nenhuma quanto ao fato de que o consumo paralelo viola legislações e, em um mundo mais justo, ele deveria ser rechaçado.

Porém, é necessário reforçar que a pirataria é um sintoma de desigualdades. Não se pode trabalhar com conjecturas de um mundo onírico no qual todos possuem equidade de acesso à cultura. Há de se refletir sobre as questões políticas da realidade e, em um cenário desigual, uma Educação Libertadora, crítica, possui um grande

aliado na atitude marginal da pirataria como forma de amenizar disparidades sociais e econômicas. Em prol de uma sociedade onde o consumo paralelo não é mais necessário, é preciso utilizar a pirataria para fomentar cidadãos mais conectados com reflexões e críticas ao mundo que os cerca, tanto presencial quanto virtual.

Este artigo se conclui com um apelo pela devida valorização da pirataria perante a realidade à qual pertence. Tal valor se encontra em sua posição como garantia de um estudo diversificado, experiência enquanto cidadão de um mundo globalizado, e inconfidência contra uma realidade de oportunidades desiguais ao acesso midiático. São infelizes as condições que tornam esse consumo paralelo necessário, porém, enquanto não forem superadas tais condições, e em prol dessa superação, há de se ecoar as palavras de Paulo Coelho (2011) ao defender que pirateiem suas obras: «Piratas do mundo, uni-vos».

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, J. S. D., e D. L. BATISTA, 2011. *As mídias sociais na educação*. Em: V COLÓQUIO INTERNACIONAL "EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE", São Cristóvão – SE. *Anais eletrônicos* [Em linha]. São Cristóvão: EDUCON, pp. 1-14 [consult. 2025-04-07]. ISSN 1982-3657. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10374/3/25.pdf>.
- BARROS, L. C., e L. G. GAVIÃO, 2024. *Educação e redes sociais: por um aprendizado além dos muros*. Em: Giann Maria Montedônio CHAGASTELLES, ed. *Memorarte: memórias e práticas do ensino das artes*. 1.ª edição. Rio de Janeiro: Autografia, vol. 1, pp. 62-88. ISBN 978-85-518-6444-9.
- BLANEY, M., 2019. "Piracy is the most successful form of distribution," says Werner Herzog. *Screendaily* [Em linha]. 2019-04-16 [consult. 2025-03-26]. Disponível em: <https://www.screendaily.com/news/piracy-is-the-most-successful-form-of-distribution-says-werner-herzog-/5138586.article>.
- CARVALHO NETO, L. T., 2023. *Pirataria Digital: um estudo sobre o consumo audiovisual no Telegram como forma de democratização do acesso* [Em linha]. Repositório Universidade Federal do Rio Grande do Norte [consult. 2025-03-20]. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/53171>.
- CASTELLS, M., e G. CARDOSO, 2012. Culturas de pirataria: introdução editorial. *International Journal of Communication* [Em linha]. 6 [consult. 2025-03-20]. ISSN 1932-8036. Disponível em: <http://ijoc.org>.
- COELHO, P., 2011. My thoughts on S.O.P.A. *Paulo Coelho: stories & reflections* [Em linha] [consult. 2025-03-22]. Disponível em: <https://paulocoelhoblog.com/2012/01/20/welcome-to-pirate-my-books/>.
- COUTINHO, C. P., e E. S. LISBÔA, 2011. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. *Revista de Educação*. XVIII(1), 5-22. ISSN 0871-3928.
- DIAZ, H., 2025. Nuevo año escolar y lucha contra la piratería de material educativo. *Educared - Comunidad educativa* [Em linha]. 2025-02 [consult. 2025-03-20]. Disponível em: <https://educared.fundaciontelefonica.com.pe/desafios/nuevo-ano-escolar-y-lucha-contra-la-pirateria-de-material-educativo/>.
- FREIRE, P., 1922. *Educação permanente e as cidades educativas* [Em linha] [consult. 2025-04-12]. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/5af2574b-dfe3-40b6-828c-84903bc75262/full>.
- HOOKE, B., 2013 [1994]. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 11.ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda. ISBN-10 8546901406.

- KARAGANIS, J., 2011. *Media piracy in emerging economies*. EUA: Social Science Research Council. ISBN 978-0-98412574-6.
- MACHADO, J., 2012. *Sonho Pirata ou realidade 2.0?* Em: Bruno TARIN, e Adriano BELISÁRIO, org. :() { Copyfight :|: Pirataria & Cultura Livre }:: Rio de Janeiro: Beco do Azougue, pp. 31-41. ISBN-10 8579200989.
- PILLER, C., 2006. How piracy opens doors for Windows. *Los Angeles Times* [Em linha]. 2006-04-09 [consult. 2025-09-10]. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2006-apr-09-fi-micropiracy9-story.html>.
- RANGEL, J. M. B., 2008. *Consumo e desobediência civil: o caso da pirataria* [Em linha]. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Comunicação — Habilitação em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro [consult. 2025-03-16]. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/724?locale=pt_BR.
- SANTOS, K. E. O., e A. B. G. CARVALHO, 2020. Mídias sociais e educação em tempos de pandemia: o TikTok como suporte aos processos de ensino e aprendizagem. *Em Teia. Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana* [Em linha], **11**(2), 1-23 [consult. 2025-03-16]. ISSN 2177-9309. Disponível em: <https://doi.org/10.36397/emteia.v11i2.248135>.
- SOILO, A. N., 2020. Habitando a lei: “pirataria”, *streaming*, e o regime de propriedade intelectual. *Mana* [Em linha], **26**(3) [consult. 2025-03-22]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442020v26n3a202>.
- SWARTZ, A., 2008. *Manifesto da Guerrilha do Livre Acesso* [Em linha] [consult. 2025-09-11]. Disponível em: <https://archive.org/details/manifesto-da-guerrilha-do-livre-acesso/page/n1/mode/2up>.

O QUE A RTP ENSINA SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL?*

THÁBATA ARAÚJO DE ALVARENGA**

Resumo: Este artigo analisa a produção digital veiculada pelo portal Ensina RTP sobre a história do Brasil, para compreender como esse ambiente educativo contribui para o letramento digital e o desenvolvimento de uma consciência histórica articulada a um novo humanismo, comprometido com a pluralidade cultural e a justiça social. Em nossa pesquisa, utilizamos a lupa do portal como mecanismo de busca e, por meio da palavra-chave «Brasil», identificamos 234 resultados, dos quais 64 foram selecionados para análise por abordarem diretamente a história do Brasil. Os conteúdos digitais, objeto de análise, foram classificados por período de produção, formato, tipologia, temas e público-alvo. Concluímos que, apesar de ser um avanço na democratização do conhecimento histórico digital, o portal Ensina RTP apresenta um perfil historiográfico e didático ambivalente, que reflete a tensão central das Humanidades Digitais contemporâneas: a coexistência de potencialidades transformadoras com a persistência de estruturas tradicionais de conhecimento.

Palavras-chave: História pública; História digital; Humanidades Digitais; História do Brasil; Ensina RTP.

Abstract: This article analyzes the digital production broadcast by the Ensina RTP portal on the history of Brazil, to understand how this educational environment contributes to digital literacy and the development of a historical consciousness linked to a new humanism, committed to cultural plurality and social justice. In our research, we used the portal's magnifying glass as a search engine and, through the keyword «Brazil», identified 234 results, of which 64 were selected for analysis because they directly addressed the history of Brazil. The digital content analyzed was classified by production period, format, typology, themes, and target audience. We conclude that, despite being a step forward in the democratization of digital historical knowledge, the Ensina RTP portal presents an ambivalent historiographical and didactic profile, which reflects the central tension of contemporary Digital Humanities: the coexistence of transformative potentialities with the persistence of traditional knowledge structures.

Keywords: Public history; Digital history; Digital Humanities; History of Brazil; Ensina RTP.

INTRODUÇÃO

*Diabo de menino internetinho
Sozinho vai descobrindo o caminho
O rádio fez igual com o seu avô
(Gilberto Gil, Banda Larga Cordel, 2008)*

A epígrafe que escolhemos para abrir esse artigo nos dá a dimensão do impacto dos veículos de comunicação e informação na vida humana ao longo do tempo. Se no século XX, as *mass media*, representadas sobretudo pelo rádio e pela televisão, influenciaram largamente a vida das gerações que o viveram; no século XXI, é a mídia digital,

* Pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal da Paraíba – ProfHistória/UFPB, sob a colaboração e supervisão da Professora Doutora Sara Dias-Trindade, da Universidade do Porto, com o financiamento do Programa Paraíba Sem Fronteiras, FAPESQ/PB.

** PPGEH/UFPB. Email:thabata.alvarenga@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6616-3417>.

representada pela internet, que abre os caminhos da comunicação e da informação para as novas gerações, com grande impacto na sociabilidade, na educação, na política, na economia e na cultura, de maneira geral.

Com a chegada da chamada geração Homo zappiens¹ à escola, as novas tecnologias de informação e comunicação têm se apresentado como possibilidade de engendrar um novo tipo de ambiente de aprendizagem, baseado na descoberta e na investigação, na criatividade e na colaboração. Mas será mesmo? Dias-Trindade e Moreira (2017, p. 100) mencionam que:

Se neste contexto aceitarmos que as tecnologias são ferramentas inovadoras para a criação de ecossistemas digitais de aprendizagem dinâmicos, e que as ferramentas da web social configuram novos ambientes educativos, então é crucial reconhecer a necessidade do processo ser sustentado por modelos que permitam produzir as competências hoje necessárias ao sucesso das organizações.

Considerando tais pressupostos, esse artigo tem por objetivo analisar criticamente a produção do portal *Ensina RTP* sobre a história do Brasil e suas intersecções com a história de Portugal, destacando seu papel como ferramenta educativa no letramento digital e na formação de uma consciência histórica crítica. Ao articular as Humanidades Digitais e os estudos de mídia, buscamos demonstrar em que medida esse recurso midiático pode fomentar um novo humanismo, comprometido com a pluralidade cultural e a justiça social. A análise visa não apenas contribuir para o campo dos estudos culturais e da educação histórica, mas também problematizar o potencial dessas plataformas como espaços de democratização do saber em um momento de crescente desinformação e fragmentação das memórias coletivas.

O ensino de História, as *mass media* e a mídia digital possuem larga influência na formação histórica dos indivíduos, ou seja, contribuem na aquisição de um conjunto de competências cognitivas necessárias à interpretação da realidade social. No entanto, tais competências podem conduzir o sujeito tanto a uma «formação compensatória», acrítica, quanto a uma «formação reflexivo-complementar», crítica, que articula o saber à experiência, à *práxis* e à subjetividade (Rüsen 2007). Assim, além de verificar se o portal *Ensina RTP* se apresenta como uma tecnologia digital capaz de promover, de forma criativa, a pesquisa e o ensino em Humanidades, mais especificamente em relação à disciplina de História, buscaremos também refletir sobre a natureza básica das novas mídias e tecnologias, da qual o portal aqui analisado é representante.

Por fim, interessa-nos também pensar a RTP como um produto da cultura histórica. Segundo Rüsen (2016, p. 55), «o conceito de cultura histórica aborda um fenômeno que caracteriza, há tempos, o papel da memória histórica no espaço público». Trata-se,

¹ Veen e Wracking (2009) nomeiam de geração Homo zappiens a nova geração que desenvolveu novas estratégias de aprendizagem, de relacionamento, de convívio social, com base na tecnologia, cresceu acessando múltiplos recursos tecnológicos e constituiu-se em expoente das mudanças sociais relacionadas com a globalização.

portanto, do grande interesse que a História suscita fora dos círculos de especialistas e da surpreendente sensibilidade do público ao uso de argumentos históricos para fins políticos. Nesse sentido, a cultura histórica contempla

as diferentes estratégias da investigação científico-acadêmica, a criação artística, a luta política pelo poder, a educação escolar e extraescolar, o ócio e outros procedimentos da memória histórica pública, como concretizações e expressões de uma única potência mental (Rüsen 2016, p. 56).

Deste modo, a RTP apresenta-se, juntamente com outras empresas de mídia, universidades e escolas, museus e outras instituições culturais, como «lugares de memória» coletiva, integrando as funções de ensino, de entretenimento, de legitimação do poder, de crítica e de outras maneiras de difundir a memória histórica.

A RTP — Rádio e Televisão de Portugal — é uma concessionária pública de rádio e televisão portuguesa que integra um universo diversificado de programas e conteúdos exibidos na rádio, na televisão e difundidos em sua plataforma digital *online*, constituindo-se em um dos mais importantes veículos de comunicação de massa e de mídia digital português e referência cultural no país. A concessionária iniciou suas atividades no ano de 1935, com as primeiras emissões regulares da rádio pública e estendeu sua programação às plataformas televisivas no ano de 1957. Em 1997, integrou-se ao universo digital, com a difusão de sua programação em uma plataforma virtual *online*. Assim, entre os anos de 2003 e 2004, a programação da rádio, da televisão e da plataforma *online* da RTP se fundiram em uma só empresa, dando origem à Rádio e Televisão de Portugal S.A.²

Em 2011, a empresa expandiu-se, mais uma vez, com o lançamento da plataforma digital e serviço de *streaming RTP PLAY*, de livre acesso e, em 2014, com o lançamento de projetos digitais, considerados por ela como «de referência e inovadores»: o *App 5i RTP* e o portal *Ensina RTP*. Considerando que todas as mídias digitais fazem de toda história, história pública (Graham 2012), nosso objetivo, nesse trabalho, é investigar a forma pela qual as tecnologias digitais são utilizadas na busca do conhecimento, tomando como objeto, dentre os diversos conteúdos ofertados pelo portal *Ensina RTP*, aqueles que fazem referência à história do Brasil, em sua articulação ou não com a história de Portugal.

Em relação à questão que envolve a formação histórica do sujeito, entendida aqui como «os processos de aprendizagem em que a “história” é o assunto e que não se destinam, em primeiro lugar, à obtenção de competência profissional» (Rüsen 2001, p. 48), campo do aprendizado ao qual o ensino de História e os meios de comunicação de massa e de mídia digital são os principais veículos, a RTP considera que «aprender é para todos». Assim, enfatiza que, da telescola à Universidade Aberta, passando pelo portal *Ensina RTP*, o objetivo da empresa de comunicação é transformar «a aprendizagem num processo motivador e acessível a todos» (RTP [s.d.]). Juntando à *mass media*

² Todas as informações acerca da história da RTP foram extraídas de seu portal *online* e estão disponíveis em: <https://media.rtp.pt/empresa/rtp/historia> [consult. 2025-04-09].

a mídia digital, a concessionária pública assume também o compromisso de documentar a história de Portugal, apostando «na produção documental e na ficção histórica», por meio de «centenas de obras que deixam para memória futura a história do país» (RTP [s.d.]). Tal assertiva nos leva a concluir que a empresa apresenta-se com um «lugar de memória» que, conforme preconizou Nora (1993, p. 13), «nasce e vive do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos [...], porque essas operações não são naturais». No entanto, o arquivo criado pela RTP, como arquivo digital que é, apresenta-se com um novo dinamismo, que longe de representar uma ameaça à estabilidade ou à coerência da memória coletiva, incorpora o ideal de um arquivo em movimento, que perdura e se transforma simultaneamente (Mandolessi 2024).

Embora a RTP tenha como foco principal a história de Portugal, sua produção audiovisual também traz inúmeras referências ao Brasil, em função do nosso passado colonial, bastante presente no contexto digital. Assim, ao articular à sua política de democratização do conhecimento, «entretenimento inteligente», ficção, história e memória, a concessionária investe em representações sobre o passado colonial. Nesse trabalho, efeturemos, primeiramente, uma análise acerca do impacto das mídias digitais na formação da subjetividade e na produção do conhecimento histórico, buscando demonstrar o papel do portal *Ensina RTP* na escrita de uma historiografia didática voltada para a educação básica e secundária em Portugal. Na sequência, por meio de uma análise quantitativa da documentação pesquisada, discutiremos a forma pela qual a história do Brasil é representada no portal, examinando os períodos de produção, os formatos de conteúdo (áudio, vídeo, texto) utilizados, distribuição temática, bem como o público-alvo. Por fim, destacaremos as potencialidades, as limitações e os desafios do portal *Ensina RTP* na produção de uma historiografia digital voltada para o público escolar. Nesse sentido, procuraremos efetuar, conforme sugeriu-nos Alan Liu (2012), a crítica cultural à produção historiográfica da RTP, com vistas a entender o estado atual da memória coletiva produzida sobre o Brasil, sob o impacto da mídia digital.

1. TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO E REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA

«Não nos enganemos», adverte-nos Marc Ferro (1983, p. 11), «a imagem que temos de outros povos e até de nós mesmos, está associada à história que nos contaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto das nossas vidas». Essa advertência do historiador francês nos leva a pensar na importância que a formação escolar tem na vida do indivíduo e na constituição da sua subjetividade. Mas não nos escapa que os filmes, as novelas e séries de televisão, os programas de rádio e o manancial de informações que nos chegam às mãos via mídias tradicionais e ou digitais também têm um papel crucial na formação do sujeito.

Sabemos que as novas gerações têm outras formas de encarar o acesso à informação, uma vez que preferem a imagem ou o audiovisual ao texto, escolhem navegar

nas redes a ler um livro e apreciam muito mais os jogos do que a atividade de aprendizagem formal. O advento da internet na vida social também operou uma mudança fundamental nas formas de pesquisa escolar: com um *click* os alunos têm acesso a textos, imagens, audiovisuais referentes aos temas estudados, visto que muitos portais se dedicam a esse tipo de conteúdo, fato que relegou ao passado as visitas às bibliotecas para a consulta de livros, enciclopédias ou outros materiais didáticos.

Nesse sentido, consideramos que a advertência de Ferro (1983) sobre a força das narrativas históricas assimiladas na infância contrasta com as reflexões de Jenkins (2009) e Lévy (1999), para quem a cultura digital redefine a autoria e o consumo de conhecimento. Enquanto Ferro enfatiza a permanência de uma história oficial transmitida verticalmente, Jenkins discute a «cultura participativa», na qual os indivíduos reinterpretam e recriam narrativas coletivamente, desestabilizando hierarquias tradicionais. Já Lévy (1999) defende que a internet inaugura uma inteligência coletiva, em que o saber é construído de forma dinâmica e colaborativa, tensionando a ideia de uma memória histórica estática. Essa divergência revela o desafio de conciliar a solidez das narrativas fundadoras com a fluidez das produções digitais, que muitas vezes subvertem cânones e demandam uma postura crítica diante das fontes.

Consideramos, nesse trabalho, que ferramentas digitais devem nos conduzir não a velhas respostas, mas a novas perguntas (Simanowski 2021). Assim, para que nossa pesquisa contribua, de um lado, para uma compreensão mais aprofundada do universo cultural de caráter digital difundido pelo *Ensina RTP* e, de outro, para o fomento de «cidadanias digitais» que vão além da mera capacitação tecnológica, abraçamos a hermenêutica e a teoria. A crítica cultural diante da mídia digital nos permitirá avaliar quais são os seus efeitos na busca do conhecimento histórico, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, de maneira geral.

Apresentando-se como uma ferramenta de caráter educativo, o portal *Ensina RTP* possui uma configuração que considera a estrutura curricular da educação básica e secundária em Portugal a partir, de um lado, da sua divisão seriada em ciclos e, de outro, das áreas de conhecimento que estruturam os saberes curriculares em cada um dos diferentes ciclos. Nesse sentido, ao navegar pelo portal, o usuário depara-se com *hyperlinks* que o direcionam aos conteúdos destinados ao 1.º ciclo (1.º ao 4.º anos), 2.º ciclo (5.º e 6.º anos), 3.º ciclo (7.º ao 9.º anos) e secundário (10.º ao 12.º anos), assim como aos conteúdos organizados por temas ou por outros recursos, tais como dossiês, explicadores, *podcasts* e projetos especiais.

Ao pesquisar a partir dos níveis da educação básica, o usuário é direcionado aos temas contemplados em cada um dos ciclos, aos conteúdos audiovisuais mais recentes publicados, aos textos «explicadores», dossiês e outros conteúdos para estudo em casa, separados pelos diferentes anos de escolaridade. Os temas contemplados em cada um dos diferentes níveis de ensino, assim como os recursos disponíveis para pesquisa no *site*, podem ser contemplados na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1. Recursos disponíveis à navegação no portal *Ensina RTP*

Níveis de ensino	Temas contemplados
1.º ciclo	Cidadania, Educação Artística, Estudo do Meio, Inglês, Matemática, Português
2.º ciclo	Ciências Naturais, Cidadania, Educação Física, História e Geografia de Portugal, Inglês, Matemática, Português
3.º ciclo	Ciências Naturais, Cidadania, Educação Física, História e Geografia de Portugal, Inglês, Matemática, Português
Secundário	Biologia, Cidadania, Educação para os Média, Economia, Educação Física, Filosofia, Geografia, Geologia, História, História da Cultura e das Artes, Inglês, Matemática, Português
Recursos disponíveis	Conteúdos contemplados
Temas	Artes, Biologia, Botânica, Cidadania, Ciências, Ciências Naturais, Economia, Educação Física, Estudo do Meio, Filosofia, Físico-Química, Francês, Geografia, Geologia, História, História da Cultura e das Artes, História e Geografia de Portugal, Inglês, Matemática, Parcerias, Pedagogia, Português, Português Língua Não Materna, Psicologia na Escola, <i>Veja também</i>
Dossiês	Oferece alguns dos conteúdos mais relevantes de cada disciplina, organizados pela equipe do <i>Ensina</i>
Explicadores	Acesso a «artigos de apoio», relacionados com os diversos vídeos que o portal oferece, compreendidos como instrumentos auxiliares na melhor compreensão das matérias
Podcasts	Trata-se de «os melhores <i>podcasts</i> produzidos pelos canais de rádio da RTP e que podem ser utilizados em contexto escolar»
Projetos especiais	Trata-se de «um conjunto de projetos temáticos sobre tópicos específicos. Entre eles, aulas em ucraniano, minidicionários bilingues, e recursos adicionais para uso em contexto escolar»

Fonte: RTP [s.d.] (dados organizados pela autora)

Ao fazermos o cruzamento dos dados extraídos do portal com o documento síntese do currículo do ensino básico e secundário fornecido pelo Ministério da Educação de Portugal³, observamos pequenas divergências: em relação ao 1.º ciclo o portal não apresenta conteúdo para a disciplina de Educação Física; já o conteúdo referente aos 2.º e 3.º ciclos não contempla a disciplina Educação Artística e Tecnológica e, especificamente em relação ao 3.º ciclo, o portal não oferece Ciências Físicas (Físico-Química), embora esta disciplina apareça quando o usuário acessa o conteúdo por temas. Já em relação ao conteúdo definido para o ensino secundário, o documento oficial não prescreve as disciplinas que devem constituir o currículo em relação às disciplinas científicas, artísticas e tecnológicas. Assim, acreditamos que o portal tenha feito sua escolha em função do que mais frequentemente é ofertado pelas escolas, a partir das prescrições contidas no documento *Aprendizagens Essenciais*⁴, visto que

³ O documento citado está disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/consulta-publica?i=246> [consult. 2024-04-14].

⁴ As *Aprendizagens Essenciais* são documentos de orientação curricular que definem os conhecimentos e competências obrigatórias no currículo nacional português e prescrevem, para o ensino secundário, as seguintes disciplinas de formação geral: Português, Filosofia, Inglês, Alemão, Espanhol, Francês, Educação Física, Português Língua Não Materna,

todas as disciplinas elencadas constam desse último documento. Mas independente do *hiperlink* que o usuário escolha para navegar no portal, quase sempre o conteúdo selecionado fará referência ao nível de ensino destinado e à temática contemplada.

Se Simanowski (2021) alerta que as ferramentas digitais devem suscitar novas perguntas e não reproduzir velhas respostas, Santaella (2013) vai além, afirmando que a sociedade contemporânea exige «competências midiáticas» para decodificar a avalanche de informações a que está sujeita. Ambos os autores destacam que a tecnologia não é neutra: ela remodela nosso acesso ao passado e exige um engajamento ativo, capaz de discernir entre versões e contextos. No caso do *Ensina RTP*, a multiplicidade de formatos (*podcasts*, dossiês, vídeos) não apenas facilita o aprendizado, mas convida o usuário a cruzar linguagens e questionar perspectivas. Assim, mais do que substituir livros por telas, trata-se de cultivar uma «epistemologia digital», em que o conhecimento histórico seja interrogado a partir das lógicas abertas e interconectadas do século XXI.

Diante desse cenário, parece-nos que plataformas digitais como o *Ensina RTP* podem representar mais do que uma simples transposição de conteúdos educativos para o ambiente *online*, já que reconfiguram as formas de acesso ao conhecimento e desafiam a educação tradicional a repensar seus métodos. Se, por um lado, a herança histórica e cultural ainda nos molda a partir das narrativas que assimilamos, por outro, a revolução digital nos convida, mais do que nunca, a questionar e reinterpretar tais narrativas. Ao integrar ferramentas multimídia e abordagens interdisciplinares, o portal pode facilitar o aprendizado e estimular uma cidadania digital crítica, na medida em que conduz o sujeito da aprendizagem entre fontes diversas, sem perder de vista a profundidade do saber. Assim, mais do que oferecer respostas prontas, iniciativas como essa nos estimulam a formular novas perguntas, essenciais para uma sociedade em constante transformação.

2. O PORTAL *ENSINA RTP* E A HISTÓRIA DO BRASIL

Nesse trabalho, sobre os conteúdos acerca da representação do Brasil nas narrativas do portal *Ensina RTP*, optamos por utilizar a lupa como ferramenta de pesquisa e usamos o termo «Brasil» como palavra-chave, chegando a 234 resultados. Acessamos cada um dos conteúdos sugeridos pelo portal e selecionamos, especificamente, aqueles que faziam referência direta à história do Brasil em sua relação ou não com a história de

Cidadania e Desenvolvimento. Em relação às disciplinas de formação específica, constam no documento: Desenho, História, Matemática, Biologia e Geologia, Economia, Física e Química, Geografia, Geometria Descritiva, História da Cultura e das Artes, Alemão, Espanhol, Francês, Inglês, Latim, Grego, Literatura Portuguesa, Matemática Aplicada às Ciências Sociais, Antropologia, Biologia, Ciência Política, Clássicos da Literatura, Direito, Economia, Filosofia, Física, Geologia, Literaturas de Língua Portuguesa, Materiais e Tecnologias, Oficina de Artes, Oficina de Multimídia, Psicologia, Química, Sociologia, Aplicações Informáticas, Oficina de Design, Teatro, Educação Moral e Religiosa Católica, Educação Moral e Religiosa Evangélica, Histórias, Cultura e Democracia. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais> [consult. 2025-06-17].

Portugal. Assim, chegamos a 64 matérias, produzidas entre os anos de 1983 e 2023. Os conteúdos referentes à história do Brasil foram enquadrados em 6 tipologias distintas e 8 temas gerais, conforme classificação geral apresentada na Tabela 2, que também abarca, período de produção, formato do conteúdo e público-alvo.

Tabela 2. Classificação geral do conteúdo sobre história do Brasil disponível no portal *Ensina RTP*

	Classificação	Números absolutos	Números relativos
Período de produção	1983-1989	4	6,3
	1990-1999	3	4,7
	2000-2009	13	20,3
	2010-2019	16	25
	2020-2023	26	40,6
	Sem data	2	3,1
Formato do conteúdo	Audiovisual	29	45,3
	Áudio	27	42,2
	Texto escrito	8	12,5
Tipologia	Documentários	12	18,7
	Programas	21	32,8
	Reportagens	8	12,5
	Entrevistas	1	1,6
	Podcasts	14	21,9
	Explicadores	8	12,5
Temas	Expansão e Descobrimientos	31	48,4
	Idade Moderna (séculos XV a XVIII)	7	10,9
	Invasões Francesas e fim do Antigo Regime	6	9,4
	Revoluções e Liberalismo (1750-1850)	3	4,7
	História, Era Industrial	1	1,6
	Cidadania e Interculturalidade	3	4,7
	História de Portugal	4	6,3
	Histórias e Lugares do Brasil	14	21,9
Público-alvo	1.º ciclo	2	3,1
	2.º ciclo	19	29,7
	3.º ciclo	42	65,6
	Secundário	35	54,7
	Sem especificação	14	21,9

Fonte: RTP [s.d.] (dados organizados pela autora)

A análise da Tabela 2 demonstra que, ao longo do tempo, a produção de conteúdos sobre o Brasil na RTP cresceu exponencialmente, com mais de 85,9% de sua produção concentrada no primeiro quartel do século XXI, sendo que quase a metade desse

montante (40,6%) foi produzido entre os anos de 2020 e 2023. Acreditamos que o crescimento da produção nos primeiros anos da década de 2020 tenha uma relação direta com a pandemia do coronavírus que, iniciada em fins de 2019, tornou-se global no ano seguinte, fechando escolas, deixando estudantes confinados em casa e instituindo a modalidade de ensino remoto. Como aponta Malaggi (2020), a pandemia acelerou a adoção de plataformas digitais na educação, transformando-as em pilares da aprendizagem escolar. Dados da UNICEF (2023) corroboram esse cenário, mostrando o engajamento da instituição no apoio à implementação de soluções digitais de aprendizagem em vários países do mundo durante os anos pandêmicos⁵, fato que demonstra o crescimento exponencial no uso desse tipo de ferramenta. Acreditamos, portanto, que o advento da epidemia do coronavírus foi decisivo para consolidar as plataformas digitais como indispensáveis ao ambiente educacional, pois implementadas na modalidade *online* e/ou *offline*, elas conseguem alcançar uma ampla gama de estudantes, seja na escola ou em casa.

Embora a discussão sobre o uso de tecnologias no ensino não seja recente, a necessidade de adoção do ensino remoto emergencial durante a pandemia deu novo fôlego ao debate, deixando evidente a necessidade de considerar, em muitos países, entre eles Brasil e Portugal, o acesso à internet um bem público e de se implementar políticas públicas que garantissem aos estudantes seu acesso democrático (Dias-Trindade, Correia e Henriques 2020; Costa e Pereira 2022). Assim, acreditamos que o fato de períodos anteriores (1983-1989 e 1990-1999) terem pouca representatividade (6,3% e 4,7%, respectivamente) demonstra que o aumento significativo da produção em tempos mais recentes possivelmente esteja refletindo, de um lado, um maior interesse na busca por conteúdos escolares em formato digital e, de outro lado, a própria expansão do portal em função da pesquisa escolar.

Considerando-se que a RTP é uma empresa de rádio, televisão e de mídia digital, a maior parte dos programas disponíveis são audiovisuais (45,3%) e de áudio (42,2%), dados que sugerem que o portal prioriza conteúdo multimídia (vídeos, programas de TV e rádio, *podcasts*) e formatos mais dinâmicos, em detrimento do texto escrito, que tem menor representação (12,5%).

Em relação à tipologia, ou aos gêneros de conteúdo, programas (32,8%) e *podcasts* (21,9%) são os mais frequentes, seguidos por documentários (18,7%), dados que reforçam a preferência da empresa de comunicação por formatos de mídia tradicional (TV/rádio) e novos formatos digitais (*podcasts*). Se reportagens (12,5%) e textos explicadores (12,5%) têm peso moderado, as entrevistas (1,6%) são raras, indicando que o conteúdo disponível no portal é mais expositivo do que dialógico.

⁵ Entre as iniciativas da UNICEF, consta a criação e implementação de uma plataforma digital denominada *Passaporte de Aprendizagem* (*Learning Passport*), que funciona na modalidade *online/offline* e permite aprendizado flexível e de alta qualidade. No ano de 2023, o *Passaporte de Aprendizagem* já alcançava mais de 3,3 milhões de usuários em 28 países, com mais de 25 países adicionais em preparação para implementá-lo (UNICEF 2023, p. 11).

Entre as temáticas históricas que fazem referência ao Brasil contempladas no portal, destacamos os conteúdos referentes à Expansão e Descobrimientos Portugueses (48,4%), seguido por Histórias e Lugares do Brasil (21,9%). Os demais temas têm presença moderada — Idade Moderna (10,9%); Invasões Francesas (9,4%) — e/ou são pouco explorados — Revoluções Liberais, Cidadania e Interculturalidade empatados com 4,7% e História Industrial com 1,6%. Embora a História de Portugal apareça apenas com 6,3%, seu conteúdo poderia ser igualmente enquadrado na temática Expansão e Descobrimientos Portugueses. Como se trata de matérias destinadas aos alunos dos 1.º e 2.º ciclos, a nomenclatura aparece de forma diferente, mais adequada ao currículo escolar.

Apesar das diferenças de nomenclatura, de forma geral os dados demonstram que a história do Brasil representada pelo portal tem foco nas relações Brasil-Portugal em função do processo de colonização levado a cabo pela nação europeia na Época Moderna. Assim, os textos referem-se à expansão e «descobrimientos» portugueses, à economia colonial, aos papéis de portugueses, africanos e indígenas no processo de colonização, à transferência da corte portuguesa para o Brasil quando da expansão napoleônica e ao processo de independência do Brasil em meio às revoluções liberais. A história do Brasil posterior ao período colonial desaparece quase que completamente do portal e só reaparece com os *podcasts*, que fazem uma viagem a diferentes tempos e espaços do Brasil. No entanto, dos 14 *podcasts* disponíveis no portal, apenas 5 (35,7%) não situam o Brasil em sua estreita relação com Portugal em função do processo de colonização europeu, conforme demonstra a Tabela 3.

Enquanto o *podcast O Rio antes do Rio* faz referência ao livro homônimo, escrito pelo jornalista Rafael Freitas da Silva, sobre a baía da Guanabara antes da chegada dos europeus ao Brasil, e o *podcast Brasília: da utopia à capital* diz respeito a uma exposição museográfica sobre a construção do distrito federal brasileiro, os demais, que enquadrados na categoria «outros», remetem-nos à história cultural e a sujeitos que comandam gravadoras, produtoras, lojas de discos e programas dedicados à música, não necessariamente brasileira. Tais dados, mais uma vez, reforçam a ideia de que o foco do conteúdo produzido pelo portal *Ensina RTP* é a história de Portugal e não especificamente a história do Brasil, visto que, nos demais *podcasts*, as relações Brasil-Portugal aparecem, quase que exclusivamente, em função do processo de colonização.

Por fim, a maior parte do conteúdo veiculado pelo portal é destinado aos estudantes do 3.º ciclo (65,6%) e do secundário (54,7%), uma vez que sua temática é estudada no 8.º ano do ensino básico e nos 10.º e 11.º anos do ensino secundário⁶. Além disso, tais dados também nos levam a acreditar que o portal se direciona mais especificamente aos alunos que possuem maior autonomia em relação à pesquisa em plataformas digitais. Já os conteúdos sem especificação de nível de ensino (21,9% do total analisado) correspondem, predominantemente, à série de *podcasts* sobre as Histórias e Lugares do Brasil. Embora o *site* os apresente como conteúdo passível de ser

⁶ Para conhecer melhor a estrutura curricular do ensino de História em Portugal, ver SOLÉ 2021, pp. 21-59.

Tabela 3. *Podcasts: Histórias e Lugares do Brasil*

Tema	Título	Data de produção
Relações Brasil- -Portugal	<i>Independência e integração: o que significa?</i>	24-10-2022
	<i>O primeiro imperador (2 partes)</i>	31-10-2022
	<i>Museu da língua portuguesa (5 partes)</i>	03-11-2022
	<i>Fórum independência com integração</i>	12-11-2022
	<i>Museu Nacional (4 partes)</i>	01, 08, 15, 22-12-2023
	<i>Conhecimento e reconhecimento mútuo</i>	29-12-2022
	<i>Real Gabinete Português de Leitura (5 partes)</i>	03, 10, 17, 24, 27-01-2023
	<i>Museu Imperial (4 partes)</i>	19, 24, 26, 27-02-2023
Outros	<i>O Rio antes do Rio</i>	26-09-2022
	<i>Luís Calanca e os baratos afins</i>	17-10-2022
	<i>Gustavo Keno e a llê discos</i>	03-01-2023
	<i>Maurício Gouveia e o clube do vinil</i>	10-02-2023
	<i>Brasília: da utopia à capital</i>	12-02-2023

Fonte: RTP [s.d.] (dados organizados pela autora)

utilizado em contexto escolar, acreditamos que o não enquadramento desse material por níveis de ensino deriva do fato de seu conteúdo não estar contemplado na estrutura curricular do ensino básico e secundário português. Tal dado, mais uma vez, reforça a ideia central de que a produção do portal *Ensina RTP* está organicamente vinculada às diretrizes curriculares nacionais, mesmo quando se trata de conteúdos complementares e que a história do Brasil é apenas apêndice, tanto no portal quanto na estrutura curricular do ensino de Portugal.

De maneira geral, a análise da Tabela 3 nos leva a concluir que a maior parte da produção acerca da história do Brasil no portal *Ensina RTP* é recente, fruto tanto da expansão do portal e da ampliação da importância da internet na vida escolar, sobretudo em função da epidemia de COVID-19, a partir de 2020. O portal investe, essencialmente, em conteúdos com formato multimídia, no qual o audiovisual e o áudio são prioritários, enquanto o texto escrito é minoritário. Os conteúdos de história do Brasil veiculados não apresentam diversidade temática, uma vez que referem-se quase que exclusivamente ao período colonial, com ênfase na expansão e «descobrimientos» portugueses e nas conexões luso-brasileiras.

Considerando tais questões, torna-se pertinente comparar nossos dados com os oferecidos pelo documento *Aprendizagens Essenciais* (República Portuguesa 2018), que define os conhecimentos e competências obrigatórias no currículo escolar português. O documento demonstra, como mencionamos anteriormente, que o ensino sobre a história do Brasil em Portugal ocorre na educação básica, no 3.º ciclo

(8.º ano) e no ensino secundário (10.º e 11.º anos). No 8.º ano, o Brasil é estudado no módulo *Expansão e Mudança nos Séculos XV e XVI*, com foco no período colonial português. Dentre os temas principais destacam-se a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e a ideia do «descobrimento» como marco fundador da história do Brasil; a exploração do pau-brasil, o sistema de capitanias hereditárias e a economia açucareira; a escravização de indígenas e africanos, resvalando, muito superficialmente, na crítica em torno da violência estrutural da colonização.

Nos 10.º e 11.º anos, a história do Brasil é revisitada no contexto do Império português e do liberalismo oitocentista, enfatizando a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1808), a elevação do Brasil a Reino Unido (1815) e a independência política (1822) que, realizada em função do protagonismo de D. Pedro I, desconsidera a ação das elites brasileiras ou dos conflitos internos. Nos dois momentos a abordagem é frequentemente eurocêntrica. No primeiro caso, o documento destaca a ação portuguesa e omite as perspectivas indígenas ou afro-brasileiras em torno da colonização; no segundo caso, predomina a imagem de um Brasil apresentado como um «projeto português», com menos atenção às dinâmicas locais.

Acreditamos que narrativas históricas assim construídas contribuem para perpetuar, na memória coletiva, a ideia de uma história do Brasil iniciada em 1500 em função dos «descobrimientos» portugueses, fato que favorece o apagamento da história pregressa do território brasileiro e dos povos originários do Brasil. Conforme destaca Mignolo (2017, p. 4), o Brasil, em particular, assim como a América, de maneira geral, «não era uma entidade existente para ser descoberta. Foi inventada, mapeada, apropriada e explorada sob a bandeira da missão cristã», representada, em sua primeira fase, pela ação dos países ibéricos e católicos, liderados por Portugal e Espanha. E como a «modernidade anda junto com a colonialidade», ela «precisa ser assumida tanto por suas glórias quanto por seus crimes» (Mignolo 2017, p. 4).

De forma correlata, a produção midiática da RTP sobre o Brasil tende a reforçar estereótipos ou investir em narrativas de caráter factual. Com vistas a compreender o sentido da história presente nessa produção digital procedemos à análise de alguns conteúdos existentes na plataforma referentes à história da colonização portuguesa no Brasil: *Pedro Álvares Cabral e os ameríndios*⁷, *Como os portugueses encontraram o Brasil*⁸,

⁷ *Pedro Álvares Cabral e os ameríndios* é um episódio de um programa de rádio denominado *Portugal e os Portugueses*, com duração de 11:05 min., destinado, no portal *Ensina RTP*, a alunos do 3.º ciclo e do secundário que estejam estudando a *Expansão e Descobrimientos Portugueses*. Produzido no ano de 1998 pela RDP Internacional, é assinado pelo historiador António Luís Ferronha, que apresenta-nos uma análise do chamado primeiro documento acerca da existência do Brasil: a carta de Pero Vaz de Caminha. O episódio está disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/pedro-alvares-cabral-e-os-amerindios/> [consult. 2025-04-10].

⁸ *Como os portugueses encontraram o Brasil* é uma animação em audiovisual, com duração de 07:23 min., destinada a alunos do 1.º e 2.º ciclos da educação básica, como conteúdo de Estudo do meio e da História e Geografia de Portugal. Trata-se do episódio de número 17 da série *Aconteceu Mesmo*, programa infantil produzido em 2024 pela FLAMING para a RTP, assinado por Andrea Basílio, Gonçalo Paixão, Otilia Pereira e Sandra Varatojo Amor. O programa é protagonizado por um menino negro e cego, chamado Mamadú (Mamadú Baldé), que possui uma nave espacial dotada de inteligência artificial (Joana Castro), com quem dialoga e «viaja no tempo para explorar momentos incríveis da história de Portugal». Nesse episódio a nave transporta Mamadú para a nau de Cabral, em pleno oceano Atlântico, no dia 20

e *A aculturação resultante da expansão europeia*⁹. De maneira geral, a análise desse conteúdo demonstrou que a historiografia didática portuguesa sobre o Brasil presente no portal *Ensina RTP* carece de abordagens decoloniais¹⁰. Se ela situa o «descobrimiento do Brasil» na ótica da expansão portuguesa levada a cabo na Época Moderna, raramente discute o genocídio indígena, o racismo estrutural ou a resistência negra e indígena. Tais questões nos levam a refletir sobre a necessidade de se repensar as narrativas históricas hegemônicas, que frequentemente silenciam vozes marginalizadas e perpetuam visões coloniais. Como afirma Walter Mignolo (2003), a decolonialidade implica não apenas questionar o conhecimento estabelecido, mas também reconstruir epistemologias a partir das perspectivas dos povos subalternizados. Assim, a revisão crítica dessas narrativas torna-se um passo fundamental na desconstrução de estruturas de poder coloniais ainda presentes na sociedade contemporânea e na historiografia tradicional.

Os dados de nossa pesquisa acerca da produção didática digital do portal *Ensina RTP* demonstram que a experiência histórica articula-se «numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental», que concentrou sob seu poder não apenas o controle de todas as formas de subjetividade, mas também da cultura e, em especial, da produção do conhecimento (Quijano 2005, p. 122). Nesse sentido, verificamos que em Portugal, a história do Brasil é ensinada como extensão da história portuguesa, com foco no passado colonial. Assim, tanto as *Aprendizagens Essenciais* quanto o portal *Ensina RTP* privilegiam uma perspectiva lusocêntrica na escrita da história e reproduzem estereótipos acerca da história do Brasil. Falta espaço para uma visão crítica que inclua as vozes silenciadas, as contradições da colonização, bem como as complexidades pós-coloniais.

3. PORTAL *ENSINA RTP*: POTENCIALIDADES EDUCATIVAS, LIMITAÇÕES E DESAFIOS

Para finalizar, fazemos uma análise geral do aspecto estrutural das páginas de conteúdo, uma vez que essa é uma configuração constante no portal *Ensina RTP*. Ao acessar a página com o conteúdo escolhido, o usuário depara-se, quase sempre, com o arquivo contendo o conteúdo, que pode se apresentar em três formatos: em áudio acompanhado de uma imagem e de uma sinopse, em audiovisual acompanhado também da

de abril de 1500, e o menino, juntamente com Cabral e sua tripulação, vive as aventuras da «descoberta». Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/como-os-portugueses-encontraram-o-brasil/> [consult. 2025-04-12].

⁹ *A aculturação resultante da expansão europeia* é um texto «explicador», ou um artigo de apoio, destinado a alunos do 3.º ciclo que estão estudando a Expansão e Descobrimientos Portugueses na Época Moderna. O artigo, produzido no ano de 2021 pela Associação dos Professores de História e assinado por Sofia Condesso, tem por objetivo levar o aluno a «identificar, no âmbito de processos de colonização, fenómenos de intercâmbio, aculturação e assimilação». Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/explicador/a-aculturacao-resultante-da-expansao-europeia-h46/> [consult. 2025-04-13].

¹⁰ A análise mais pormenorizada destas e de outras narrativas históricas produzidas pela RTP constam da segunda etapa dessa pesquisa, a ser publicada em outro artigo, denominado *A história da colonização portuguesa no Brasil* no portal *Ensina RTP*, em processo de finalização.

sinopse, ou em texto acompanhado de uma imagem. Sempre após o texto, seja ele a narrativa historiográfica didática ou a sinopse, há um *hiperlink* sugerindo que o usuário consulte também um conteúdo disponibilizado na página *Veja também*. No entanto, diríamos ser apenas por coincidência que o conteúdo acessado na nova página tenha uma relação direta com o assunto inicialmente consultado. Tomemos alguns exemplos: no caso do programa de rádio *Pedro Álvares Cabral e os ameríndios*, a página sugere ao usuário uma visita ao conteúdo intitulado *Setembro, o sétimo do calendário romano*, sem nenhuma relação com o conteúdo inicialmente acessado; o programa audiovisual produzido para a TV, intitulado *Como os portugueses encontraram o Brasil*, sugere dois vídeos distintos, de áreas diferentes: *Brasil é a terra de Vera Cruz e Forças elétricas e magnéticas*. Se o primeiro trata da mesma temática inicialmente consultada, o segundo é conteúdo de Física, que só com muito esforço e boa vontade (dos professores de História e Física) pode ser associado ao tema estudado¹¹. Já o texto escrito sobre *A aculturação resultante da expansão europeia* conduz o usuário a conteúdos que possuem estreita relação com o tema estudado, transportando-o a outros espaços sociais, África e Ásia: *o Batismo do rei do Congo e Francisco Xavier, o apóstolo do Oriente*.

Segundo Chartier (2002), a organização dos conteúdos em plataformas digitais não é um ato neutro, mas uma operação que carrega intencionalidades pedagógicas e políticas. A forma como os materiais são vinculados, ou não, reflete uma concepção de conhecimento que pode ser fragmentada ou articulada. No caso do *Ensina RTP*, a disparidade nas sugestões da seção *Veja também* revela uma tensão entre a lógica algorítmica, que muitas vezes associa conteúdos por palavras-chave superficiais, e a curadoria historiográfica, que demanda conexões significativas baseadas em conceitos substantivos ou contextos históricos. Essa contradição corrobora as observações de Pierre Lévy (1999) sobre os desafios de estruturar o conhecimento em ambientes digitais sem reproduzir uma «inteligência coletiva» superficial.

No entanto, o portal disponibiliza ainda algumas *tags* a partir das quais o aluno pode acessar outros conteúdos inter-relacionados ao que se está estudando, por temas (no caso da carta de Caminha: *História, Expansão e descobrimentos*), ou por tópicos (considerando o mesmo exemplo: *Brasil, descobrimentos, Pedro Álvares Cabral*), numa perspectiva que pode levar o aluno do geral ao particular e vice-versa. Ao final da página, o portal apresenta ainda uma ficha técnica sobre a produção do programa contendo, de maneira geral, os seguintes dados: título, tipologia, autoria, produção e ano de produção. Tais informações são bem importantes, pois nos oferecem respostas a questões fundamentais a quaisquer tipos de análise de cunho historiográfico — quem produziu o texto ou o audiovisual? Quando produziu? A partir de qual lugar social produziu? — nem sempre presentes nas páginas da internet. No entanto, essas limitações do método histórico passíveis de serem encontradas nas fontes digitais, não se

¹¹ Percebemos aí uma possibilidade de trabalho interdisciplinar envolvendo as disciplinas de História e de Física, afinal, os conhecimentos de Física são inerentes à história das navegações. No entanto, o portal não aventa essa possibilidade, ficando tal *insight* a cargo do professor.

constituem em um desafio epistemológico, visto não serem exclusivas desse tipo de fontes (Prado 2021). Assim, a era da internet traz consigo determinadas mudanças epistemológicas, que não são necessariamente ontológicas à prática de pesquisa histórica (Gallini e Noiret 2011, p. 30).

Os estudos sobre os ambientes virtuais de aprendizagem têm demonstrado, de maneira geral, que a qualidade pedagógica de repositórios digitais depende da estrita observância a três eixos fundamentais: coerência temática, contextualização adequada e interligação significativa entre conteúdos (Santaella 2013; Correia 2018). Nessa perspectiva, as *tags* temáticas do portal representam um acerto ao permitir navegação transversal por conceitos históricos, aproximando-se do que os autores denominam «arquitetura pedagógica não linear». Contudo, a inconsistência nas recomendações automáticas, como detectado em relação à seção *Veja também*, expõe uma falha na operacionalização desse princípio, problema que, segundo os mesmos autores, é comum em plataformas que não diferenciam claramente associações temáticas de meras coincidências lexicais. Essa crítica faz eco às preocupações de Jenkins (2009) sobre a necessidade de «alfabetização transmidiática» em ambientes educacionais digitais.

Outra questão digna de nota é que, embora o portal *Ensina RTP* apresente amplo conteúdo multimídia, há sempre uma hierarquização em relação aos formatos com a ênfase no audiovisual, seguida do áudio, depois o texto e, por fim, a imagem, quase sempre subutilizada, integrada ao conteúdo como mera ilustração e não como fonte que também conta uma história. Tomemos como exemplo a página do texto explicador *A aculturação resultante da expansão europeia*¹². Ao texto apresentado ao usuário articula-se uma imagem, *De Landraad te Colombo*, obra do pintor neerlandês Jan Brandes, feita no Ceilão, em 1785, hoje exposta em Rijksmuseum, Museu Nacional de Amsterdã, Países Baixos. Um inscrição na parte inferior da imagem diz, em neerlandês: «O juiz (Cornelis de Cock) em Colombo, no Ceilão, sentado em sua varanda com o capitão dos cingaleses para resolver os assuntos e disputas dos nativos. Nov.: 29, 1785» (Rijksmuseum [s.d.], tradução nossa)¹³.

Embora a administração colonial tenha sido um dos pilares da dominação europeia na Época Moderna, chama a atenção o fato de que a imagem selecionada para acompanhar o texto sobre a aculturação decorrente da expansão portuguesa no Brasil seja justamente a de um órgão judicial neerlandês — o *Landraad* —, instituído no Ceilão (atual Sri Lanka) durante o período de controle da Companhia Neerlandesa das Índias Orientais (Rijksmuseum [s.d.]). Compreendemos que, mesmo sendo um instrumento de dominação colonial, o *Landraad* não era alheio a processos de aculturação: por um lado,

¹² Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/explicador/a-aculturacao-resultante-da-expansao-europeia-h46/> [consult. 2025-04-13].

¹³ No original lê-se: «De Dessave (Cocq) te Colombo op Cylon zittende in zijn gaanderij met de capitijns der Cingalezen om de zaken en geschillen van den inlander af te doen. Nov.: 29, 1785». As informações sobre a obra de Brandes podem ser encontradas em: *Jan Brandes, De Landraad te Colombo in 1785*. Disponível em: <https://bulletin.rijksmuseum.nl/article/view/20705/22356> [consult. 2025-04-13].

os neerlandeses incorporaram elementos jurídicos locais para legitimar seu controle; por outro, as elites nativas adaptaram-se a essa estrutura, negociando dentro do sistema imposto (Rijksmuseum [s.d.]). Essa dinâmica, contudo, diferencia-se significativamente do modelo português, marcado pela aculturação via cristianização e miscigenação, conforme menciona o artigo disponibilizado pelo portal.

O problema, portanto, não está na imagem em si, que poderia, em outro contexto, servir como contraponto analítico, mas em sua inserção desconectada na página do portal *Ensina RTP*. Ao ser apresentada sem explicações, articulações ou propostas de atividade pedagógica, a imagem torna-se inócua e até contraproducente para o processo de aprendizagem. Se o objetivo era fomentar a aprendizagem sobre a aculturação colonial portuguesa, por que não optar por um exemplo português, como os regimentos de aldeamentos ou a atuação das confrarias cristãs no Sri Lanka? Ou, se a intenção era comparar modelos coloniais, faltou um breve comentário ou roteiro crítico que guiasse o leitor nessa reflexão.

Nesse sentido, consideramos que esta hierarquia, que menospreza a imagem, reflete o que Liu (2013) chamou de «ordem política das interfaces digitais», onde certos formatos são naturalizados como mais adequados ao conhecimento, muitas vezes em detrimento de abordagens mais críticas e reflexivas. Assim, mais uma vez, pensamos no quanto seria ideal se essa escrita da história digital, hipertextual e multimídia pelo portal *Ensina RTP* pudesse ainda ser mais bem explorada como um novo formato de texto didático.

Em síntese, diríamos que a análise estrutural do portal *Ensina RTP* revela uma plataforma que busca oferecer, apesar das hierarquias, diversidade de formatos (vídeo, áudio, texto e imagem) e camadas de informação, potencialmente enriquecendo a experiência do usuário. No entanto, essa organização apresenta contradições significativas: enquanto as *tags* temáticas e a ficha técnica cumprem um papel valioso à contextualização e ao rigor historiográfico, permitindo ao estudante navegar de modo mais crítico e aprofundado, a seção *Veja também* frequentemente falha em estabelecer conexões relevantes, oscilando entre sugestões pertinentes (como no caso da aculturação) e *links* claramente desconexos (como a associação entre a análise da carta de Caminha e o calendário romano). Ademais, se o vídeo e o áudio têm preponderância na plataforma, textos e imagens têm função menor ou são subutilizados: o primeiro, talvez, por estar associado ao modelo de aprendizagem mais tradicional; o segundo, por apresentar-se como mera ilustração do conteúdo. Toda essa inconsistência percebida no *Ensina RTP* sugere a necessidade de uma curadoria mais criteriosa, alinhando as recomendações aos objetivos pedagógicos do portal. Por outro lado, a disponibilização sistemática de metadados (autoria, ano, tipologia) é bastante positiva, pois permite ao usuário situar a produção do conteúdo no tempo e no espaço, condição essencial para uma análise historiográfica rigorosa. Assim, o portal demonstra potencial para ser uma ferramenta educativa robusta, desde que revise seus critérios de interligação de conteúdos e mantenha o rigor na documentação das fontes, elementos fundamentais para fomentar uma aprendizagem histórica coerente, crítica e reflexiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não nos restam dúvidas de que as mídias digitais têm se apresentado como um cenário inovador, de um lado, à operação historiográfica e, de outro, ao ensino de História. Novas possibilidades de representação do passado e novas formas de aprendizagem emergem das telas dos computadores. Porém, como nos adverte Alan Liu (2012), a mera transposição de conteúdos para o digital não constitui, por si só, uma renovação epistemológica. É preciso refletir e questionar acerca dos valores culturais que estão sendo reproduzidos ou transformados nessas migrações do analógico para o digital.

Pensando nas possibilidades que o ciberespaço abre aos historiadores, Anita Lucchesi (2014, p. 50) destaca entre as características principais desse tipo de historiografia, o fato dela estar «inscrita no ciberespaço», ser «escrita digitalmente (hipertextualmente)» e ser «divulgada na rede». Esta visão técnica, no entanto, ganha nova dimensão quando confrontada com a perspectiva crítica de Alan Liu (2013), para quem o hipertexto, nas Humanidades Digitais, deveria servir não apenas à navegação eficiente, mas à exposição das camadas políticas e culturais que constituem o conhecimento histórico.

Mas é o aspecto hipertextual da historiografia digital que «mais profundamente toca os cânones de Clio», já que permite, ao usuário, novas experiências de leitura, uma vez que fornece ao leitor um «texto expansível e não linear» que modifica o texto convencional, «marcado pela linearidade e pela sequência» (Lucchesi 2014; Staley 1998). Assim, o que observamos em relação ao portal *Ensina RTP* é que seus textos continuam sendo escritos de forma tradicional, visto fazerem pouco uso dos *hiperlinks* na produção dos conteúdos. Trata-se daquilo que Liu (2004) chamou de «desafetização» do conhecimento, uma vez que as potencialidades críticas da tecnologia foram subutilizadas, reduzindo-as a mera ferramenta de transmissão.

Ademais, como mencionamos anteriormente, há também muita incoerência nessa produção com indicação de conteúdos que não dialogam diretamente com o texto principal e que não extrapolam o espaço do próprio portal. Fundamental seria se o portal investisse em *hiperlinks* que permitissem ao usuário navegar de um mesmo texto em vários níveis de leitura, a partir de diferentes estratos de um mesmo *corpus* informacional. Segundo Anita Lucchesi (2014, p. 51):

O que está em jogo, portanto é a possibilidade de, além de apresentar uma narrativa histórica sobre o passado, poder expor, em outros «setores» do texto (não necessariamente equiparáveis a capítulos de um modelo monográfico impresso) as evidências, os procedimentos, métodos e chaves de leitura que também «fizeram» aquela operação histórica.

Assim, sem uma arquitetura de *links* que promova verdadeira interrogação histórica, o hipertexto acaba servindo apenas a uma ilusão de interatividade (Liu 2012).

No campo do ensino de História, as pesquisas têm demonstrado a crescente relevância das tecnologias digitais no contexto educacional, enfatizando seu potencial transformador nos processos de ensino e aprendizagem. Contudo, conforme nos alerta Liu (2012), é crucial distinguir entre o uso instrumental das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e sua aplicação como ferramentas de pensamento crítico. Nesse aspecto, Simanowski (2021, p. 71) defende que o letramento digital venha acompanhado tanto pela «competência para o uso» quanto pela «competência crítica», isto é, pela capacidade do sujeito refletir sobre o impacto da tecnologia sobre si e sobre a sociedade em que vive.

Dias-Trindade e Mill (2019) mencionam que o século XXI legou-nos um novo tipo de estudante que, na contemporaneidade, configura-se como um verdadeiro «nômade digital», indivíduo imerso em ambientes tecnológicos, que demonstra familiaridade e desenvoltura na navegação pelo ciberespaço. Nesse contexto, afirmam os autores, é de fundamental importância que as TDIC estejam integradas à prática pedagógica, não apenas como ferramentas auxiliares, mas como suportes fundamentais à criação de ecossistemas de aprendizagem significativos. Segundo os autores, esses ambientes educacionais tecnologicamente mediados possibilitariam a articulação entre os interesses dos discentes e suas reais necessidades formativas, fomentando o desenvolvimento de competências essenciais para o pleno exercício da cidadania na sociedade digital. Nesse sentido, tal abordagem não se limita à mera instrumentalização tecnológica, mas representa uma reconfiguração paradigmática do próprio processo educativo, alinhada às demandas da contemporaneidade.

Compreendemos, portanto, que o portal *Ensina RTP*, embora represente um avanço na democratização de conteúdos históricos em formato digital, ainda possui um caminho significativo a percorrer para consolidar-se como uma ferramenta educacional plenamente alinhada às potencialidades da história digital. Como demonstramos nesse trabalho, persistem limitações importantes que, na perspectiva de Liu (2013), revelam uma incompleta assimilação do potencial crítico das Humanidades Digitais: a subutilização do hipertexto como espaço de interrogação histórica, a abordagem ainda convencional dos conteúdos textuais e a hierarquização pouco dialógica entre os diferentes formatos midiáticos, onde o audiovisual predomina sobre outras linguagens que poderiam enriquecer a experiência de aprendizagem.

Contudo, mesmo ferramentas com essas limitações podem ser ressignificadas quando inseridas em ecossistemas educacionais críticos e reflexivos. Nessa perspectiva, o professor de História assume um papel fundamental como mediador capaz de potencializar os recursos disponíveis do portal através de atividades que estimulem a navegação não linear. Além disso, cabe ao professor problematizar as escolhas editoriais e hierarquias midiáticas presentes nos conteúdos e, também, complementar os materiais com outras fontes que ampliem o espectro de leituras sobre os temas abordados. Dessa forma, mesmo uma plataforma com características ainda tradicionais pode transformar-se em instrumento valioso para desenvolver nos estudantes

as competências digitais e históricas necessárias ao século XXI, desde que utilizada de forma crítica e criativa. Assim, diríamos que o portal *Ensina RTP* apresenta um perfil historiográfico e didático ambivalente, que reflete a tensão central das Humanidades Digitais contemporâneas: a coexistência de potencialidades transformadoras com a persistência de estruturas tradicionais de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHARTIER, Roger, 2002. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp. ISBN-13 9788571393905.
- CORREIA, Ana-Paula, 2018. As múltiplas facetas da curadoria de conteúdos digitais. *Revista Docência e Cibercultura*. 2(3), 14-32. ISSN 2594-9004.
- COSTA, Júlio Cesar Virgínio da, e Andreia de Assis PEREIRA, 2022. Ensino de história em tempos de pandemia. *Revista História Hoje*. 11(23), 209-230. ISSN 1806-3993.
- DIAS-TRINDADE, Sara, e Daniel MILL, 2019. *Educação e Humanidades digitais: aprendizagens, tecnologias e cibercultura*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN 978-989-26-1771-8.
- DIAS-TRINDADE, Sara, e José António MOREIRA, 2017. *Competências de aprendizagem e tecnologias digitais*. Em: José António MOREIRA, e Cristina Pereira VIEIRA, coord. *eLearning no ensino superior*. Coimbra: CINEP/IPC, pp. 99-113. eISBN 978-989-99463-5-4.
- DIAS-TRINDADE, Sara, Joana Duarte CORREIA, e Susana HENRIQUES, 2020. Ensino remoto emergencial na educação básica brasileira e portuguesa: a perspectiva dos docentes. *Revista Tempos e Espaços em Educação*. 13(32), e-14426. ISSN 2358-1425.
- FERRO, Marc, 1983. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa. ISBN-10 85-348-0156-8.
- GALLINI, Stefania, e Serge NOIRET, 2011. La historia digital en la era del Web 2.0: introducción al dossier Historia digital. *Historia Critica*. Bogotá. (43), 16-37. ISSN 0121-1617.
- GIL, Gilberto, 2008. Banda Larga Cordel. Em: Gilberto GIL. *Banda Larga Cordel* [música]. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e71z2A7gEJA>.
- GRAHAM, Shawn, 2012. The Wikiblitiz: A Wikipedia Editing Assignment in a First Year Undergraduate Class. Em: Jack DOUGHERTY, e Kristen NAWROTZKI, ed. *Writing History in the Digital Age* [Em linha] [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <http://writinghistory.trincoll.edu/crowdsourcing/graham-2012-spring/>.
- JENKINS, Henry, 2009. *Cultura da convergência*. Tradução de Susana ALEXANDRIA. 2.ª ed. São Paulo: Aleph. ISBN-13 978-85-7657-151-8.
- LÉVY, Pierre, 1999. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da COSTA. São Paulo: Editora 34. ISBN-10 85-7326-126-9.
- LIU, Alan, 2013. The Meaning of the Digital Humanities. *PMLA* [Em linha]. 128(2), 409-423 [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/5gc857tw>.
- LIU, Alan, 2012. Where is Cultural Criticism in the Digital Humanities? Em: Matthew K. GOLD, dir. *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 490-509. ISBN 978-0-8166-7795-5.
- LIU, Alan, 2004. *The Laws of Cool: Knowledge Work and the Culture of Information*. Chicago: University of Chicago Press. ISBN 978-02-264-8698-7.
- LUCCHESI, Anita, 2014. Por um debate sobre história e historiografia digital. *Boletim Historiar*. (2), 45-57. ISSN 2357-9145.
- MALAGGI, Vitor, 2020. Tecnologia em tempos de pandemia: a educação a distância enquanto panaceia tecnológica na educação básica. *Criar Educação*. 9(2). Edição Especial, 51-79. ISSN 2317-2452.

- MANDOLESSI, Silvana, 2024. Memory in the digital age. *Open Research Europe 2024* [Em linha]. 3(123) [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://doi.org/10.12688/openreseurope.16228.2>.
- MIGNOLO, Walter D., 2017. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 32(94), 1-18. ISSN 1806-9053.
- MIGNOLO, Walter D., 2010. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del signo. ISBN 978-987-1074-80-8.
- MIGNOLO, Walter D., 2003. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad. Solange Ribeiro de OLIVEIRA. Belo Horizonte: Editora UFMG. ISBN-13 978-85-7041-323-9.
- NORA, Pierre, 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*. São Paulo. (10), 7-28. ISSN 0102-4442.
- PORTUGAL. Ministério da Educação, [s.d.]. *Currículo dos ensinos básico e secundário – documento síntese* [Em linha] [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/consulta-publica?i=246>.
- PORTUGAL. Ministério da Educação, 2018. *Aprendizagens Essenciais* [Em linha]. Direção-geral da Educação [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais>.
- PRADO, Giliard da Silva, 2021. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, 13(34), e0201. ISSN 2175-1803.
- QUIJANO, Aníbal, 2005. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Em: Edgardo LANDER, org. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 117-142. ISBN-13 978-987-1183-24-0.
- REPÚBLICA PORTUGUESA. Direção-geral da Educação, 2018. *Aprendizagens Essenciais. Ensino Básico* [Em linha] [consult. 2025-06-17]. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>.
- RIJKSMUSEUM, [s.d.]. *Jan Brandes, De Landraad te Colombo in 1785* [Em linha] [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://bulletin.rijksmuseum.nl/article/view/20705/22356>.
- RTP [Rádio e Televisão de Portugal], [s.d.]. *Ensina RTP* [Em linha] [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt>.
- RÜSEN, Jörn, 2016. O que é a Cultura Histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a História. Em: Maria Auxiliadora SCHMIDT, e Estevão de Rezende MARTINS, orgs. *Jörn Rüsen: contribuições para uma Teoria da Didática da História*. Curitiba: W. A. Editores Ltda., pp. 53-82. ISBN 978-85-65921-10-7.
- RÜSEN, Jörn, 2007. *História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da UNB. ISBN 978-85-230-0974-8.
- RÜSEN, Jörn, 2001. *Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UNB. ISBN 978-85-230-0615-0.
- SANTAELLA, Lucia, 2013. *Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação*. São Paulo: Paulus. ISBN 978-85-349-3637-8.
- SIMANOWSKI, Roberto, 2021. Humanidades digitais e mídias digitais. Em: Júlio Cesar Valladão DINIZ, e Karl Eric SCHÖLLHAMMER, org. *Humanidades em questão: abordagens e discussões*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, pp. 61-74. ISBN 978-65-88831-31-1.
- SOLÉ, Glória, 2021. Ensino da história em Portugal: o currículo, programas, manuais escolares e formação docente. *El Futuro del Pasado*. (12), 21-59. ISSN 1989-9289.
- STALEY, David J., 1998. Designing and Displaying Historical Information in the Electronic Age. *Journal of the Association for History and Computing*. 1(1) [Em linha] [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2027/spo.3310410.0001.103>.

- UNICEF, 2023. *Education in a post-COVID world: Towards a RAPID transformation*. New York: UNICEF [Em linha] [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/140796/file/Education-in-post-COVID-19-world-advocacy-brief.pdf>.
- VEEN, Wim, e Bem WRAKKING, 2009. *Homo zappiens: educando na era digital*. Porto Alegre: Artmed. ISBN 978-85-363-1686-4.

VÁRIA

PEDRO DA SILVEIRA, INVESTIGADOR-CABOUQUEIRO DE NOVAS LITERATURAS: TRÊS EXEMPLOS E ALGUMAS ADENDAS

FRANCISCO TOPA*

Resumo: *Embora não seja essa a sua faceta mais conhecida, Pedro da Silveira foi um notável investigador que fez importantes descobertas, generosamente partilhadas e nem sempre devidamente reconhecidas. Neste artigo, apresento três exemplos que repercutiram noutras literaturas: a brasileira (com a descoberta do códice «Manual de Obras», atribuído ao setecentista Cláudio Manuel da Costa), a angolana (com a identificação, nas páginas de um jornal, da novela Nga Muturi, de Alfredo Troni) e a açoriana (com a publicação de uma série de textos de autores antigos na Antologia de poesia açoriana). Para todos esses campos, apresentarei novos elementos, demonstrando assim a persistência do legado e do exemplo de Pedro da Silveira.*

Palavras-chave: *Pedro da Silveira; Cláudio Manuel da Costa; Alfredo Troni; João Cabral de Melo.*

Abstract: *Although this is not his best-known facet, Pedro da Silveira was a notable researcher who made important discoveries, generously shared and not always properly recognized. In this article, I present three examples that had repercussions on other literatures: Brazilian literature (with the discovery of the codex «Manual de Obras», attributed to the eighteenth-century poet Cláudio Manuel da Costa), Angolan literature (with the identification, in the pages of a newspaper, of the novella Nga Muturi, by Alfredo Troni), and the Azorean literature (with the publication of a series of texts by ancient authors in the Antologia de poesia açoriana). For all these fields, I will present new elements, thus demonstrating the persistence of Pedro da Silveira's legacy and example.*

Keywords: *Pedro da Silveira; Cláudio Manuel da Costa; Alfredo Troni; João Cabral de Melo.*

INTRODUÇÃO

Vinte anos depois da sua morte, podemos dizer com convicção que Pedro da Silveira ficou na história da cultura portuguesa (ou de língua portuguesa) na rara condição dupla de poeta e de bibliógrafo. E, embora a primeira faceta seja talvez mais visível e, para muitos, mais *nobre*, a segunda não é menos importante nem menos digna do nosso apreço e da nossa gratidão, sobretudo agora que se vai impondo a crença de que *pesquisar* é sinónimo de *googlar* e de que «está tudo na internet».

É bem sabido que, para além dos anos que passou como funcionário superior da Biblioteca Nacional (hoje de Portugal, à época de Lisboa), Pedro da Silveira (1922-2003) dedicou uma parte significativa da sua vida à pesquisa bibliográfica, daí resultando um vastíssimo número de artigos e livros de temática variada, boa parte dos quais incidindo sobre temas, figuras e textos açorianos, tanto da literatura dita culta quanto da chamada

* FLUP/CITCEM (UID/04059/2025; DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>). Email: ftopa@letras.up.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6929-5618>.

popular. Mas o seu campo de atuação não se ficou por aí: para além da atenção que dedicou a literaturas estrangeiras, sobretudo como tradutor e como crítico, o autor de *Fui ao mar buscar laranjas* escreveu também sobre as relações da literatura portuguesa com literaturas feitas na mesma língua, de que o exemplo mais importante é, sem dúvida, o livro de 1981 *Os últimos luso-brasileiros*. Menos conhecido, porém, é o seu trabalho de cabouqueiro de outras literaturas, em particular o que foi feito com uma qualidade rara no investigador: a generosidade. Apresentarei três exemplos, um relativo à literatura brasileira, outro respeitante à angolana e o último referente à literatura açoriana.

PEDRO DA SILVEIRA E A POESIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL

O primeiro começou com a compra, em 1979, pela Biblioteca Nacional daquele que viria a ser catalogado como códice 11438. A descoberta seria tornada pública no ano seguinte, através de um breve artigo de Rodrigues Lapa saído na *Colóquio/Letras*, no qual o autor da *Estilística da língua portuguesa* presta o devido reconhecimento a Pedro da Silveira, a quem atribui «o achado [...], em boa hora colocado na Biblioteca Nacional» (Lapa 1980, p. 45). O volume em causa reunia um conjunto interessante de textos inéditos de um notável poeta brasileiro do período colonial, Cláudio Manuel da Costa. Três sonetos viriam a ser publicados logo em 1980, no referido artigo de Manuel Rodrigues Lapa, mas seria necessário esperar mais quatro décadas para que o alerta lançado por Silveira encontrasse eco mais consequente. De facto, só em 2019 viria a lume o livro *O velho Cláudio: inéditos da maturidade de Cláudio Manuel da Costa*, em que o investigador brasileiro Carlos Versiani dos Anjos publicava a maior parte dos restantes textos. Mesmo assim, ficaram de fora as traduções atribuídas ao poeta de Mariana, o que é compreensível num primeiro ou segundo movimento editorial, mas não como decisão definitiva.

Com efeito, a tradução literária — sobretudo a de verso, feita em verso — não é uma atividade menor; pelo contrário, demanda, para além do conhecimento linguístico, um apurado trabalho criativo que não está ao alcance de qualquer poeta. Por outro lado, fornece elementos sobre a receção e circulação de autores e textos, disponibilizando assim informação importante para a história da literatura e da cultura. Para o comprovar, apresentarei apenas um pequeno excerto de uma tradução atribuída a «C. M. da C.».

Trata-se de *Messiah, a Sacred Eclogue*, de um dos mais importantes poetas ingleses do século XVIII, Alexander Pope. Publicado pela primeira vez no *The Spectator*¹, a 14 de maio de 1712, o poema, embora nessa primeira versão fosse dado como tendo sido feito *in imitation of Virgil's Pollio*, é apenas baseado na égloga IV do mantuano, apoiando-se também numa série de citações do livro de Isaías.

¹ Vol. 5, n.º 378.

A égloga de Vergílio é, ainda hoje, objeto de debate entre os classicistas. Escrita provavelmente em 42 a.C., é dedicada a Gaio Asino Polião, importante político que chegaria a cônsul dois anos depois e que foi também militar, literato e mecenas. O texto anuncia o nascimento de um menino salvador, cuja identidade tem vindo a ser objeto de múltiplas interpretações. Para alguns, o poema seria uma alegoria política, exprimindo um desejo de paz e a esperança numa nova Idade de Ouro, sinalizada pelo aparecimento de uma criança que tanto pode ser o filho de Polião como o rebento de Marco António e Otávia. Para outros, sobretudo na Antiguidade tardia e na Idade Média, o sentido seria mais de tipo espiritual: sublinhando a proximidade entre certas passagens da égloga e partes do livro de Isaías, esses intérpretes viram no poema um conteúdo messiânico que corresponderia à figura de Cristo. Embora esta última leitura tenha sido depois abandonada, foi ainda acolhida por Pope.

É possível que Cláudio Manuel da Costa tenha refletido sobre a genealogia da égloga inglesa e tenha até acolhido a interpretação cristã do poema de Vergílio, mas a verdade é que não dispomos de elementos que o confirmem. Temos, contudo, um material que é pouco comum: uma tradução em prosa e outra em verso, a primeira mais literal, como seria de esperar, e a outra mais livre. Ou, para retomar uma expressão de longa tradição, uma tradução mais *ad verbum* e outra mais *ad sensum* — expressões que designam dois modelos tradutórios que foram discutidos durante muito tempo (e que ainda hoje não estão totalmente ultrapassados), inclusive no período neoclássico em que viveu Cláudio (cf. Gaspar 2020, pp. 103-117).

Feita esta breve apresentação do material, vejamos agora um pequeno excerto, correspondente aos primeiros seis versos. Começemos pelo poema de Pope:

*Ye Nymphs of Solyma! begin the song:
To heav'nly themes sublimer strains belong.
The mossy fountains, and the sylvan shades,
The dreams of Pindus, and th' Aonian maids,
Delight no more—O Thou my voice inspire
Who touch'd Isaiah's hallow'd lips with fire!* (Pope 1903, p. 85)

Vejamos agora a versão em prosa, globalmente correta, embora pouco expressiva:

Vós, Ninfas de Solima, começai o canto, e aos assuntos celestiais se devem os mais sublimes tons; as musgosas fontes, as sombras dos bosques, os sonhos do Pindo e as filhas de Aónia não mais me recreiam. Ó vós que tocastes com santo fogo a boca de Isaías, inspirai a minha voz (BNP. Cód. 11438, p. 62).

E, por fim, a tradução em verso, que é praticamente o dobro do original, embora o respeite no essencial e conserve as suas imagens:

*Soe entre vós, ó Ninfas de Solima,
De assunto celestial sagrada rima;
Igual do grande objeto à majestade,
Seja do novo canto a suavidade.*

*Longe dos versos meus de Apolo os montes,
Os frios bosques e as musgosas fontes;
Não me recreiam já de Aónia as Filhas
Nem do Pindo as sonhadas maravilhas.*

*Sei que tocaste de uma chama ardente
A língua do Profeta balbuciente;
Vigor mais alto a minha voz inspira
E torna digna de teus sons a lira (BNP. Cód. 11438, p. 62).*

Quanto à versificação, notemos que a versão de Cláudio respeita o modelo escolhido por Alexander Pope, o chamado *heroic couplet* (dístico heroico). Trata-se de um poema assente em dísticos rimados, idealmente com uma identidade morfossintática e semântica, correspondendo cada verso a um pentâmetro iâmbico, isto é, a um conjunto de cinco iampos (não no sentido latino de alternância entre sílabas breves e longas, mas no sentido de sucessão de sílabas átonas e tónicas). Tendo sido introduzida por Chaucer, a forma tem uma longa tradição na literatura inglesa, sendo considerados como seus melhores representantes John Dryden, no século XVII, e Pope, na centúria seguinte. Na tradução em verso de *Messiah*, Cláudio Manuel da Costa recorre ao dístico rimado, embora nem sempre os pares de versos constituam uma unidade.

O PAPEL DE PEDRO DA SILVEIRA NA REEDIÇÃO DE *NGA MUTURI*

O segundo exemplo da generosidade de Pedro da Silveira como investigador diz respeito a um conto (ou novela) que é tido como fundador da ficção em Angola: refiro-me a *Nga Muturi*, da autoria de Alfredo Troni. O texto teve uma primeira edição em 1882, em dois jornais de Lisboa, e só em 1973 veio a lume no formato de livro, numa edição com prefácio de Mário António², poeta e investigador como Silveira, mas angolano. Embora o volume não identifique o editor do conto de Troni, foi sugerido desde a sua publicação pelas Edições 70 que teria sido o mesmo que escreveu o prefácio, isto é, Mário António. Tendo eu escrito em 2015 um artigo sobre Alfredo Troni, José Luandino Vieira fez o favor de me facultar há uns três anos cópia de uma carta datada de 29 de junho de 1973 que dirigiu a Carlos Ervedosa³ e em que a questão é mencionada. Transcrevo uma passagem:

² Mário António Fernandes de Oliveira (Maquela do Zombo, Angola, 1934 – Lisboa, 1989).

³ Escritor, geólogo, arqueólogo e professor angolano (Luanda, 1932 – Vila Real, 1992).

Meia dúzia de linhas para te manifestar a estranheza quanto a uma afirmação, na página de Artes e Letras de 20/6/73 a propósito de «Nga Muturi» [...]»⁴. É o caso de se referir o M. António como o homem que descobriu e recolheu a noveleta na Biblioteca⁵. Não sei se ele a conhecia, se a teria descoberto, se a teria já recolhido. Mas, esta versão que foi publicada pela 70, foi recolhida sob orientação do Pedro da Silveira que foi a pessoa que aqui sugeriu a sua publicação na coleção que ele dirige: Textos Breves. Portanto é dele o mérito. A cópia foi feita à mão pela Ruth e depois vista e dactilografada pelo Pedro da Silveira. Quanto ao Mário, decidiu-se pedir-lhe um prefácio por múltiplas razões mas foi necessário fornecer-lhe o texto que ele não tinha (foi até a cópia manuscrita da Ruth que lhe foi facultada). São pormenores, é verdade, mas... pode chatear-se o Mário por lhe quererem dar penas de pavão; e o Pedro Silveira por o depenarem a ele. Posto isto — sobre o caso é só. Sans rancune, evidentemente.

É, de facto, um pormenor, mas que confirma duas coisas importantes: por um lado, a curiosidade intelectual de Pedro da Silveira, que, quase um século depois da publicação original, percebeu o interesse de repor o texto em circulação; por outro, e uma vez mais, a sua generosidade na partilha da «descoberta» e na mobilização de vontades para a sua divulgação. E note-se que o seu esforço não se limitou ao texto; contemplou também alguma investigação sobre o autor, Alfredo Troni, como aliás reconhece Mário António quando escreve no prefácio: «informações que fico devendo à atenção de Pedro da Silveira» (Troni 1973, p. 12). Depreende-se de outra passagem que essas pesquisas não terão sido feitas diretamente por Silveira, mas antes pelo professor Paulo Quintela, a quem o autor de *Sinais de Oeste* as terá pedido, certamente pela facilidade de acesso ao Arquivo da Universidade de Coimbra, onde Troni estudou.

Seja como for, a Pedro da Silveira devemos a redescoberta desta importante figura da cultura e da literatura angolanas. Formado em direito pela Universidade de Coimbra, Alfredo Troni (1845-1904) teve uma breve passagem por São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, chegando a Angola em 1874. Aí ficaria até ao final da vida, desempenhando uma longa série de funções judiciais, administrativas, políticas e cívicas, entre as quais a fundação e direção de três jornais.

Da sua atividade literária só nos ficou o conto identificado por Pedro da Silveira, o qual nos revela um observador atento da sociedade local e das suas condições e um ficcionista inovador e corajoso, que coloca no centro da intriga uma mulher negra, ex-escrava e mais ou menos viúva do seu antigo senhor que, por ensaio e erro, vai aprendendo a triunfar numa «sociedade em que só avultam os panos» (Troni 1973, p. 31).

⁴ O autor da carta refere-se ao artigo *Uma obra pioneira da literatura angolana*, saído nas pp. 17-18 do dia em causa no jornal *A Província de Angola*.

⁵ Efetivamente lê-se no artigo, não assinado: «"Nga Mutúri" é obra pioneira da literatura angolana e a sua descoberta deve-se a Mário António que a foi recuperar aos arquivos da Biblioteca Nacional».

JOÃO CABRAL DE MELO, POETA SETECENTISTA DOS AÇORES

O último ponto e aquele que está mais próximo dos interesses principais de investigação de Pedro da Silveira diz respeito a um poeta setecentista dos Açores, João Cabral de Melo (nascido na Terceira, provavelmente em 1740, e falecido em Angra, em 1824). Incluindo-o na sua *Antologia de poesia açoriana* e dele publicando uma longa égloga inédita, Silveira é prudente na apreciação do seu talento, considerando que os poucos poemas conhecidos «não são de molde a confirmarem o talento que lhe atribuíam os coevos» (Silveira 1977, p. 56).

Deste autor tive oportunidade de publicar uma longa epístola em verso, composta provavelmente em 1773, e dirigida ao poeta brasileiro José Basílio da Gama, a propósito do estabelecimento de um teatro em Coimbra (cf. Topa 2003). Defendendo a utilidade social do teatro, elogiando o reitor reformista, D. Francisco de Lemos Coutinho, criticando o ensino passadista do direito, o texto revela um pombalismo militante que é de assinalar, destacando-se ainda por outro motivo: a utilização do verso alexandrino, numa época em que se faziam as primeiras experiências na literatura luso-brasileira. Gostaria agora de acrescentar mais alguns elementos desconhecidos, prestando com isso a minha homenagem ao Pedro da Silveira cabouqueiro da literatura açoriana.

O primeiro diz respeito a um epigrama latino em louvor do Marquês de Pombal, publicado em folha avulsa por ocasião da inauguração, a 6 de junho de 1775, da estátua equestre de D. José colocada na Praça do Comércio, em Lisboa. Como é sabido, a estátua, em bronze, é da autoria de Joaquim Machado de Castro e está erguida sobre um elaborado pedestal em pedra, tendo na frente um medalhão representando o Marquês de Pombal. Vejamos o texto latino, acompanhado em nota de uma proposta de tradução minha:

Illustrissimo ac Excellentissimo Domino, Domino Sebastiano Josepho Carvalio Mellio, Oeyrensi Comiti, Pombalensi Marchioni, Administrorum Maximo, &c. &c. &c. quo curante, Josephi Primi, I. P. F. Statua Equestris in Foro ponitur.

Epigramma.

*REGIS ut extremum duraret Nomen in ævum,
Perpetuumque scopum noster haberet amor;*

*Hanc curat Molem procudi ex ære SEBASTUS,
Quæ ferat AUGUSTI Nomen et Ora VIRI.*

*Sic quem jam Notum fecisti ad sidera REGEM,
Nunc Im[m]ortalem, MAGNE SEBASTE, facis.*

Joannes Cabralius Mellius,
Insulanus, Baccalaureus⁶.

⁶ Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, o Senhor Sebastião José de Carvalho Melo, Conde de Oeiras, Marquês de Pombal, Primeiro-ministro, &c. &c. &c., por quem foi mandada edificar na Praça a Estátua Equestre de José I, I. P. F.//

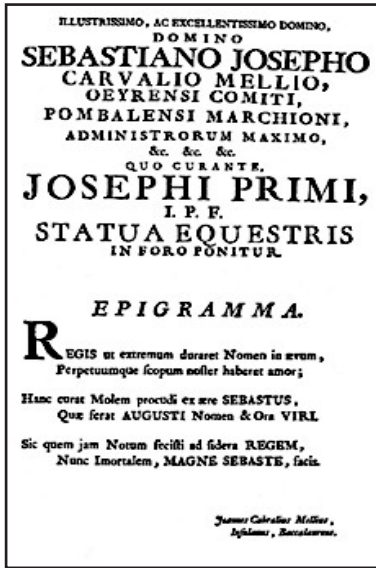


Fig. 1. Reprodução do epigrama
ao Marquês de Pombal

Fonte: Fotografia do autor

Aos olhos de hoje, tratar-se-á de um poema sem grande interesse, revelando apenas um panegirista idêntico a tantas dezenas de outros que celebraram um acontecimento em que não vemos particular relevância. Não podemos, contudo, esquecer que a poesia (ou a versificação) tinha na época uma dimensão cívico-política que era exercida com particular acuidade nos grandes momentos públicos, quase sempre associados à vida das principais figuras da corte. Nesse sentido, não é irrelevante este poema celebrativo da figura do Marquês de Pombal.

Quanto à dimensão técnica do epigrama, verifica-se que João Cabral de Melo usa, como é habitual neste tipo de composição, o chamado dístico elegíaco, composto por um hexâmetro e um pentâmetro. Contudo, segundo a minha análise métrica⁷ — de autoridade muito limitada, dado que sou apenas latinista amador — há falhas na distribuição das quantidades silábicas.

Vejamos agora um segundo caso, constituído por quatro poemas dedicados ao reitor da Universidade de Coimbra, Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Os textos fazem parte de um caderno manuscrito de quatro páginas pertencente ao espólio da Real Mesa Censória, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: trata-se do documento n.º 2704, guardado na caixa 331. Por razões não imediatamente compreensíveis, a Mesa não autorizou a sua publicação. A decisão vem datada de 22 de junho de 1770, numa altura em que Cabral de Melo era ainda aluno da Universidade

Epigrama.// Para que o nome do REI permanecesse até à última geração/ E o nosso amor tivesse um perpétuo escopo.// Manda SEBASTIÃO que seja forjada do bronze esta Mole/ Que mostre o Nome de AUGUSTO e as Faces do HOMEM.// Assim como já fizeste Conhecido o REI até às estrelas,/ Fazes agora, Ó GRANDE SEBASTIÃO, que ele seja Imortal.// João Cabral de Melo, / Ihéu, Bacharel.

7 v. 1 ~~~~~; v. 2 ~~~~~; v. 3 ~~~~~; v. 4 ~~~~~; v. 5 ~~~~~; v. 6 ~~~~~.

de Coimbra. De facto, a sua frequência de Cânones estendeu-se de 1765⁸ a 1771⁹, ano em que obteve a formatura, ao passo que Francisco de Lemos Coutinho foi nomeado reitor em maio de 1770, isto é, no mês anterior ao da decisão da Real Mesa Censória, o que sugere, portanto, que a escrita e o propósito de publicação dos quatro poemas encomiásticos tiveram que ver com esse acontecimento.

Nascido nos arredores do Rio de Janeiro em 1735 e falecido em Coimbra em 1822, D. Francisco de Lemos Coutinho, desempenhou uma série de importantes cargos, entre os quais o de reitor e reformador da Universidade de Coimbra e de bispo da mesma diocese.

Uma vez mais, os poemas não são particularmente interessantes do ponto de vista literário, valendo, contudo, pelo apoio aparente à política reformadora promovida por Pombal e pelo multilinguismo evidenciado pelo autor. Vejamos rapidamente os textos, o primeiro dos quais em português:

Ao muito Ilustre e Reverendo Senhor, o Sr. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Desembargador da Casa da Suplicação, Juiz das três Ordens Militares, Deputado da Real Mesa Censória, Vigário Capitular do Bispado de Coimbra e Reitor da Universidade da mesma Cidade.

Soneto 1.º

*Entro no Sacro Templo da Memória
E nele um Busto vejo de Diamante,
Em cuja Base, como o Sol, radiante,
De Francisco se lê o Nome e a História.*

*Ali Ministro inteiro com notória
Retidão ouve e julga o Letigante;
Ali Prelado sábio e vigilante
Busca do Povo o bem, de Deus a glória.*

*Confuso estou porém de ver que deste
Sempiterno papel (que grande exemplo!)
A maior parte ainda em branco reste;*

*Mas enquanto assustado isto contemplo,
« – Não te aflijas, me diz boca Celeste,
Que cedo se há de encher o Busto e o Templo».*

⁸ A sua assinatura, com a data de 1 de outubro, figura no respetivo livro de matrículas (AUC. *Matrículas*, IV / 1.ª D / 1 / IV / 36, fl. 412v).

⁹ A 28 de junho de 1770, foi aprovado «nemine discrepante» (com a concordância de todos) como bacharel em Cânones (AUC. *Actos e Graus*, IV / 1.ª D / 1 / 2 / 49, fl. 78r) e, a 8 de julho do ano seguinte, obteve a formatura em Leis, com a informação «não foi penitenciado, foi por todos aprovado nemine discrepante» (AUC. *Actos e Graus*, IV / 1.ª D / 1 / 2 / 49, fl. 121r).

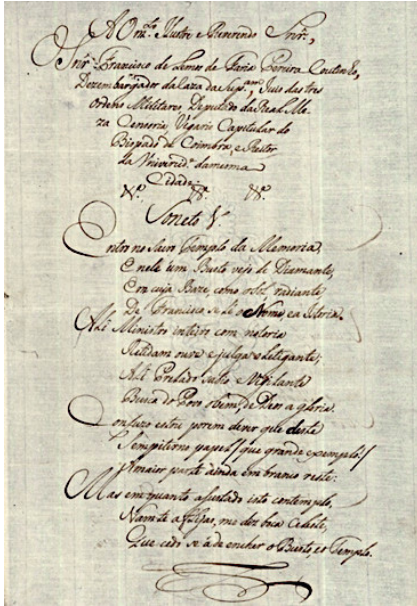


Fig. 2. Folha do manuscrito da Torre do Tombo
Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

O seguinte é composto em italiano e, feitos os devidos acertos ortográficos, apresenta a seguinte feição:

2.º

Cingers'io vidi il suo bel crin' d'alloro
Il biondo Padre delle Sacre Muse,
E colle mani ammaestrate ed use
Una cetra ferir d'avorio e d'oro.

Uscivano le Bestie al suon' Canoro
Dalle tane ove stavansi¹⁰ rinchiuse,
E le piumate schiere udian¹¹ confuse
Il divino cantor¹² ne' campi loro.

Ma la voce del ciel' (chi'l crederia¹³!),
In vece di destar il piacer mio,
Por¹⁴ soltanto destò l'invidia mia.

¹⁰ Parece haver lapso; a forma correta seria, talvez, *stavano*.

¹¹ Também parece existir erro; o correto seria provavelmente *udivano*.

¹² No original, *contor*, certamente por gralha.

¹³ Parece haver aqui um aportuguesamento: a forma de condicional deveria ser *crederebbe*.

¹⁴ Também esta forma carece de justificação.

*Così trattomi innanzi a questo¹⁵ Dio,
«– Cessi, Apollo (esclamai) tant'armonia,
Che voglio celebrar Francesco anch'io»¹⁶.*

Como se vê, para além de uma série de problemas linguísticos — que podem ser da cópia e não da responsabilidade do autor —, o soneto não apresenta nenhum interesse literário. O mesmo acontece com o seguinte, em francês, embora este tenha duas particularidades técnicas interessantes: o ser feito em alexandrinos e o recurso, nos tercetos, a um esquema rimático menos comum (CCD/EDE). Vejamos então o texto:

3.º

*L'Éternel avoit vu dès son Trône éclatant
Le Portugal plongé dans la vile ignorance,
Et pour le retirer d'un désordre si grand,
Il choisit de François la sage expérience.*

*Aussitôt ce Héros dont le noble talent
Fixe l'amour du monde antique l'espérance,
Des rives du Brésil, son illustre Orient,
Vole à planter chez nous le goût et la science.*

*Les Beaux-Arts à sa voix vont descendre des cieux ;
Et les utiles Droits reprennent sous ses yeux
L'état dont ils brilloient du temps de nos Ancêtres.*

*Que nous sommes heureux après de tant d'alarmes !
On nous verra bientôt exceller dans les Lettres,
Comme on nous vit jadis exceller dans les Armes¹⁷.*

O último poema é um epigrama latino, também sem interesse de maior:

¹⁵ A forma correta seria *questo*.

¹⁶ Proposta de tradução: Cingir-se eu vi de louro a bela crina/ O loiro Pai das Sacras Musas,/ E com adestradas e afeitas mãos/ Uma cítara ferir de marfim e d'ouro.// Ao som melodioso iam saindo as feras/ Das tocas onde estavam encerradas,/ E confusas ouviam as plúmeas tropas/ O divino cantor nos campos seus.// Mas a voz do céu (quem o diria?)// Em vez de despertar o meu prazer/ Somente acorda a inveja minha.// Assim diante deste Deus me apresento:/ «– Cesse, Apolo (exclamei), tanta harmonia,/ Que também eu celebrar quero Francisco».

¹⁷ Proposta de tradução: O Eterno tinha visto a partir do seu trono resplandecente/ Portugal submerso na vil ignorância,/ E para o retirar de tão grande desordem,/ Escolhe de Francisco a ponderada experiência.// Logo este Herói em cujo nobre talento/ O amor assenta a esperança do mundo antigo,/ Das margens do Brasil, seu ilustre Oriente,/ Voa a implantar entre nós o gosto e a ciência.// À sua voz, as Belas-Artes vão baixar dos céus;/ E os úteis Direitos recuperam sob o seu olhar/ O estado em que luziam no tempo de nossos Antepassados.// Como somos ditosos depois de tantos cuidados!/ Em breve nos verão brilhar nas Letras,/ Como nos viram já brilhar nas Armas.

Epígrafe

*Hac Facie, hoc fuerat BEJANUS corpore Praesul:
Dignosces Animum, cum bene Gesta legas²².*

Isto é,

*Curioso este quadro te figura
o Prelado de Beja em cópia breve;*

*Se pertendes saber a Alma que teve,
Suas Belas Ações saber procura.*

Ou bien,

*Que la Taille, les Traits et la noble Assurance
Du Prélat de Beja sont ici bien rendus !*

*Mais que ses Actions et ses Rares Vertus,
Nous peignent mieux son Cœur, son Esprit, sa Prudence²³!*

O sia,

*Qui (vedi), qui Pittura il volto scopre
Del Vescovo di Beja, il Saggio, il Grande;*

*Lo Spirito Gentil (non più domande)
Meglio assai del Pennell' te l' dirann' l'Op're²⁴.*

O último texto figura no fl. 88v do Ms. 151 da Série Azul da Academia das Ciências de Lisboa e é dirigido ao Dr. Vicente José Ferreira Cardoso da Costa. Nascido na Baía, em 1765, e falecido em Ponta Delgada, em 1834, Vicente da Costa tinha chegado a desembargador da Relação do Porto, mas o seu envolvimento, em 1810, na chamada Setembrizada, valer-lhe-ia a deportação para a Terceira, sob a acusação de jacobino e afeto aos Franceses. Segundo Francisco Faria e Maia (1930), fixou-se depois

²² Tradução: Neste quadro, neste corpo, está aquele que foi o primeiro dos Bejenses;/ Reconhecerás o seu Caráter, se leres com atenção os seus Feitos notáveis.

Análise métrica (com as ressalvas indicadas atrás): v. 1 ~~~ / ~~~ / ~ / ~ / ~ ~ ~ / ~ ~ ; v. 2 ~ ~ / ~ ~ ~ / ~ / ~ ~ ~ / ~ ~ ~ / ~ .

²³ Tradução: Como a Altura, os Traços e a nobre Firmeza/ Do Prelado de Beja estão aqui bem representados!// Mas são as suas Ações e Raras Virtudes/ Que melhor nos pintam o seu Coração, o seu Espírito, a sua Prudência!

²⁴ Tradução: Aqui (vede), aqui a Pintura descobre o semblante/ Do Bispo de Beja, o Sábio, o Grande;// O Espírito Gentil (sem mais perguntas)/ Bem melhor que o Pincel to dirão as Obras.

em S. Miguel, alcançando reconhecimento como juriconsulto. O poema de Cabral de Melo é uma ode bilingue, em latim e português, com os textos lado a lado:

*Ao Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa
Pelo Doutor João Cabral de Melo, Advogado d'Angra*

Ode

*Illustrissimo Viro
Eximioque Senatori
Vicentio Josepho Ferreira Cardozo
/*Dimino/ suo Colendissimo
Joannes Cabral de Mello.*

O[ferece], C[onsagra], D[edica]

Ode

*Tam satis famæ solidæque laudis
Ore Vincenti calamoque docto,
Lysiæ, pro tot meritis repensus
Turpe dedisti.*

*Assaz de fama já, Vicente Ilustre,
De sólido louvor, por voz e pena,
A Lísia deste, de serviços tantos
Indignamente pago.*

*Viribus quantis prope jam recentem
Niteris Lusam retinere molem
Ne notha forsán redeant nefanda
Secula virga!*

*Quantos esforços, por ter mão, fizeste
No já cadente Lusitano Império,
De modo que voltasse o tempo infundo
D'algum bastardo cetro!*

*Degener proles nequit intueri
Fervidos soles oculis refixis;
Hinc novas ultro meliøre quæris
Alito sedes.*

*Não sofre os raios, não, do sol ardente
Nem nele os olhos fita Águia bastarda;
Vás então procurar novos assentos
Em mais felizes ares.*

*Nos adis; sic Dii voluere; tanto
Munere inflati, neque jam vel ipsi
Cedimus Romæ, neque vel magistris
Orbis Athenis.*

*Vieste para nós; qui-lo a Fortuna;
Soberbos de uma dádiva tão grande,
Nem a Roma cedemos, nem à mesma
Mestra do mundo, Atenas.*

Tendimus dexteras faciles, amicas

Damos amigas mãos, ávidas, prontas

*Adveno²⁵ illustri; modo siste gressum
Ibimus tecum super Astra, fiat
Sors tua nostra²⁶.*

*Ao Estrangeiro ilustre; oh! Para, para!
Brilhar[e]mos contigo, e será sempre
A tua sorte a nossa.*

EPÍLOGO

Concluindo esta modesta homenagem à memória de Pedro da Silveira, resta-me esperar ter cumprido um preceito mínimo: da mesma forma que o verdadeiro reconhecimento a um poeta deve ser feito pela poesia, também a valorização de um investigador só tem sentido através da investigação. Lamento apenas que, no último ponto, essa tarefa tenha sido cumprida mais à custa de *documentos métricos* que de verdadeiros poemas, para retomar a distinção que o próprio Silveira fez no prefácio à sua *Antologia de poesia açoriana* (1977, p. 9).

FONTES

FONTES MANUSCRITAS

Academia das Ciências de Lisboa

ACL. *Série Azul*, ms. 151.

ACL. *Série Vermelha*, ms. 540.

Arquivo da Universidade de Coimbra

AUC. *Matrículas*, IV / 1.^a D / I / IV / 36, fl. 412v.

AUC. *Actos e Graus*, IV / 1.^a D / 1 / 2 / 49, fl. 78r, fl. 121r.

Biblioteca Nacional de Portugal

BNP. Cód. 11438.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT. *Real Mesa Censória*, cx. 331, doc. 2704.

BIBLIOGRAFIA

ANJOS, Carlos Versiani dos, org., 2019. *O velho Cláudio: inéditos da maturidade de Cláudio Manuel da Costa*. Ouro Preto: Editora Liberdade.

²⁵ Suponho que há lapso no original e que a forma correta será *advenæ*, dativo de *advena*, *æ*.

²⁶ O texto latino não difere significativamente da versão portuguesa. Mesmo assim, talvez valha a pena apresentar uma proposta de tradução mais literal: Ao Ilustríssimo Senhor e Eminentíssimo Senador Vicente José Ferreira Cardoso, muito digno de ser celebrado pelo seu †// João Cabral de Melo// Oferece, Consagra, Dedicã// Ode// Tanta fama e sólido louvor,/ Sábio Vicente, deste a Lísia através da voz e da pena,/ Sendo indignamente pago/ De serviços tantos!// Com quantos esforços tentas agora/ Manter perto a vigorosa mole lusitana/ Para que não voltem os abomináveis tempos/ De um cetro ilegítimo!// O filho bastardo não pode contemplar/ De olhos fixos os sóis ardentes;/ Busca agora além novos assentos/ em melhor lugar.// Vens para junto de nós; assim o decretaram os Deuses;/ Orgulhosos de tão grande graça, agora não a cedemos/ Nem à própria Roma, nem a Atenas,/ Mestra do Mundo.// Damos afáveis e amigas mãos/ Ao estrangeiro ilustre; para apenas a marcha;/ Iremos contigo além dos Astros,/ E que a tua seja a nossa sorte.

- GASPAR, Gabriel de Abreu Machado, 2020. «*Em inglês brilhaste, em português agora brilhas*»: tradução e circulação das obras de Alexander Pope no mundo luso-brasileiro (1769-1819). Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense.
- LAPA, Manuel Rodrigues, 1980. Inéditos de Cláudio Manuel da Costa. *Colóquio/Letras*. (57), 45-48.
- MAIA, Francisco de Ataíde Machado de Faria e, 1930. *Um deportado do «Amazonas»: monografia histórica: época liberal nos Açores (1810-1834)*. Ponta Delgada: Tip. Fernando de Alcântara.
- MELO, João Cabral de, [s.d.]. *Epigramma*. Folha avulso. [S.l.: s.n.].
- POPE, Alexander, 1903. *The Complete Poetical Works of Alexander Pope*. Edited by H. W. BOYNTON. Cambridge Edition. Boston; New York: Houghton Mifflin Co.
- SILVEIRA, Pedro da, 1977. *Antologia de poesia açoriana (do século XVIII a 1975)*. Seleção, prefácio e notas de Pedro da SILVEIRA. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- TADEIA, Helena R. Duarte, 2013. *Contributos para o estudo da coleção de pintura do Museu Rainha Dona Leonor (Beja)*. Dissertação de mestrado em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa.
- TOPA, Francisco, 2003. O alexandrino e o além dos mares: a propósito de uma epístola a Basílio da Gama. *Terceira Margem: Revista do Centro de Estudos Brasileiros (Adolfo Casais Monteiro)*. (4), 21-32.
- TOPA, Francisco, 2015. Alfredo Troni, doutor de Coimbra, cidadão de Angola. *Revista de Estudos Literários*. 5, 161-188.
- TRONI, Alfredo, 1973. *Nga Mutúri*. Prefácio de M. António. Lisboa: Edições 70.
- Uma obra pioneira da literatura angolana. *A Província de Angola*. 1973-06. Luanda, 17-18.

RECENSÕES

CALDEIRA, ARLINDO MANUEL, 2024. *O APELO DA LIBERDADE: RESISTÊNCIA DOS AFRICANOS À ESCRAVIDÃO NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA PORTUGUESA (SÉCULOS XV A XIX)*. ALFRAGIDE: CASA DAS LETRAS. 428 PP. ISBN 978-989-662-009-7

TIAGO MOURA GONÇALVES*

A história do tráfico de escravos é uma área de estudo muitíssimo em voga que recebeu com este livro um importante contributo. O enfoque que o autor dirige à ideia de resistência à escravidão não é, na verdade, uma ideia totalmente nova, ainda assim relativamente recente na sua formulação teórica. A esse respeito, importa reconhecer o papel desempenhado pelo projeto *RESISTANCE: Rebellion and resistance in the Iberian empires, 16th-19th centuries*, coordenado pela Professora Doutora Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora), na identificação de focos de resistência de escravizados à escala global. Os estudos que decorreram deste projeto, e que o presente livro aí se pode integrar, uma vez que o seu autor a ele pertenceu, procuraram reinterpretar a esfera do «dominado» através da sua agência (a designada visão do «outro») em vez de a olhar em função do «dominador». *O apelo da liberdade* é, nesse seguimento, uma obra que rejeita vários pressupostos advogados por uma historiografia «tradicional» no tocante às dinâmicas de subordinação e dominação coloniais, e em particular dos escravizados, criticando aqueles que viram nestes uma total inação, passividade ou conformismo à sua condição. O título afigura-se, portanto, sugestivo e coaduna-se com o conteúdo da obra.

O Doutor Arlindo Caldeira, investigador do Centro de Humanidades da Universidade NOVA de Lisboa, publicou sobre o mesmo tema, ainda que sob outras perspetivas e para

outras geografias (o caso da configuração europeia do reino, vulgo metrópole), outras obras. Refira-se, a pretexto, as obras *Escravos e traficantes no império português: o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013) e *Escravos em Portugal: das origens ao século XIX* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017).

Importa, antes de mais, fazer uma nota em relação à terminologia empregada pelo autor nesta obra, em particular no que se refere aos termos «escravidão» e «escravizado». O primeiro termo refere-se à condição ou estado de um escravo, entendido como uma pessoa privada de liberdade e sujeita a outrem. Em vez do vocábulo «escravatura», que alude por sua vez ao movimento do tráfico de escravos em geral, podendo ainda assim ser entendido como um sinónimo, não me parece totalmente desprovida de sentido a utilização do termo «escravidão», uma vez que este termo tende a acentuar naturalmente as condições de vida de um escravo e a privação da sua liberdade, atendendo assim ao mote da obra que o título em si já avança. Por conseguinte, a palavra «escravizado» ao ser utilizada em vez de «escravo» levanta questões mais sérias. O objetivo da utilização desta primeira é plausível. Justifica-se pelo facto de os primeiros escravos ou escravos de primeira geração, por não nascerem nessa condição, terem sido na prática escravizados, enquanto os de segunda geração, aí sim, serem escravos porque a sua ascendência já o era. Trata-se de

* Mestrando em História (especialização em Época Moderna) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Email: tiagogoncalves024@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0350-6515>.

um preciosismo. Ainda assim, não me parece útil nem necessária a alteração de vocabulário à medida que a sua significância ou simbolismo se altera na contemporaneidade. Se é utilizado o vocábulo «escravo» na documentação da época porquê alterá-lo? Esta questão merecia uma nota de rodapé para esclarecimento ou uma breve referência na introdução. O mesmo se aplica à vulgarização da ideia de que o escravizado tinha um «estatuto» em vez de uma «condição» ou «estado». Dado o estatuto jurídico do escravizado ser indefinido, ou por vezes inexistente, preferia, a esse respeito, a utilização dos termos atrás referidos. Ainda assim, aceito, quanto a este e ao caso anterior, outras interpretações dos conceitos.

Dividida em onze capítulos, excluindo obviamente a introdução e a conclusão, esta obra é organizada de forma diversa. Nos primeiros dois capítulos, faz-se um contexto histórico da implementação das redes de tráfico transatlânticas e das formas transacionais de escravidão (da pré-colonial à colonial). Nos terceiro e quarto capítulos, impera uma organização temática dedicada a compreender as formas de resistência, e os restantes capítulos, seguiram uma ordem geográfica, apresentando-se dessa forma as especificidades locais da ocorrência do tráfico de escravos.

No primeiro capítulo — *Nos primórdios do tráfico atlântico de escravizados* — o autor explora as origens do surgimento desse tráfico com as iniciativas do infante D. Henrique e as por ele apadrinhadas e financiadas. Recorre para o efeito, e com a precaução devida, às crónicas de Gomes Eanes de Zurara e, pontualmente, a outros escritos de época, designadamente de Alvise Cadamosto, Duarte Pacheco Pereira e João de Barros. Refere-se à evolução das políticas de intervenção no litoral africano por parte do infante e da Coroa. Apesar do empenhamento, e até entusiasmo inicial, numa política de captura de escravizados, isto é, uma estratégia de incursões violentas ao litoral, rapidamente se percebeu, e face ao relativo

insucesso dessas incursões, que a prática comercial com a colaboração ativa das autoridades locais africanas favorecia mais os interesses portugueses. Desse modo, era imperativa a construção de feitorias em toda a costa africana. Estas não só promoviam relações comerciais pacíficas com as elites locais, institucionalizando-as, como protegia os agentes comerciais portugueses, servindo também, *grosso modo*, como uma plataforma para um futuro alargamento da presença portuguesa. Consciente dessa importância, D. João II foi um dos monarcas que mais insistiu na construção de uma rede de feitorias que salvaguardasse os interesses portugueses face à acelerada concorrência internacional. Apesar desses intentos, nem sempre os planos delineados tiveram a concretização no terreno, o caso das feitorias previstas para o Benim, a Senegâmbia e a Serra Leoa.

Do segundo capítulo — *Da escravidão interna africana ao tráfico transatlântico* — ressalta a constatação de que o comércio transaariano e atlântico na Época Moderna «não terá provocado alterações significativas nas modalidades da escravidão interna já existentes» (p. 52). O autor rejeita a ideia, que teve nos etnólogos e antropólogos a sua principal difusão, de que a escravidão pré-colonial era essencialmente «de carácter familiar e paternalista» (p. 52). Dessa forma, segundo Caldeira, o sentido desculpabilizante dessa proposição infantiliza e pouco honra a história dos povos africanos. A relação dos estados, mais ou menos centralizados, então existentes com os portugueses, salda-se por uma grande convergência de interesses, de que os primeiros se tornarão reféns. Refiro-me à conclusão, que o autor chegará mais à frente, de que a entrada de material bélico europeu em África impôs novos equilíbrios locais e regionais, fazendo depender disso a sobrevivência política desses estados, o que só acentuou uma dependência progressiva face aos portugueses. Como se pode depreender, a maior ou menor

exportação de mão de obra escrava variou em função das necessidades de defesa dos estados em relação aos seus vizinhos que também se armavam por via de pactos comerciais de cariz semelhante. Tratava-se, na prática, de um círculo vicioso.

Relativamente ao terceiro capítulo, são enumeradas as formas de resistência de que o escravizado dispunha para se libertar do seu estado. Em primeiro lugar, as formas abertas de resistência, principalmente, as fugas individuais ou coletivas que podiam, não raras vezes, estar na origem de refúgios coletivos, denominados, em função das geografias, de diferentes formas — *mocambos* (São Tomé), *mutolos* ou *ocilombos* (Angola), *aringas* (Moçambique) e *quilombos* (Brasil). Tendeu a imperar todavia a designação brasileira *quilombo*, até pela evolução lexical dos restantes termos. Localizados em regiões do interior, os *quilombos* tinham uma organização política própria cujo funcionamento interno ainda é hoje amplamente desconhecido. As autoridades coloniais tudo fizeram para aniquilar sistematicamente essas comunidades que, atendendo à sua dimensão, conseguiram melhor ou pior resistir a essas tentativas. Outra das formas de resistência «ativa» era as revoltas. Estas na sua maior parte eram espontâneas e localizadas quando eclodem, não existindo uma organização prévia com objetivos bem definidos. Os colonos sempre temeram a união dos escravizados aos negros livres e forros, o que raríssimas vezes sucedeu.

Em segundo lugar, falamos de formas passivas (ou «surdas») de resistência. A mais comum seria o suicídio, seja antes dos embarques nos tumbeiros seja depois, podendo ocorrer em quaisquer outros cenários. Por sua vez, casos de automutilação (corte de mãos ou braços, por exemplo) são recorrentes na documentação. Por fim, a fundação de irmandades e confrarias de «homens pretos», pelas redes de solidariedade que se formam, é também, sustenta Caldeira, uma

das formas de resistência, ainda que não incluída nas anteriores. Seria interessante e oportuno que o autor neste capítulo explorasse melhor o discurso de legitimação da escravidão e/ou o de repúdio à insurreição. O único caso apresentado foi o de Samuel Cartwright, médico do Louisiana, que via em todas as formas de resistência algum tipo de doença ou sinais de uma inferioridade biológica.

Quanto ao quarto capítulo, este aborda as rebeliões no mar a bordo dos tumbeiros e as suas principais motivações. O autor recorre a vastíssima documentação, em particular do Arquivo Histórico Ultramarino, trazendo à colação alguns casos específicos que poderiam iluminar o cenário geral, acautelando sempre as implicações desse exercício. Apesar de os relatos de rebeliões em embarcações portuguesas serem raros antes do século XVIII, isso não significa que não existissem rebeliões, o que o autor reitera de forma assertiva.

No quinto capítulo — *Escravidão e resistência em Cabo Verde* — faz-se um balanço da colonização do arquipélago, como de resto sucede em posteriores capítulos, e desenvolve-se a ligação deste ao comércio de escravizados, bem como as reações da mais variada ordem a esse comércio. Apesar dos estímulos iniciais da Coroa ao desenvolvimento da agricultura e da criação de gado, na verdade, a atividade económica dominante, em particular na ilha de Santiago, até meados do século XVII, foi o comércio de escravizados. O mesmo não sucedeu na ilha do Fogo, a outra ilha habitada, em que se fazia, não exclusivamente, a produção de algodão e a criação de cavalos. Não obstante, a dependência económica das ilhas face ao comércio internacional de escravizados era esmagadora e, quando a sua participação diminuiu drasticamente, «arrastou a Ribeira Grande para a ruína» (p. 131) e acentuou-se a dependência em relação à Guiné. O impacto de fenómenos climáticos extremos, nomeadamente as secas, gerava uma quebra geral da produção

agrícola e situações de fome daí decorrentes. Atendendo à documentação existente, o autor conclui que os períodos de crise foram mais recorrentes no século XVIII do que nos dois séculos anteriores. Poderá tratar-se de uma conclusão precipitada, uma vez que nada indica que isso não seja, à semelhança do sucedido com os tumbeiros, resultado de um vazio documental.

As situações de carência alimentar colocavam os escravizados, em primeiro, e os seus proprietários, em segundo, numa situação delicada. Os escravizados corriam o risco, em última instância, de morrer à fome. Pergunto-me se não haverá casos de escravidão voluntária como o autor refere para outros espaços coloniais. Trata-se de uma particularidade geográfica? Ou rareiam casos desse tipo na documentação? Certamente existiram, mas nenhum caso foi citado. Para os proprietários de escravizados, desejavelmente preferiam vendê-los, mas os valores de mercado não eram convidativos. Mantê-los em sua posse poderia ser ainda mais prejudicial para os próprios, dado que, não havendo géneros alimentares para todos, os escravizados podiam-se amotinar ou rebelar contra o seu senhor, ou até fugir, representando um prejuízo superior à venda. A fuga para os recessos dos picos era uma solução possível, mas nem sempre viável dada a infertilidade dos solos, recorrendo-se, por isso, a roubos aos espaços urbanos do litoral. De influência africana, os fugitivos erigiam casas com planta circular denominadas *funcos*. A criação do cargo de meirinho da serra, em 1534, representa uma resposta das autoridades coloniais a esse movimento.

Em relação ao sexto capítulo, sensivelmente mais curto do que os restantes, há a reter, primeiramente, alguma informação tocante à importância dos *lançados* ou *tangomãos* no povoamento da costa da Guiné e na sua dinamização comercial. O autor tenta definir a certa altura (p. 154) o que considera

ser os *tangomãos*, abarcando nessa definição muitas especificidades e nuances, tornando-se difícil compreender de forma precisa o seu significado. Em todo o caso, compreensivelmente, o significado semântico do vocábulo poderá ter-se alterado com o tempo. Quer fossem cristãos-novos quer homens fugidos à justiça, o que é certo é que inicialmente muitos se tinham instalado como moradores em Cabo Verde, mas mudaram-se rapidamente «com armas e bagagens» (p. 154) para a Guiné. Essa mudança acompanhou, se quisermos, o próprio ritmo da colonização portuguesa. Ora isolados das comunidades africanas ora no seio delas, alguns mantiveram padrões europeus no seu quotidiano, outros «africanizavam os seus comportamentos» (p. 155). Não tardou que a monarquia portuguesa os hostilizasse por variados motivos. Acusados de judaísmo, de africanização, de comércio ilegal com concorrentes europeus ou de não pagamento de impostos, os *tangomãos* foram alvo de extensíssima legislação, entre a qual se refere as Ordenações Manuelinas (1514-1521), que lhes imputava a perda dos seus bens (móveis e de raiz), caso não regresassem às terras de origem.

Quanto às reações das populações ao tráfico internacional de escravizados, temos de atender, como sustenta Caldeira, à diversidade étnica na Guiné. Dos felupes (ou falupos), arriatas (porventura incorporados nos anteriores), balantas, bijagós, beafadas (ou beafares) e mandingas, pouco se sabe a não ser pelos relatos portugueses. Entre estas etnias, os bijagós eram dos mais temidos, pelo que as expedições portuguesas muita dificuldade tiveram em conter a «insubordinação». Ademais, quer estes quer os mandingas escravizavam os prisioneiros das suas incursões armadas e vendiam-nos. Dessa forma, concorriam com os portugueses. Esse aspeto não deixa de ser muito interessante porque desmistifica a ideia, atrás abordada no segundo capítulo, de que os portugueses conseguiram

impor um monopólio no tráfico de escravizados sem grande dificuldade ou hostilização bélica dos nativos, que, por sua vez, estavam familiarizados com formas de escravidão (e escravização) diversas e mais generalizadas do que à partida se acreditava.

No sétimo capítulo — *Ações de resistência na ilha de São Tomé* — é dada atenção, como o próprio título indica, aos mecanismos de oposição dos escravizados em São Tomé, espaço geográfico em que aliás o autor é dos maiores especialistas. Refere-se às fugas por mar como viáveis e, dada a proximidade da costa africana e das ilhas de Ano Bom e Fernando Pó, estas não eram em nada impossíveis, sendo o acesso a uma embarcação uma das etapas do processo de fuga, de que se conhece alguns casos. Um dos aspetos mais interessantes, a que o autor se refere abundantemente, é que havia um receio generalizado entre os escravizados de embarcarem para Portugal ou para a América. Isto não só porque temiam a viagem, mas principalmente porque acreditavam que os portugueses alimentar-se-iam dos seus corpos quando morressem, ou seja, a prática da necrofagia! As fugas podiam-se fazer também por terra nas «fazendas de concentração, onde eram depositados após o desembarque» (p. 183).

As deserções para a floresta originaram, à semelhança de Cabo Verde e da Guiné, comunidades mais ou menos organizadas que eram repelidas pelas incursões das autoridades coloniais — a designada «guerra do mato» — para a qual a Coroa portuguesa contribuía financeiramente e nobilitava os que a promoviam, principalmente os capitães. Ainda assim, a presença portuguesa não se impôs a todo o território, pelo que os angolares, um grupo de rebeldes de que não se sabe ao certo a sua proveniência, ocuparam vastas zonas do interior. São Tomé era, como salienta Caldeira, «uma ilha partida ao meio» (p. 194). Até 1878, data em que um destacamento militar mandado pelo então governador Estanislau Xavier

de Almeida submeteu formalmente os angolares, as relações entre colonos e angolares foram oscilando, tendo estes últimos admitido alguma abertura ao exterior em períodos de maior carência. Todavia, os angolares dirigiram em mais de três séculos de resistência algumas rebeliões, sendo as de 1585, 1595, 1617 e 1709 as que se melhor conhecem. A de 1595 foi, pela mobilização de escravizados (que se crê rondarem os cinco mil) e pela sua organização e forte liderança, a que mais abalou a ilha. A artilharia e a cavalaria parecem ter sido o fator de sucesso a favor dos colonos na guerra, chegando-se em todo o caso, e para que se veja o grau de gravidade da revolta, a equacionar a necessidade de um auxílio militar externo.

O oitavo capítulo, porventura o melhor da obra pela novidade que constitui e pelo nível de clareza da linguagem, sumaria a presença portuguesa na ilha de Ano Bom, explorando dessa forma as dificuldades *in loco* com que essa presença esbarrou. Se quiséssemos sintetizar o seu conteúdo, bastar-nos-ia recorrer à seguinte frase: «Embora tenha sido adotada a mesma solução político-administrativa, a colonização de Ano Bom foi mais demorada e incipiente do que em qualquer outra das ilhas atlânticas» (p. 221). Essa é a premissa a partir da qual o autor apresenta argumentos que justificam «uma colonização hesitante» (p. 222) pelos portugueses da ilha. Questões de natureza topográfica/geográfica são entendidas como limitadoras do comércio de escravizados por não haver forma de «ancorar em relativa segurança» (p. 222). A baixa fertilidade dos solos e a pluviosidade irregular dificultaram o povoamento e não atraíram a fixação de colonos. Os receios de interferência estrangeira na ilha aceleraram os esforços de colonização e o sistema de plantio de algodão foi o que a organizou económica e administrativamente. De um sistema alimentado exclusivamente pelos recursos naturais da ilha transitou-se para uma autonomização. Essa transição precisava

de ser mais bem explicada, apesar de estar implícito o argumento do autor. Desde inícios do século XVIII a finais do século XIX, isto é, mais ou menos duzentos anos, os anobonenses viveram «por completo totalmente autónomos» (p. 231). Seguem-se algumas considerações do autor em relação à própria organização política de Ano Bom nesse período, se estatal ou socialista/igualitarista. Tudo faz crer que a forma como os anobonenses se organizaram politicamente na nova «república negra» foi pautada por um baixo nível de centralização política.

Quanto ao nono capítulo, nele é desenvolvido, em primeiro lugar, a maneira como os portugueses se relacionaram com estados já estabelecidos na África centro-ocidental (Congo, Matamba e Angola/Ndongo) e, em segundo lugar, como seria de esperar, o papel que o comércio de escravizados assumiu nessas relações. Pela primeira vez, o autor distinguiu entre os escravizados vários sub-grupos (pp. 273 a 282): casados ou soltos, dos arimos (ou fazendas), de «portas adentro» (domésticos), pombeiros e os de guerra (ou arco). Apesar dessa categorização ser problemática, uma vez que algumas categorias podem integrar outras, o que impossibilita uma abordagem quantitativa, é um exercício totalmente meritório.

Do décimo capítulo — *Na costa oriental de África* — ressaltam duas ideias. A primeira é que os escravizados em Moçambique, designados genericamente por *achikunda* (ou *chicunda*), trabalhavam em *prazos*. Tratava-se de unidades territoriais para exploração agrícola que pertenciam diretamente à Coroa portuguesa delegados a um prazeiro, encarregado da sua administração, num «tipo de enfiteuse» (p. 308). O delegado assegurava a

defesa do seu *prazo*, cobrando um tributo anual para si (o *mussoko*) e pagando, por sua vez, um censo à Coroa. A segunda ideia é que a exportação de pessoas escravizadas de Moçambique até meados do século XVIII é, comparativamente à África ocidental, baixa. A essa constatação associa-se o facto (ou a imagem), repetido nos relatos portugueses, de que os escravizados tinham uma maior liberdade de atuação e eram sujeitos a formas de coerção mais brandas do que no restante império.

Por fim, no décimo primeiro capítulo, que atenta ao caso brasileiro, fez-se um levantamento global das revoltas/rebeliões ao longo da presença portuguesa no Brasil, em muitos aspetos semelhantes às já referidas. Um grande enfoque no processo de formação de *quilombos* e, em especial, o de Palmares, de que se conhece muito pouco, mas sobre o qual já se produziu vasta bibliografia. Veja-se para o efeito, entre outros, os estudos de Stuart Schwartz, Silvia Lara e Emília Viotti da Costa. Ressalta-se deste capítulo uma conclusão, que me parece muito acertada ainda que polémica, a de que os quilombolas (moradores dos *quilombos*) nunca tiveram como objetivo «a destruição do regime de escravidão e da sociedade escravocrata» (p. 351). Todavia, não sei se será extrapolável essa conclusão para todos os casos. O caso de São Tomé parece-me ser, desde logo, uma claríssima exceção (refiro-me à rebelião de 1595).

Excelente obra, felicito o Doutor Arlindo Caldeira pela sua publicação! As notas de fim, embora as preferisse em rodapé, são muito úteis. Faltou, segundo creio, um capítulo (ou secção de capítulo) para avaliar a importância (ou irrelevância) da ilha de Fernando Pó no comércio de escravizados.

REFEREES

Adelaide Millán da Costa (Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH, Universidade Aberta)

Arnaldo Szlachta Júnior (Universidade Estadual de Maringá)

Elsa de Luca (Centro de Estudos em Música, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

Hugo Ribeiro da Silva (CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Joana Paulino (Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

Maria Amélia Campos (Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra)

Olívia Pestana (CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Paula Menino Homem (CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Paulo Nuno Vicente (ICNOVA-Instituto de Comunicação da NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

Sara Dias-Trindade (CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Sérgio Neto (CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Susana Rocha Relvas (ESTGV – Instituto Politécnico de Viseu; CEFH; CI&DEI; TOPUS Research Group on Space, Literature and other Art forms)

